

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA

Maria Tereza Silva Alves

**A RESISTÊNCIA E A SOBREVIVÊNCIA DAS PROFESSORAS NA
REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SANTA MARIA**

Santa Maria, RS
2022

Maria Tereza Silva Alves

**A RESISTÊNCIA E A SOBREVIVÊNCIA DAS PROFESSORAS NA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DE SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Ascísio dos Reis Pereira

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Eliane Leindcker da Paixão

Santa Maria, RS
2022

Alves, Maria Tereza Silva

A RESISTÊNCIA E A SOBREVIVÊNCIA DAS PROFESSORAS NA
REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SANTA MARIA / Maria Tereza Silva
Alves.- 2022.

111 p.; 30 cm

Orientador: ASCÍSIO DOS REIS PEREIRA

Coorientador: Márcia Eliane Leindcker da Paixão
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Colégio Técnico Industrial, Programa de Pós
Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, RS, 2022

1. Mulheres 2. Docentes 3. Gênero 4. Tripla jornada
5. Adoecimento I. DOS REIS PEREIRA, ASCÍSIO II.
Leindcker da Paixão , Márcia Eliane III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, MARIA TEREZA SILVA ALVES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Maria Tereza Silva Alves

**A RESISTÊNCIA E A SOBREVIVÊNCIA DAS PROFESSORAS NA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DE SANTA MARIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em [dia] de [mês] de 2022.

**Ascísio dos Reis Pereira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

**Márcia Eliane Leindcker da Paixão, Dra. (UFSM)
(Coorientadora)**

Márcia Alves da Silva, Dra. (UFPEL)

Francisco Nilton Gomes de Oliveira, Dr. (UFRJ)

Leila Maria Araújo Santos, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2022.

Maria, Maria é o som é a cor é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca Maria Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fé na vida

Maria, Maria

Milton Nascimento/Fernando Brant 1978

Aos meus pais, Adão e Antonina (*in Memoriam*), e a minha Irmã Alba, por sempre me apoiarem e incentivarem em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me protege e fortalece a seguir em frente e lutar pelos meus objetivos.

Agradeço à minha família, especialmente aos meus pais (in memoriam), por sempre acreditaram nos meus sonhos, pelo amor e carinho com que me criaram, sempre me apoiando e motivando em todos os momentos da minha vida.

À minha Irmã, Alba, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, e, em especial, por sua compreensão perante as horas de convívio reduzido que foram dedicadas às atividades acadêmicas.

Ao meu Orientador, Prof. Ascísio dos Reis Pereira, e à minha Coorientadora Prof^a Marcia Eliane Leindcker da Paixão pela parceria para a realização desta dissertação, essencial ao desenvolvimento deste trabalho.

Aos membros da Banca Examinadora que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica CTISM/UFSM, com os quais tive a oportunidade de estudar, pela contribuição que deram à minha formação.

À 8^a Coordenadoria Regional de Educação, onde exerço minhas funções, minha gratidão pela colaboração no desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos Colegas do Setor Jurídico na 8^a CRE, Francisco e Mareliza, por compartilharem desafios e me auxiliarem no caminho da pesquisa.

Enfim, agradeço a todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram para que eu pudesse cumprir mais essa etapa da minha vida, o mestrado.

RESUMO

A RESISTÊNCIA E A SOBREVIVÊNCIA DAS PROFESSORAS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SANTA MARIA

AUTORA: Maria Tereza Silva Alves

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ascísio dos Reis Pereira

COORIENTADORA: Prof^a Dr^a Márcia Eliane Leindcker da Paixão

Este estudo, desenvolvido na Linha de Pesquisa 2 – Formação Docente Educação Profissional e Tecnológica, buscou uma discussão acerca da tripla jornada de trabalho das docentes. O Projeto surgiu das observações da pesquisadora, que é professora estadual, sob a ótica dos estudos de gênero, e investigou a participação das mulheres, professoras, em escolas estaduais de abrangência de Santa Maria, assim como a presença feminina, sua historicidade, com destaque para o Coração do RS, refletindo a ilusória fragilidade de ser mulher à inegável resistência de seguir em luta, o sistema patriarcal e o adoecimento das docentes e seus afastamentos em LTS (licença saúde), no período de 2018 a 2021. Para a condução do estudo, optou-se pela pesquisa documental, tendo como suporte o levantamento bibliográfico, através de consulta em livros e artigos científicos e a abordagem teórica metodológica decolonial na perspectiva Freiriana. Com base em documentos fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação, propôs-se a análise do número de afastamentos em LTS, das docentes da Rede Pública Estadual, de abrangência de Santa Maria. O estudo estruturou-se em cinco capítulos, cuja introdução é o primeiro. No segundo deles, construiu-se a historicidade da EPT no Brasil e na cidade de Santa Maria, o Cenário pandêmico e a Tripla Jornada das Docentes, buscando-se expor o referencial teórico que deu sustentação ao estudo. No terceiro capítulo, escrito em primeira pessoa, visto que trouxe a história de vida da pesquisadora, e uma abordagem acerca de Feminismo, Decolonidade e as Epistemologias no Chamado Sul Global. O quarto Capítulo, abordou o Patriarcado das relações de gênero e suas influências, a feminização do magistério, dando relevância ao trabalho docente, e à docência feminina como resistência. Na sequência, o quinto capítulo, dispôs sobre os efeitos da sobrecarga de trabalho na saúde das docentes, e o adoecimento das docentes, possíveis causas e afastamentos –LTS (licenças saúde) da sala de aula. Como questionamento, pretendeu-se investigar se a sobrecarga da tripla jornada é fator determinante para o adoecimento e, para isso, utilizou-se da análise em documentos fornecidos pela SEDUC onde foi possível observar o número de laudos médicos das docentes por afastamento do serviço. No entanto, na pandemia, observou-se que o adoecimento estacionou devido ao ensino remoto e híbrido para bem compreender o impacto do período pandêmico na Educação. A escolha e a delimitação do tema visou satisfazer aos requisitos da linha de pesquisa na qual está inserida, referente a “Formação Docente para a Educação Profissional e Tecnológica” (LP 2).

Palavras-chave: Mulheres, Docentes; EPT; Gênero; Tripla Jornada, Adoecimento.

ABSTRACT
**THE RESISTANCE AND THE SURVIVAL OF WOMEN TEACHERS OF THE
STATE PUBLIC NETWORK IN SANTA MARIA**

AUTHOR: Maria Tereza Silva Alves
ADVISOR: Prof. Dr. Ascísio dos Reis Pereira
CO ADVISOR: Prof^a Dr^a Márcia Eliane Leindcker da Paixão

This study, developed in Research Line 2 – Teacher Training Professional and Technological Education, sought a discussion about the triple working hours of teachers. The Project emerged from the observations of the researcher, who is a state teacher, from the perspective of gender studies, and investigated the participation of women, teachers, in state schools covering Santa Maria, as well as the female presence, their historicity, with emphasis on to the heart of RS, reflecting the illusory fragility of being a woman to the undeniable resistance of continuing to fight, the patriarchal system and the illness of teachers and their absences on LTS (health leave), in the period from 2018 to 2021. In this study, we opted for documental research, having as support the bibliographic survey, through consultation of books and scientific articles and the decolonial methodological theoretical approach in the Freirian perspective. Based on documents provided by the State Department of Education, it was proposed to analyze the number of absences in LTS, of teachers from the State Public Network, covering Santa Maria. The study was structured in four chapters. In the first one, the historicity of the EPT in Brazil and in the city of Santa Maria, the Pandemic Scenario and the Triple Journey of Teachers were built, seeking to expose the theoretical framework that supported the study. In the second chapter, it brought the researcher's life story and an approach about Feminism, Decolonity and Epistemologies in the So-called Global South. The Third Chapter addressed the Patriarchy of gender relations and its influences, the feminization of teaching, giving relevance to teaching work, and to female teaching as resistance. Subsequently, the fourth chapter dealt with the effects of work overload on the health of teachers, and the illness of teachers, possible causes and absences – LTS (health leave) from the classroom. As a questioning, it was intended to investigate whether the overload of the triple shift is a determining factor for the illness and, for this, we used the analysis of documents provided by SEDUC where it was possible to observe the number of medical reports of the professors for absence from the service. However, in the pandemic, it was observed that the illness stopped due to remote and hybrid teaching to better understand the impact of the pandemic period on Education. The choice and delimitation of the theme aimed to satisfy the requirements of the line of research in which it is inserted, referring to “Teacher Training for Vocational and Technological Education” (LP 2).

Keywords: Women, Teachers; EPT; Genre; Triple Journey, Illness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escola Santa Terezinha	23
Figura 2 - Entalhes na madeira representando as alunas	23
Figura 3 - alunas da Escola Santa Teresinha em aula de música	24
Figura 4 - Alunas da Escola Santa Teresinha na aula de Corte e Costura.....	24
Figura 5 - Mulher na sua Tripla Jornada.....	33
Figura 6 - Foto arquivo pessoal da Autora Prova Artística no Concurso de Prendas da 13ª RT/ 1986.....	41
Figura 7 - Foto da Autora ao piano – Prova Artística no Concurso de Prendas da 13ªRT /1986.....	42
Figura 8 - 1ª Prenda da 13ª Região Tradicionalista Gaúcha ,1986/87.....	42
Figura 9 - 1ª Prenda da 13ª Região Tradicionalista Gaúcha ,1986/87.....	43
Figura 10 - Arquivo Pessoal da Autora Concurso 1ª Prenda 13RT -1986/87	44
Figura 11 - Foto da Autora Concurso 1ª Prenda 13ª RT – 1986/87.....	45
Figura 12 - Foto da autora traje Vestido de Prenda.....	47
Figura 13 - integrantes da federação brasileira para o progresso feminino, em 1930	54
Figura 14 - 23 municípios da região central do Rio Grande do Sul	83
Figura 15 - Mapa Coordenadorias Regionais de Educação	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - LTS Professoras, Professores e Servidores lotados nas Escolas da RPE de abrangência de Santa Maria, ano 2018 (2018)	85
Gráfico 2 - LTS Professoras lotadas na 8ª CRE ano 2018.....	86
Gráfico 3 - Percentual das LTS ano 2018	87
Gráfico 4 - . LTS Professoras, e Servidores lotados nas Escolas da RPE de abrangência de Santa Maria ano 2019	88
Gráfico 5 - Percentual de LTS Professoras com lotação na 8ª CRE ano 2019.	89
Gráfico 6 - LTS Docentes e Servidores ano 2020, incluindo-se as LTS que ultrapassaram cem (100) dias	90
Gráfico 7 - LTS Professoras com lotação na 8ª CRE ano 2020	90
Gráfico 8 - LTS Docentes e Servidores ano 2021	92
Gráfico 9 - LTS professoras com lotação na 8ª CRE ano 2021.	93

SIGLAS E ABREVIações

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

CCEVFRGS – Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea

CE – Colégio Estadual

CF – Constituição Federal

CTISM – Colégio Técnico e Industrial de Santa Maria

DDHC – Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão

DDMC – Declaração de Direitos da Mulheres e da Cidadã

EE- Escola Estadual

ENS.HÍBRIDO – Programa de educação formal no qual o aluno aprende por meio de ensino on-line

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

EP- Educação Profissional na Rede Pública Estadual

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LP – Linha de Pesquisa

MEC – Ministério da Educação e Cultura

RPE – Rede Pública Estadual

RT – Região Tradicionalista

SEDUC – Secretaria Estadual da Educação

DOE – Diário Oficial do Estado

RPE – Rede Pública Estadual

LTS– Licença Tratamento Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 RELAÇÕES DE GÊNERO NA EPT, HISTORICIDADE, O CENÁRIO PANDÊMICO E A TRIPLA JORNADA DE TRABALHO DAS DOCENTES	20
2.1 EPT: A PRESENÇA FEMININA E SUA HISTORICIDADE NO CORAÇÃO DO RS: O TREM DA VIDA QUE PASSA.	20
2.2 AS ESCOLAS DE ARTES E OFÍCIOS E A EDUCAÇÃO DAS MOÇAS: UMA ABORDAGEM NECESSÁRIA	22
2.3 DA ILUSÓRIA FRAGILIDADE DE SER MULHER À INEGÁVEL RESISTÊNCIA DE SEGUIR EM LUTA	26
2.4 IDENTIDADE FEMININA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE E A INFLUÊNCIA DO PATRIARCADO SOBRE SUAS AÇÕES.....	29
2.5 AS MUITAS MULHERES EM NÓS, POR NÓS, PARA NÓS E A TRIPLA JORNADA	31
3 REMINICÊNCIAS E APRENDIZADOS: DAS VIVÊNCIAS DA PESQUISADORA À ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA PESQUISA	39
3.1 O FEMINISMO, A DECOLONIALIDADE E AS EPISTEMOLOGIAS NO CHAMADO SUL GLOBAL.....	50
3.2 FEMINISMO – UM MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICO E A LUTA PELA IGUALDADE DE DIREITOS.....	52
4 RESISTÊNCIAS AOS IMPERATIVOS PATRIARCAIS	57
4.1 MULHERES: O QUE AS DEFINE É SER MULHER	57
4.2 UMA JORNADA RUMO ÀS LUTAS E ÀS CONQUISTAS DAS MULHERES NA HISTÓRIA	59
4.3 A MULHER PROFESSORA (A PROFESSORA MULHER): PROFISSÃO QUE A LIBERTA PARA O MUNDO DO TRABALHO.....	63
4.4 A MULHER NO MAGISTÉRIO: DA NORMALISTA À TRÍADE MULHER, MÃE E PROFESSORA	66
4.5 DESAFIOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS ANTE AO CENÁRIO PANDÊMICO	70

5 OS EFEITOS DA SOBRECARGA DE TRABALHO NA SAÚDE DAS DOCENTES (NA PANDEMIA): A CRISE PANDÊMICA E SUAS RAMIFICAÇÕES NA SAÚDE DAS TRABALHADORAS DOCENTES.....	74
5.1 A PANDEMIA E O NOVO CENÁRIO EDUCACIONAL.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	106

1 INTRODUÇÃO

“Eu não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas”.

Mary Wollstonecraft, 1792

A temática escolhida traz em cena os desafios da mulher e a tripla jornada, entendida, aqui, como a sobrecarga de trabalho diário que engloba a carreira profissional, os afazeres domésticos, a educação dos filhos e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres professoras, na conciliação de suas atividades, numa sociedade em que muito nos exige.

Nessa perspectiva, encontra-se, também, ligada à minha história pessoal e profissional e à Educação – uma oportunidade de desenvolver um tema valioso e pertinente, devido à complexidade social, econômica e política, e das desigualdades sociais cada vez mais acentuadas. Nesse contexto, surge a problemática em estudo buscando entender a condição feminina na sociedade e como a tripla jornada de trabalho¹ está afetando a saúde das mulheres professoras nas escolas da Rede Pública Estadual e com **EP** em Santa Maria, e discutir o adoecimento dessas **docentes** e seus afastamentos LTS(licenças saúde), ante às práticas pedagógicas e às tecnologias da informação, no período de 2018 a 2021.

O objetivo geral desta Pesquisa é investigar a trajetória das docentes, e como essas mulheres conciliam a sua tripla jornada, identificando os aspectos que permeiam a vida em tripla jornada de trabalho, entender as situações vivenciadas por elas; e , como objetivos específicos: identificar as principais dificuldades e analisar como a tripla jornada e como o período pandêmico têm afetado essas mulheres e , por conseguinte, o adoecimento das docentes e seus afastamentos em LTS- licença saúde, nas escolas da Rede Pública Estadual e de EP² de abrangência de Santa Maria, no período de 2018 a 2021, nas escolas da Rede Pública Estadual e de EP de abrangência de Santa Maria; historicizar a participação da mulheres na Educação Profissional; Refletir acerca de como essas mulheres, professoras vivenciam a tripla jornada e quais as dificuldades por elas encontradas; Realizar uma pesquisa de cunho

¹ **Tripla jornada de trabalho** é uma expressão usada para definir a sobrecarga de tarefas diária que a maioria das mulheres enfrenta na sociedade.

² EP – Educação Profissional na Rede Estadual. EPT – Na rede estadual é utilizada a sigla EP para Educação Profissional.

documental (qualitativa) e investigar, na percepção de gênero, a participação das mulheres docentes na RPE e EP.

A pesquisa possui relevância científica, pois demanda um conjunto de métodos investigativos para apurar e analisar os dados coletados, além de uma relevância social, pois com a pesquisa será possível perceber a real posição social da mulher docente, suas contribuições, visibilidade e atuação. E ainda, como estas mulheres são percebidas no ambiente de formação profissional.

Para compreender os questionamentos e refletir sobre o tema das mulheres, o trabalho está alicerçado na pesquisa teórica que se mostra importante para a produção científica e propicia questionamentos necessários à discussão e à problematização, além de destacar a relevância do tema. De acordo com Maldonado (2011, p. 294-295),

A pesquisa teórica não pode ser reduzida a mera revisão literária para ser editada em resenhas rápidas repetitivas; pelo contrário, exige a problematização constante das ideias e dos raciocínios as questões e os aspectos do problema/objeto em fabricação. Maldonado (2011, p. 294-295).

Trata-se de um estudo de caso documental e bibliográfico, uma pesquisa qualitativa, tendo, como suporte, a consulta em livros e artigos científicos e dados das escolas de abrangência da Rede Pública Estadual da 8ª Coordenadoria Regional de Educação, cuja sede é Santa Maria, bem como, uma abordagem teórica metodológica com foco na Teoria Decolonial em diálogo com a perspectiva Freiriana, conforme as palavras de, Franzi e Fellini, (2020):

Recorremos à pedagogia decolonial, sobretudo aos aportes de Paulo Freire, visando oportunizar uma reflexão sobre a formação docente enraizada em saberes latino-americanos, comprometidos com a transformação social e com a humanização. Para tal, evidenciamos a crítica ao eurocentrismo e seus impactos na formação de profissionais da educação. (FRANZI e FELLINI, 2020)

Assim, os autores, ainda comentam que “os estudos de Paulo Freire têm conduzido e sustentado encaminhamentos para o campo da formação docente” (FRANZI e FELLINI, 2020). O estudioso, na obra “Pedagogia do Oprimido”, inicia suas primeiras palavras com a seguinte epígrafe “aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, como eles sofrem, mas, sobretudo, como eles lutam” (FREIRE, 1987, p.12). Tal epígrafe propõe, ao nosso

ver, duas perspectivas de análise: o papel fundamental exercido pela docente e a sua função frente à necessidade de uma prática libertadora. Mas deixa, também, aberta a possibilidade de indagarmos se a afirmação seria o convite para não nos esquecermos sobre quem somos, onde estamos, o que construímos, produzimos e ensinamos. Cabe aqui fortalecer o motivo que nos faz recorrer aos conhecimentos de Freire: a necessidade de luta frente à opressão imposta, na qual a educação se caracteriza pela necessidade de desvincular-se dos moldes de dominação e exploração aplicados até os dias atuais.

Para o autor, essa busca pela liberdade é um “[...] trágico dilema dos oprimidos, que a sua pedagogia tem de enfrentar” (FREIRE, 1987, p.19). Na concepção freireana, pensar na prática pedagógica como forma de transformação da realidade é reconhecer que “[...] na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente” (FREIRE, 1996, p. 2).

Já, em *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. FREIRE, Paulo (1992), reascende a crença no ser humano oprimido, como opção ética e humanística de lutar contra sua opressão em favor da vida e da liberdade.

Freire relembra alguns fatos que o levaram a refletir sobre a obra *Pedagogia do Oprimido*, como algumas cartas recebidas que questionavam uma certa linguagem “machista” de Paulo Freire, no sentido de que ele sempre se referia aos “homens” lutando pela sua libertação e nunca às mulheres, ou seja, não havia lugar.

“Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros...” (Paulo Freire, 1997, p. 11)

As palavras da epígrafe são as últimas que Paulo Freire deixou escritas na sua Terceira Carta Pedagógica, que nos deixou inconclusa em cima de sua mesa, poucos meses antes de morrer. Naquela mesma “Carta”, alguns parágrafos antes, havia escrito: “[...] não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo.”

Com relação ao tema, Androela (2010) comenta:

O tema da condição da mulher na obra de Freire. O autor denuncia toda forma de discriminação declarou que jamais teria escrito o livro se permitisse oprimir suas filhas, sua mulher ou as mulheres com quem trabalhava. Mas aceitou

as críticas das feministas americanas de que a linguagem daquele livro era machista.(ANDROELA, 2010),

Debruçar-se sobre o tema das mulheres e trabalho ainda é um assunto que não se esgotou cuja análise, estudo e pesquisa continua urgente, na contemporaneidade.

Esta Dissertação está organizada em quatro capítulos que mantêm, entre si, uma grande interlocução. Na Introdução deste estudo, abordam-se as dimensões mais gerais do tema, as problematizações, os objetivos, a metodologia utilizada, os sujeitos da pesquisa. O primeiro capítulo apresenta um resumo histórico da Educação Profissional, que foi iniciada com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, traduzindo a historicidade da EP de forma geral e no município de Santa Maria, o Cenário Pandêmico e a Tripla jornada das mulheres professoras. O Segundo Capítulo, intitulado Reminiscências e Aprendizados: das vivências da pesquisadora à elaboração da proposta da pesquisa, traz a história de vida da pesquisadora, discutindo acerca de feminismo, decolonidade e as epistemologias no chamado sul global. O Terceiro Capítulo, nomeado Resistências aos Imperativos Patriarcais, aborda o Patriarcado das relações de gênero e suas influências, gênero, a feminização do magistério, no âmbito da educação profissional, dando relevância para o trabalho docente, e a docência feminina como resistência. No Quarto Capítulo, denominado Os Efeitos da Sobrecarga de Trabalho na Saúde das Docentes: A Crise Pandêmica e suas Ramificações na Saúde das Trabalhadoras Docentes, investiga o adoecimento das docentes, os efeitos da sobrecarga de trabalho ante ao cenário pandêmico e seus afastamentos da sala de aula – LTS (Licenças saúde). E a Conclusão deste estudo, apresentando, também, sugestões para a realização de novas investigações a respeito da temática em foco.

A seguir, a historicidade da EPT com enfoque na cidade Coração do Rio Grande do Sul –Santa Maria, a Tripla Jornada das docentes e a Pandemia.

2 RELAÇÕES DE GÊNERO NA EPT, HISTORICIDADE, O CENÁRIO PANDÊMICO E A TRIPLA JORNADA DE TRABALHO DAS DOCENTES

Este capítulo traz a historicidade da EPT no Brasil um breve histórico dessa modalidade educacional, a legislação que a ampara seu processo histórico e pedagógico e, em especial, na cidade de Santa Maria. Destaque para o surgimento dos Liceus e Escolas de Artes e Ofícios e as Escolas Profissionais de Artes e Ofícios criadas pela Cooperativa da Viação Férrea em Santa Maria-RS- o maior entroncamento ferroviário do Estado. A EPT, o Cenário pandêmico e a Tripla Jornada das Docentes, buscando-se expor o referencial teórico que dará sustentação ao estudo.

2.1 EPT: A PRESENÇA FEMININA E SUA HISTORICIDADE NO CORAÇÃO DO RS: O TREM DA VIDA QUE PASSA.

“É o trem da vida que passa.
As lembranças vão nos trilhos e a
Saudade na fumaça”.
Lara Ordones

Iniciar o capítulo com a lembrança do tempo e a historicidade nos remete à mensagem inicial, que nos aproxima tanto da nossa vida que passa, quanto da educação, e com ela anda lado a lado. “É o trem da vida que passa”.

Por meio deste estudo, pode-se identificar a história da Educação Profissional com destaque para o surgimento dos Liceus e Escolas de Artes e Ofícios e as Escolas Profissionais de Artes e Ofícios criadas pela Cooperativa da Viação Férrea em Santa Maria-RS. Assim, destaca Manfredi, (2016) que a EPT acompanha a humanidade desde os tempos mais remotos, quando se transferiam os saberes e técnicas profissionais pela observação, prática e repetição. Os conhecimentos sobre a fabricação de utensílios, ferramentas, instrumentos de caça eram repassados garantindo a sobrevivência de homens e mais tarde a transição da produção artesanal para a fabril.

A aprendizagem de ofícios tornou-se imprescindível e o trabalhador e a trabalhadora necessitavam de conhecimento técnico para o domínio de seu ofício. Surgiram assim, em meados de 1920, em Santa Maria-RS, as escolas de artes e ofícios.

Inicialmente, apresenta-se uma discussão conceitual sobre gênero, atrelada ao contexto histórico e sociocultural da construção dos simbólicos no que diz respeito à figura da mulher, visando entender a origem dos paradigmas construídos em torno das relações de gênero e da figura representativa da mulher.

Ao analisar o percurso histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, um marco pontual aconteceu no ano de 1909, quando, o então Presidente da República, Nilo Peçanha, inaugurou dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, nas capitais dos estados brasileiros, por intermédio do Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909.

No Brasil, a formação do trabalhador e da trabalhadora teve seu início no período da colonização do país, tendo como primeiros aprendizes de ofícios os Índigenas e os escravizados Índios e escravos, considerados integrantes das classes mais baixas da sociedade. A educação propedêutica, de caráter acadêmico e preparatória para a continuidade dos estudos, era destinada à elite.

Durante o Império, inúmeras iniciativas voltadas à educação profissional foram implementadas, como as Casas de Educandos Artífices instaladas em dez províncias, entre 1840 e 1865. Valente (2021), comenta que, em 1909, Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 7.566, criando as “Escolas de Aprendizes e Artífices”. E, em 1937, as escolas de aprendizes e artífices foram transformadas em liceus.

A contribuição dos trabalhadores ferroviários foi um importante marco na história da educação Rio-grandense. O movimento ferroviário, através de sua organização social, foi determinante para o desenvolvimento educacional no Estado, a partir do início do século XX.

Os trilhos da ferrovia chegam à Santa Maria em 1885, estabelecendo ligações com muitas cidades, trazendo desenvolvimento e grande concentração de trabalhadores e seus familiares no entorno da ferrovia. Com o surgimento da Cooperativa, com a finalidade de acolher o funcionalismo ferroviário, também foram criados armazéns, lojas, fábricas, farmácias, escolas atendendo às necessidades de seus associados e de seus dependentes.

Situada no Centro geográfico do Rio Grande do Sul, no início do século XX, Santa Maria tornou-se uma das mais importantes cidades do interior por sediar a Viação Férrea do Estado- um dos maiores entroncamentos ferroviários do país, recebendo o título de “Cidade Ferroviária”.

Fundada, em 26 de outubro de 1913, a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul -CCEVFRGS, na sua Ata de Instalação Definitiva, de 27 de abril de 1916, segundo a revista COOPFER (1963) – Revista do Cinquentenário da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul-(1913-1963), constam, entre os compromissos que assumiam, entre outros, a decisão de fundar, manter e auxiliar instituições escolares de artes e ofícios. No entendimento das organizações dos trabalhadores ferroviários, a educação se fazia necessária para melhorar o nível de entendimento e aprimorar seus conhecimentos profissionais, conforme considerado na revista:

As escolas de artes e ofícios vinham proporcionar a qualificação profissional e as escolas de alfabetização serviam para, além da instrução básica, trazer hábitos saudáveis e de bons costumes cristãos. A criação do Departamento de Educação teve como finalidade a obra de difusão da educação e do ensino entre os associados da Cooperativa e ferroviários em geral. Dando cumprimento a essa finalidade de eminente caráter social, foi que se disseminaram, por todo o Estado, desde os núcleos ferroviários mais densos até as mais modestas turmas da Via Permanente, escolas primárias e alfabetização.³ (COPFER, 1963,s/n) .

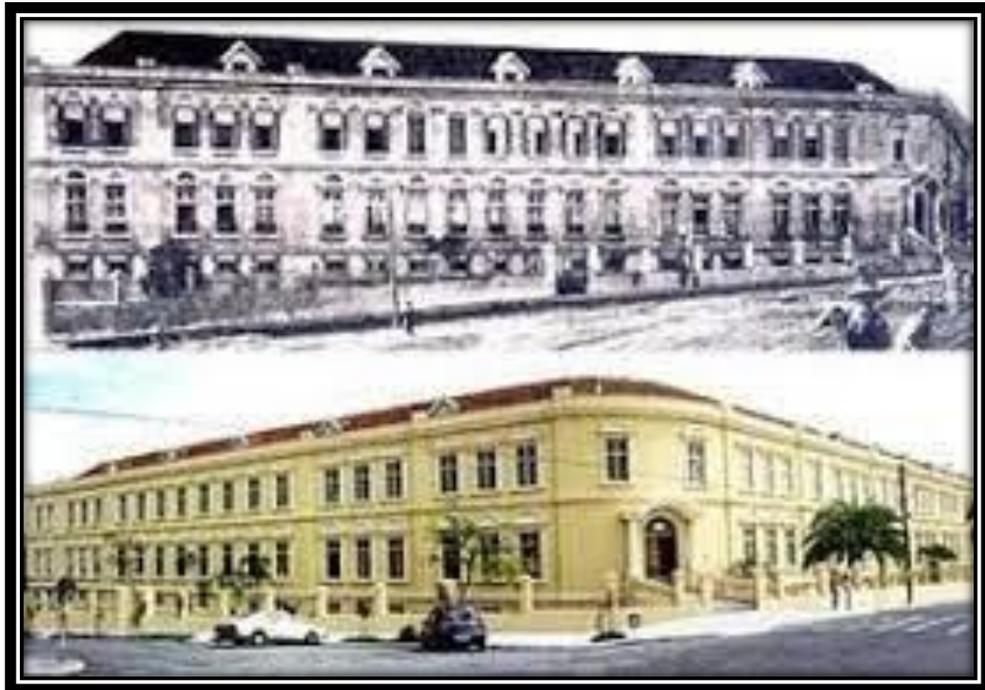
2.2 AS ESCOLAS DE ARTES E OFÍCIOS E A EDUCAÇÃO DAS MOÇAS: UMA ABORDAGEM NECESSÁRIA

Entre as realizações do Departamento de Educação da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea, está a Escola de Artes e Ofícios – seção masculina, de Santa Maria, que depois foi transformada em Escola Industrial Hugo Taylor, a qual fornecia, além da instrução primária gratuita, o ensino profissional. Construída em estilo neoclássico, a antiga Escola de Artes e Ofícios - fundada em 1913, teve considerável importância para os filhos dos trabalhadores da ferrovia que tinham dificuldades para custear uma educação de qualidade. Sobre o tema, (IENSEN, 2019), comenta que a educação das moças preocupava os cooperativados que criaram, em Santa Maria, a Escola Santa Teresinha sob a coordenação das Irmãs Franciscanas.

A Escola Santa Teresinha em dois ângulos diferentes, que mais tarde recebeu a denominação de CE Manoel Ribas. As figuras abaixo, registram o período:

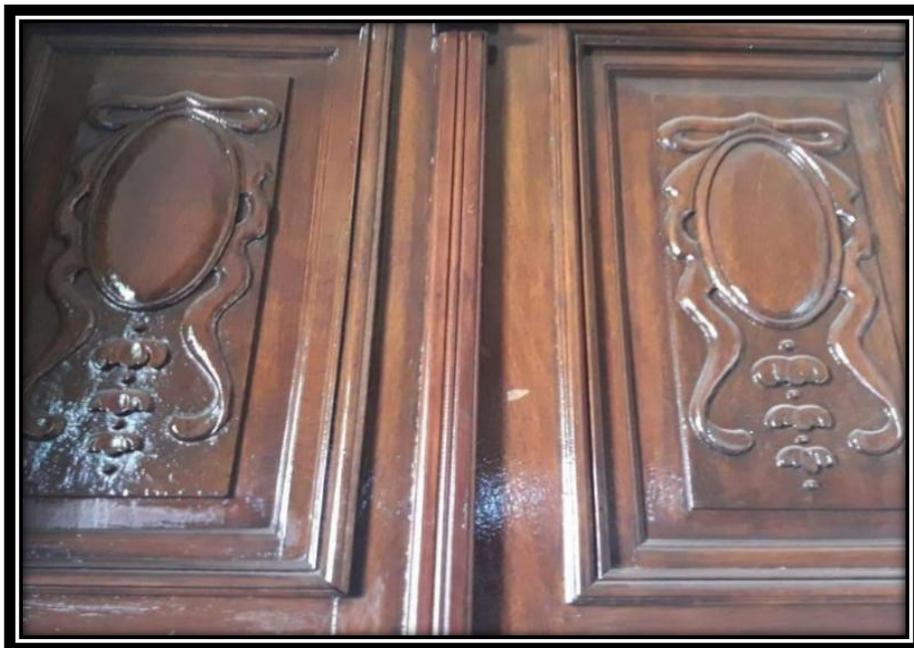
³ Relatório correspondente ao Exercício de 1946, apresentado ao Conselho de Administração, 1947: 8

Figura 1 - Escola Santa Terezinha



Fonte: Acervo Memorial CE Manoel Ribas

Figura 2 - Entalhes na madeira representando as alunas



Fonte –Acervo Memorial CE Manoel Ribas

Figura 3 - alunas da Escola Santa Teresinha em aula de música



Fonte: Acervo Memorial CE Manoel Ribas

Figura 4 - Alunas da Escola Santa Teresinha na aula de Corte e Costura



Fonte: Acervo Memorial CE Manoel Ribas

Ligada à religião católica, a Escola de Artes e Ofícios- Seção Feminina recebeu o nome de Escola Santa Teresinha do Menino Jesus- cuja vida foi marcada pelos pequenos gestos de delicadeza feminina, luzes ,cruzes e alegrias, visto que era um exemplo de honestidade e virtude, tudo que uma moça deveria ser. A filosofia franciscana, no início do Século XX, primava pela construção de uma identidade feminina religiosa, onde as mulheres eram educadas e preparadas para os trabalhos manuais e aprendiam ofícios de corte costura, arte, culinária e música, desenvolvendo habilidades para bordar, costurar, tocar, cantar, fazer chapéus, arrumar uma mesa, estender a cama e cozinhar.

Na composição deste trabalho, buscou-se uma releitura da história desta modalidade de ensino, das vivências e da importância do trabalho pedagógico desenvolvido nessas instituições.

Merece destaque a notabilidade dada à escola e seu papel na sociedade. De um lado, a seção masculina, que visava qualificar mão de obra para, mais tarde, trabalhar no quadro funcional da Viação Férrea e, de outro, a escola feminina, que formava mulheres educadas moral e religiosamente aptas à educação de seus filhos e para serem boas esposas.

O encontro com novos conhecimentos, destacando a educação profissional e sua historicidade, abriu significativo caminho na história da Educação Profissional e Tecnológica sua valorização e o exercício da profissão, contribuindo para a inserção do cidadão no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Fernandes (2019) comenta que, na atualidade, a presença feminina é mais acentuada em todos os níveis (e modalidades) de formação educacional. Todavia, nem sempre foi assim, pois, antigamente, as mulheres ingressaram na escola tardiamente, e o que podiam estudar na sua formação era uma preparação para os cuidados com o lar e a família (marido e filhos).

Assim, Amorim (2021), comenta que o ingresso da mulher na Universidade foi mais uma de suas lutas, sendo que, em 1879, o governo imperial autorizou a presença feminina nas faculdades.

No Brasil, a docência feminina surgiu com a necessidade de inclusão da mulher no mercado de trabalho e, associado à crença que a mulher, por ser mãe, seria ótima professora, ou seja, ideal para ser exercido por mulheres (ALMEIDA, 1998). Em termos históricos, a atuação das professoras ganhou ênfase com o surgimento dos grupos escolares (SAVIANI, 2004), no fim do século XIX e início do século XX e,

também, com a formação do magistério que acontecia nas Escolas Normais. Com o passar do tempo, ocorreram várias mudanças sociais no que se refere às mulheres.

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro não foi uma tarefa fácil, fez parte de um processo tardio e complexo que veio a atender demandas do capitalismo industrial em crescente expansão no Brasil e no mundo, principalmente depois do século XX.

Para estas mulheres, o ingresso no magistério e o acesso à formação remetem a uma história de luta e de persistência.

2.3 DA ILUSÓRIA FRAGILIDADE DE SER MULHER À INEGÁVEL RESISTÊNCIA DE SEGUIR EM LUTA

“Dizem que a mulher é o sexo frágil, mas que mentira absurda
Eu que faço parte da rotina de uma delas, sei que a força está com elas
[...]
Mulher, mulher
Na escola em que você foi ensinada
Jamais tirei um dez
Sou forte, mas não chego aos seus pés”
(Erasmão Carlos)

Importante mencionar a música Mulher (Sexo Frágil?), composta por Erasmão Carlos, em homenagem à sua esposa, no início da década de 80, a qual narra a força da mulher em um período de profundas mudanças no país.

Destaca-se a indagação entre parênteses, no título da música, que nos traz a reflexão de que a fragilidade evidente do passado, hoje, passa a ser vista como sensibilidade para transformar. A mulher, dantes inferiorizada, submissa, e discriminada por uma sociedade patriarcal e conservadora, no presente, é exemplo de força, persistência e competência, conquistando importante espaço no mundo do trabalho e promovendo transformações de comportamento.

Ao historicizar a luta das mulheres, há que se destacar a importância do movimento feminino tanto na Europa quanto no Brasil, e suas conquistas, especialmente, na década de 1960, sobretudo, na Europa. Até 1962, as mulheres casadas só podiam trabalhar fora de casa, se o marido permitisse, conforme preconizava o Código Civil, de 1916. Contudo, as mulheres se mobilizaram, lutaram e apresentaram propostas, década após década, para mudar um cenário que inferiorizava as mulheres. No Brasil, o movimento feminista inicia mais tardiamente devido a ditadura militar, que se estendeu de 1964 a 1985, e, somente por volta da

década de 1970, ocorreram as primeiras manifestações feministas no País. Conforme Pinto (2010), um pouco mais tarde, no Brasil, ocorreu no seio do movimento feminista da década de 80, momento no qual se iniciava a abertura política.

A participação das mulheres nos movimentos reivindicatórios, levantando bandeiras e temas específicos ligados aos direitos trabalhistas, à saúde, à sexualidade, à contracepção e à violência contra a mulher.

Sob impacto desses movimentos, foram implantadas as primeiras políticas públicas voltadas para as questões, tais como questões de gênero: o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, ambos no Estado de São Paulo. Alguns anos depois, a Constituição Federal de 1988, também denominada de cidadã, foi outro importante marco. Diversas propostas oriundas dos movimentos sociais, que incluíam temas relativos à saúde, à família, ao trabalho, à violência, à discriminação, à cultura e à propriedade da terra foram debatidas. No Brasil, houve avanços significativos em diversas áreas, dentre elas, o combate à violência e o empoderamento financeiro das mulheres. Simone de Beauvoir afirma que “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida” (BEAUVOIR, p. 25, 2000).

Entretanto, ao longo da história, e em um sistema patriarcal, a mulher era tida como propriedade- primeiro do pai, depois do marido. Ao casar, por força de lei, deixava o sobrenome da família para adotar o do marido, perdendo com isso sua identidade pessoal e familiar. E o casamento era um ato de transmissão da mulher, numa cerimônia onde o pai conduzia e entregava a noiva, vestindo branco (a cor da pureza), no altar ao seu marido e próximo dono. Infelizmente, essa noção da mulher como propriedade ainda prevalece.

Em 1949, Simone de Beauvoir já trazia a noção de mulher como propriedade masculina. No Livro, *O Segundo Sexo*, a autora destaca que a mulher não era considerada um ser humano, visto que não podia possuir bens:

“Se ela fosse herdeira, transmitiria as riquezas da família paterna à do marido: excluem-na cuidadosamente da sucessão. Mas, inversamente, pelo fato de nada possuir, a mulher não é elevada à dignidade de pessoa, ela própria faz parte do patrimônio do homem, primeiramente do pai e em seguida do marido” – *O segundo Sexo*, 1949 p.103)

Na atualidade, a legislação brasileira não impõe mais a alteração do sobrenome permitindo decidir, conforme o § 1.º do artigo 1.565 do Código Civil, a qualquer um dos futuros cônjuges (e não somente a noiva), acrescentar ao seu sobrenome o do outro. Assim, dispõe o atual Código Civil sobre a matéria:

Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

§ 1º Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro. (g.n.)

Saffioti (2004) considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina. Esclarece, a autora, que o patriarcado pode ser concebido como um esquema de dominação e exploração das mulheres, o que, por si só, significa um total distanciamento em relação ao tipo-ideal weberiano (SAFFIOTI, 1992: 194).

Saffioti (2004) também traz uma valiosa contribuição, porque é pioneira em trazer o estudo da questão da mulher na sociedade, atualiza a leitura da família patriarcal com uma nova acepção sobre o patriarcado e apresenta, a partir da questão de gênero, uma importante reflexão sobre as bases do autoritarismo e os limites da democracia no Brasil.

Sob um panorama histórico, em sociedades antigas, as mulheres não tinham acesso à escrita e uma das principais funções sociais era a constituição da família.

Importante, aqui, refletir acerca da mulher e a influência do patriarcado e como se define uma sociedade patriarcal, bem como as relações de poder dos homens sobre as mulheres.

2.4 IDENTIDADE FEMININA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE E A INFLUÊNCIA DO PATRIARCADO SOBRE SUAS AÇÕES

Patriarcado, que vem da combinação das palavras gregas *pater* - pai, e *arkhe*, - origem ou comando. Textualmente, a *autoridade do homem* representada pela figura do pai, e muito utilizado para descrever um tipo de "família dominada por homens", considerando-se o gênero. Atualmente, usado para se referir ao poder dos homens sobre as mulheres.

Considerando um sistema que utiliza a dominação imposta pelo homem sobre a mulher, um hábito convencionalmente cultuado e que ainda influencia a sociedade, atribuindo às mulheres encargos peculiares aos afazeres domésticos e os cuidados com a família, desencadeou muitas lutas na conquista da igualdade e de gênero.

Com a Constituição Federal de 1988, a mulher conquistou a igualdade jurídica, deixando o homem de ser o chefe da família; contudo, essa conquista ainda precisa de fato ser alcançada por homens e mulheres na sociedade de tradição patriarcal.

As mulheres foram conquistando espaços na sociedade; porém, com jornadas exaustivas e à custa de muita superação, na busca dos seus direitos e de reconhecimento em suas áreas de atuação.

Sob a ótica feminista, a luta é marcada pela extinção do patriarcado e da opressão, o que leva a análise do papel das mulheres no mercado do trabalho e na família. E, ainda, acerca da liberdade sexual da mulher, que dentro de uma sociedade patriarcal é aprisionada e subjugada. Muitas mulheres enfrentam as opressões sociais, entre outros tipos de discriminação, como raça, classe e sexualidade, na busca pela equidade de gênero.

No final do século XIX, a primeira onda feminista foi marcada pela luta por igualdade política e jurídica, levando para as ruas especialmente mulheres brancas e de classe média. A segunda onda feminista- 1960 a 1970, trazia o direito ao corpo e ao prazer, contrária aos privilégios e liberdades dos homens sobre as mulheres. Nos anos 1980, o movimento feminista negro ganhou destaque nos Estados Unidos, discutindo as opressões raciais e as desigualdades de classe. Ao longo de todos esses movimentos até os dias atuais, as teorias feministas expandiram a definição de sociedade patriarcal para descrever uma enorme estrutura social em que as mulheres são submetidas ao poder dos homens, traduzindo um movimento de

luta pelo fim da dominação dos homens sobre as mulheres nas mais variadas esferas – destaque para a esfera educacional.

No Brasil, a educação, desde os primórdios, era ministrada pelos Jesuítas, para instruir apenas o gênero masculino, permanecendo esse modelo até fins do século XVIII. De acordo com Bruschini (1988), com a primeira lei relativa à educação de 1827, o ensino se tornou gratuito e público, inclusive para as mulheres. As mulheres, antes restritas às tarefas do lar, passaram a buscar a docência que era permitida pelo fato de o ato de educar estar diretamente ligado ao cuidar, função vinculada à maternidade e, por isso, considerava-se um papel apropriado a esse gênero.

No século XIX, foram criadas as Escolas Normais nas Províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, ambas no ano de 1835 (VILLELA, 2007)

Num espaço de cinco décadas, uma profissão quase que exclusivamente masculina tornar-se-ia prioritariamente feminina, sendo que a formação profissional possibilitada por essas escolas teria papel fundamental na luta das mulheres pelo acesso a um trabalho digno e remunerado (VILLELA, 2007, p.119).

Contudo, foram surgindo novas oportunidades de trabalho para os homens, que buscaram trabalhos melhor remunerados. Ainda, de acordo com Villela (2007,p.120), não se deve compreender a entrada da mulher na docência apenas como uma aquiescência dos homens, mas é necessário considerar que o desprestígio da profissão docente foi reflexo também da inserção da “população de baixa renda, desvalorizada portanto na óptica capitalista (p.120)”.

Já, no século XX, com a expansão das escolas primárias e o aumento dos alunos, foi necessária a capacitação dos professores, especialmente da mulher que, assim, passou a conquistar maior espaço na vida pública. A docência passou a ser um ofício do sexo feminino uma continuação da atividade de educar os filhos, projetando-se na escola a ideia de extensão do lar. No século XX, aos homens eram atribuídos cargos mais elevados na hierarquia do magistério, como na administração, gestão, direção, enquanto a predominância da mulher no magistério foi constante, um trabalho associado às habilidades afetivas e à maternidade e, futuramente, somando-se a uma carga horárias exaustiva- uma tripla jornada de trabalho.

2.5 AS MUITAS MULHERES EM NÓS, POR NÓS, PARA NÓS E A TRIPLA JORNADA

A escolha deste projeto de pesquisa também intenciona uma discussão acerca da tripla jornada de trabalho das docentes, sob a ótica dos estudos de gênero, pretendendo analisar comportamentos das mulheres que “conciliam” as atividades profissionais, suas condições de vida, a sobrecarga de trabalho e como essas muitas mulheres – mães, esposas, companheiras e profissionais – estão enfrentando seu cotidiano, em meio a tantas tarefas diárias. Enfrentando baixos salários, carga horária exaustiva, vida pessoal e a responsabilidade da escolarização de seus alunos e alunas. Para a condução do estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa, tendo como suporte o levantamento bibliográfico, através de consulta em livros e artigos científicos. Observou-se que, com a pandemia estabelecida pela Covid -19, novas atividades somaram-se à excessiva carga de ocupações já suportadas pelas professoras e como a tripla jornada de trabalho está afetando a saúde das mulheres professoras nas escolas da Rede Pública-Estadual de abrangência de Santa Maria.

Em que pese, a jornada tripla de trabalho é um problema social que sobrecarrega as mulheres de trabalhos múltiplos: em casa, na escola, no cuidado com os filhos. E que se intensifica quando essas mulheres cuidam de tudo sozinhas, inclusive do sustento da casa. Tendo que perfazer Jornadas de 40 e até 60 horas semanais. Esta é a rotina de grande parte das professoras da rede pública de ensino no Estado.

A desigualdade de gênero ainda persiste em nossa sociedade, não configurando qualquer novidade. E sua inserção no mundo do trabalho foi à custa de muita luta. O desafio da tripla jornada de trabalho das mulheres é muito bem traduzido, segundo Amaral e Vieira (2013, p. 403), quando relatam que:

Com presença expressiva no mercado de trabalho, as mulheres vêm ampliando continuamente sua participação nos mais diversos cargos e funções, no entanto continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades do lar e pelo cuidado dos filhos. (AMARAL E VIEIRA, 2013, p. 403)

E a situação se agrava com a “crescente demanda por qualificação, exigindo que essas trabalhadoras cumpram, muitas vezes, três jornadas de trabalho: profissional, familiar e educacional”. (Idem)

As autoras fazem alusão ao beija-flor numa enriquecedora metáfora, visto que sua presença na natureza está relacionada ao trabalho e também à reprodução, analisando as três jornadas de trabalho: profissional, familiar e educacional e as formas criativas que as mulheres têm utilizado para lidar com a sobrecarga de atividades. Para elas, a tripla jornada de trabalho é uma escolha que não se constitui em fator de adoecimento ou de fadiga, apesar do acúmulo de atividade.

O grande enfoque da pesquisa é analisar comportamentos dessas mulheres, utilizando como referência uma pesquisa bibliográfica, buscando a obtenção de dados e investigar como a sobrecarga de trabalho está afetando a saúde das mulheres professoras nas escolas da Rede Pública–Estadual. Tudo isso ante a um cenário pandêmico. Importante ressaltar a necessidade de aprofundamento da questão do significado do trabalho para as mulheres e como elas têm-se sentido em relação às suas conquistas e o excesso de trabalho diário.

Historicamente, o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos têm sido atribuídos às mulheres. Tal situação sofreu poucas mudanças apesar do ingresso das mulheres no mundo do trabalho, evidenciando a tripla jornada – trabalho, casa e escola.

Com a pandemia, o trabalho em home office nos permitiu refletir as desigualdades na divisão de atribuições domésticas entre os gêneros. Contudo, há que se refletir sobre a identidade e resistência da mulher brasileira. A mulher que sofre preconceito e, mesmo assim, segue forte e destemida, presença significativa na família, na sociedade e que, apesar dos desafios do cotidiano, a mulher tem lutado, conquistado e provado sua competência.

Figura 5 - Mulher na sua Tripla Jornada



Fonte: adaptado pela autora. Imagem retirada de página da Internet.

A imagem identifica a tripla jornada evidenciando o resultado de uma pesada rotina diária.

Não obstante, mesmo que a mulher esteja inserida no mundo do trabalho, os estigmas acerca da divisão do trabalho dentro do ambiente doméstico são mantidos, de acordo com a construção social das relações de gênero: a mãe deve cuidar da prole e realizar as tarefas domésticas sozinha e, por sua vez, é sobrecarregada física e psicologicamente. O que nos faz questionar qual é o papel da mulher dentro da família na sociedade brasileira atual, independentemente de suas inúmeras conquistas, lutas e vitórias.

A pandemia da COVID-19 evidenciou enormes desigualdades e, nesse contexto, situam as questões relativas ao direito à educação- um dos pilares da CF88, e os esforços e as lutas para a afirmação desse direito e a implantação do “ensino remoto emergencial”, o que levou as docentes a se adaptarem a este novo cenário. Uma verdadeira saga - a dificuldade dos professores para transmitir a aprendizagem aos estudantes e a falta de experiência com as aulas remotas e de domínio da tecnologia digital. O Risco de contágio, a falta de aparelhos eletrônicos, como celular e computador, o treinamento para acesso à plataforma Google Sala de Aula, são algumas das situações enfrentadas por estudantes e educadores da rede pública na adaptação ao ensino remoto emergencial. Embora já usando a tecnologia, foi preciso adaptação e aumento da jornada de trabalho.

Os professores, que antes davam aulas durante um período letivo, precisaram estar disponíveis para tirar dúvidas dos alunos o dia todo. Essa mudança exigiu que

as educadoras adaptassem sua rotina doméstica à nova forma de trabalho, o que nem sempre é fácil.

Nesse novo formato, foi preciso reinventar a forma de dar aula e lidar com outras dificuldades, como a tecnologia e o convívio familiar durante o expediente, e manter a casa - novo local de trabalho, em ordem. E, muitas vezes, tendo que dividir um único computador com a família ou não se ter condições de um bom computador para uso do *meet*, o que inviabiliza o acesso às plataformas. Ou ficar um dia inteiro no *whatsapp* para dirimir dúvidas.

A pandemia aumentou a nossa fragilidade e, nesse cenário, materializam-se os efeitos da Covid-19, especialmente pelo isolamento social e, via de regra, aumentou a responsabilidade e a sobrecarga de trabalho doméstico das docentes. Começando no risco representado pelas aglomerações e seus efeitos na educação presencial, e as medidas bastante rígidas para evitar o contágio e o aumento de propagação do vírus, dentre elas: a suspensão temporária das aulas. E o Ensino Remoto foi conduzido via Plataforma *Google Classroom*, desafiando professores e alunos e a desigualdade no acesso à internet e ao domínio das tecnologias, gerando incertezas quanto à qualidade e à efetividade da aprendizagem no que tange ao conteúdo.

Discutiu-se a importância do retorno presencial e as normas estabelecidas para o enfrentamento da Pandemia de Covid-19 e o equilíbrio necessário entre a promoção da saúde e o desempenho das atividades educacionais. Foi necessária a adequação das medidas de prevenção e o controle sanitário nas escolas será realizado “conforme o respectivo Plano de Contingência e Formulário de Prevenção à Covid-19 nas atividades educacionais. A segurança para o retorno estava ligada a uma proteção como a vacina.

Importante ressaltar a necessidade de aprofundamento da questão do significado do trabalho para as mulheres e como elas têm se sentido em relação às suas conquistas e a sobrecarga de trabalho diário.

Observa Santos (2020), em *A Cruel Pedagogia do Vírus*, que,

Vivemos em quarentena, na quarentena política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado sobre si próprio e a das discriminações raciais e sexuais sem as quais ele não pode subsistir. A quarentena provocada pela pandemia é afinal uma quarentena dentro de outra quarentena. Superaremos a quarentena do capitalismo quando formos capazes de imaginar o planeta como a nossa casa comum e a Natureza como a nossa mãe originária a quem devemos amor e respeito. (SANTOS, 2020, p.32).

Quando superarmos esta quarentena, estaremos mais livres das quarentenas provocadas por pandemias. Amaral e Vieira, (2013), trazem à luz as reflexões pertinentes sobre o adoecimento em razão da jornada de trabalho no enfrentamento aos desafios e a desvalorização do magistério. Piovesan et al. (2019), no seu comentário sobre o adoecimento, a rotina de trabalho e a qualidade de vida docente em sala de aula e também fora dela.

Em o Patriarcado do Salário, a filósofa Silvia Federici (2021) aborda a relação entre marxismo e feminismo do ponto de vista da reprodução social. A autora aponta como a exploração de trabalhos como o doméstico e o de cuidados exercido pelas mulheres sem remuneração, teve e tem papel central na consolidação e na sustentação do sistema capitalista.

Flavia Biroli (2014) nos traz que a divisão sexual do trabalho e da democracia e a posição das mulheres na vida doméstica é constitutiva das suas possibilidades de atuação no mundo do trabalho. Responsabilizadas, prioritariamente, pela vida doméstica em que se destaca o cuidado com as crianças. Conforme Biroli (2014), as mulheres são desde pequenas socializadas para esse papel. Muita coisa mudou, todavia, o desafio está justamente em compreender como, com tantas mudanças, as mulheres continuam a ser prioritariamente responsabilizadas pela vida doméstica, permanecendo ativa a identificação entre o “feminino”, a maternidade e o casamento.

Apesar da passagem dos séculos, alguns aspectos do trabalho das mulheres permanecem idênticos, como as diferenças salariais, a significativa concentração em setores e ocupações com estereótipos de gênero, a inserção em formas de trabalho mais precárias e flexíveis e o grande volume de horas dedicadas ao trabalho de cuidados e afazeres domésticos, em adição à jornada de trabalho fora de casa.

Já para Hirata (2010), em Dicionário Crítico do Feminismo, ao se referir sobre a Divisão Sexual do Trabalho (DST):

A expressão “divisão sexual do trabalho” tem sentidos muito diferentes e que várias vezes remete a uma abordagem descritiva. Isso foi e permanece indispensável: por exemplo, a construção de indicadores confiáveis para medir a (des)igualdade profissional entre homens e mulheres é um verdadeiro desafio político na França. Mas falar em termos da divisão sexual de trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades. (HIRATA, 2010, p.72).

A Tripla Jornada de Trabalho das docentes contará, ainda, com uma análise do panorama dos efeitos da pandemia, as adversidades e peculiaridades, o impacto da pandemia nas docentes e os desafios da mudança de suas rotinas laborais ante à insegurança, medo e o vazio nas escolas públicas. A Covid-19 deixou o setor educacional em uma situação desafiadora, professores e estudantes precisaram fazer uso das tecnologias e aprender a lidar com o distanciamento social. Sem falar na acessibilidade aos recursos das tecnologias, principalmente por parte dos estudantes, a organização do tempo de trabalho e a adaptação dos recursos educacionais e atividades de estudo e conteúdos digitais de forma diferenciada promovendo o engajamento dos alunos.

Diante da pandemia do Coronavírus (Covid - 19), o cotidiano da população mundial foi alterado. A adoção de medidas para contenção do contágio acelerado do vírus incluiu, no âmbito educacional, a suspensão das atividades presenciais nas instituições de ensino, em 2020. No Brasil, a maioria das instituições de ensino suspendeu suas atividades em meados de março de 2020 e, no Rio Grande do Sul, a partir do dia 23 de março, todas as instituições de ensino gaúchas estavam com atividades suspensas. (GOVERNO ESTADUAL RS, ORIENTAÇÕES 2020, p.05)

Como bem traduz Pereira (2022), em seu artigo *Trabalho Remoto na UFSM e o REDE: desafios e problemas frente à pandemia da Covid19-SEDUSFM Seção Sindical dos Docentes da UFSM, ao principiar o ano de 2020 não se tinha ideia do que nos aguardava, bem como o surgimento da COVID19.*

Ao iniciarmos o ano de 2020, não tínhamos a menor ideia daquilo que nos esperava. Começamos como todos os outros anos letivos dentro da Universidade, retorno das férias e recessos de final do ano de 2019, início das aulas de forma presencial, tal e qual sempre fizemos. Todavia, uma novidade estava acontecendo no planeta e aqui nós ainda tínhamos poucas informações, muitas dúvidas, e o que surgia como realidade era um vírus chamado SARSCOV2, CORONAVÍRUS, nomeado então de COVID-19, por ter se manifestado pela primeira vez, no ano de 2019, mais especificamente na cidade de Wuhan, na província central da China (PEREIRA,2022, s/n).

A Rede Estadual, após o período de suspensão, adotou o Modelo Híbrido de Ensino, possibilitando o atendimento remoto dos estudantes. Estados e Municípios editaram decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estando, entre elas, a suspensão das atividades escolares ou a retomada das aulas nas escolas e o modelo híbrido.

O ensino híbrido, ou *blended learning*, é uma das maiores tendências da Educação do século 21, que promove uma mistura entre o ensino presencial e

propostas de ensino online – ou seja, integrando a Educação à tecnologia, que já permeia tantos aspectos da vida do estudante.

Sobre o Ensino Híbrido, o documento Orientações à Rede Estadual de educação do RS para o Modelo Híbrido da SEDUC, tem o propósito e,

O intuito de possibilitar que os estudantes construam trajetórias de aprendizagem mediadas pelos docentes durante o período de isolamento social, no modelo híbrido, o acesso à tecnologia digital é uma possibilidade de atendimento a todos os estudantes, segundo a sua realidade, conforme previsto no Plano de Ação Pedagógica Complementar. Com o objetivo de garantir aos estudantes o direito de aprendizagem previstos para cada etapa da Educação Básica, preconizando o cumprimento do Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) , incisos I e IX, os 5 quais tratam, respectivamente, da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e garantia do padrão de qualidade, entende-se como prioritária a construção de referencial teórico básico que não apenas sustente as medidas a serem tomadas, como oriente de forma clara e justificada a continuidade do trabalho pedagógico durante e após o contexto da pandemia. As mudanças no cenário educacional no que diz respeito à incorporação das tecnologias digitais nas aprendizagens foram aceleradas pela pandemia de Covid-19, gerando um cenário não apenas de necessidade de implementação urgente de um modelo híbrido, mas, também, um cenário propício para avançarmos em qualidade da educação. A escolha pelo Modelo Híbrido de Ensino está alicerçada numa concepção que possibilita a implementação de um projeto pedagógico que atende às atuais demandas emergenciais, mas que pode e deve permanecer para além do momento de pandemia. No Modelo Híbrido de Ensino, iniciado em 2020, a presença é relacional, ou seja, as orientações pedagógicas estão a serviço da aprendizagem, independente das modalidades possíveis: presencial física ou atendimento remoto, podendo-se utilizar: - Google Sala de Aula (Classroom): Ambiente virtual de aprendizagem - sala de aula virtual. Alternativa para os estudantes com acesso a dispositivo (s) eletrônico(s) e internet, sem acesso à internet ou com acesso limitado à internet. Disponibilidade do material em formato digital. Neste formato, os estudantes copiam (pendrive) e/ou baixam os arquivos disponibilizados por cada instituição. Escola: Disponibilidade de acesso mediado pela escola. Opção para estudantes sem acesso a dispositivos eletrônicos e internet. Neste formato, a escola possibilita aos estudantes o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (Google Sala de Aula) por meio dos dispositivos eletrônicos da escola e/ou devolutiva de atividades físicas, considerando os protocolos de distanciamento previstos para o município e horários agendados/disponibilizados por cada instituição. (ESTADO, RS,2020, p.12);

Surgiram muitos desafios no processo ensino aprendizagem; entre eles; a falta de conexão da escola com a realidade dos alunos, dificuldades de acesso à internet o que resultou em altas taxas de evasão escolar. E como a tripla jornada de trabalho está afetando a saúde das mulheres professoras nas escolas da Rede Pública Estadual de abrangência de Santa Maria.

A educação foi muito afetada na Pandemia e, de um momento para o outro, foi necessária uma adaptação ao ensino remoto o que trouxe muitos desafios a começar

pela falta de experiência – as professoras, em sua maioria, não havia dado aulas *on-line* tendo que aprender a usar a plataforma virtual de aprendizagem. Esse novo formato afetou os trabalhos pedagógicos e, em meio a tanto trabalho, estavam as atividades domésticas e familiares. Equilibrar a rotina doméstica e a vida profissional dentro de casa tornou-se um enorme desafio. O medo, a ansiedade, o estresse e a exaustão, já característicos da função/ profissão, se agravaram na pandemia somadas à carga horária extensa, ao distanciamento social abalando, inclusive, a saúde das docentes.

O capítulo seguinte, aborda a história de vida da pesquisadora, experiências e aprendizagens, discutindo acerca de feminismo, decolonidade e as epistemologias no chamado sul global.

3 REMINISCÊNCIAS E APRENDIZADOS: DAS VIVÊNCIAS DA PESQUISADORA À ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA PESQUISA

Do latim, *remuniscentia*, uma recordação do passado que se mantém na memória e que nos permite reportar a história de uma vida.

Os meus quase 30 trinta anos de docência encorajam o resgate das trajetórias e histórias de vida na formação docente, (inclusive a minha), enquanto experiência de vida, aprendizagem e formação docente.

As pesquisas (auto) biográficas e de histórias de vida, no contexto educacional, se encontram em grande crescimento, como assinala Josso (2010).

Para Josso (2010), as histórias de vida explicitam realidades sociais, culturais, como ainda elementos que pertencem ao sujeito (sentimentos, emoções, valores, crenças, desejos, dentre outros).

Das minhas reminiscências e aprendizados- sejam elas felizes ou não tão felizes, e como cheguei até aqui, sou, aqui, narradora da minha trajetória, enquanto mulher, professora, divorciada, e da não fácil decisão de não ser mãe, numa sociedade em que rotula e associa a mulher à maternidade, ter dito não ao sistema imposto causou espanto e muitos questionamentos- tinha que estar sempre justificando minha decisão, As perguntas mais corriqueiras (prosaicas) eram: quem iria me cuidar na velhice, ou se havia algum problema de saúde que me impedisse a gestação. Recordo que, sobre isso, não era perguntado para o meu ex-marido, diga-se que, no modelo patriarcal, para a mulher é quase uma obrigação ter filhos. Não houve um fator ou motivo determinante para minha escolha. Inicialmente, dediquei-me ao trabalho, o tempo passou e fui, assim, me distanciando da ideia. No entanto, descobri ter exercido a maternidade de muitas outras formas: fui mãe dos meus alunos, meus sobrinhos e da minha sobrinha-afilhada.

O mundo do trabalho feminino muito nos exige e a divisão das muitas jornadas tem despertado minha curiosidade e observação. Como tal, ao chegar em casa, tenho meus afazeres domésticos, mas também observo minhas colegas, amigas e como elas conciliam trabalho e vida pessoal.

Minha profissão docente impulsionou esta pesquisa, a qual passou a ser observada e pensada através das singularidades e dos aspectos estruturantes da prática educativa das Professoras da RPE-Rede Pública Estadual e da sua jornada de trabalho. Busco conhecer a trajetória das docentes, seja nas narrativas das

histórias de vida, a começar pela minha e como ela me conduziu à pesquisa: Professora Estadual há 30 anos, 58 anos, advogada e aposentada em um vínculo (em dezembro de 2021), decidi estudar novamente. E, ante aos muitos desafios, estava a dificuldade de concessão de licença para qualificação profissional -motivo pelo qual nunca pude estudar, pois meu salário de professora é essencial à minha sobrevivência. A coragem e a enorme vontade de aprender e realizar um sonho de cursar o Mestrado Acadêmico se sobrepuseram. O que, particularmente, considero um ato de resistência.

Retornar aos bancos acadêmicos, além de me proporcionar novas experiências junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica da UFSM, no Mestrado Acadêmico, sob a orientação do Prof. Dr. Ascício dos Reis Pereira e da Co-orientação da Prof^a Dr^a Márcia Eliane Leindcker da Paixão, possibilitou-me redescobrir a capacidade de aprender e estudar após os cinquenta anos. Diga-se que nunca é tarde demais, nem há limite de tempo para começar. Aprender é uma constante em nossas vidas. E, felizmente, hoje, a idade cronológica já não determina mais comportamentos e as restrições de idade foram abolidas por uma geração que se mantém produtiva e com a mesma energia e vitalidade dos 30, 40 anos.

Nascida em uma família de professores e que valorizava muito os estudos, tive minha formação no Colégio Sant`Anna (da ordem franciscana) – ensino fundamental, ensino médio até o superior. Aos dezessete anos prestei vestibular, ingressando no curso de Letras, na antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras –hoje UFN, e Direito na Universidade Federal de Santa Maria –UFSM, conciliei os dois cursos, o que me exigiu muito estudo e dedicação.

Neste interim, ingressei no Movimento Tradicionalista Gaúcho e, aos dezenove anos de idade, inicialmente como 1^a Prenda de um Centro de Tradições Gaúchas – o Departamento Tradicionalista do Clube Caixeiral Santamariense, nos anos 80. E, após, conquistei o título de 1^a Prenda da 13^a Região Tradicionalista, cuja sede é Santa Maria. Para chegar a esse título, os requisitos eram ser solteira, não ter filhos e ser “moça”⁴, e a candidata habilitada para concorrer precisava passar por provas artísticas como: dança, canto declamação e execução de um instrumento musical - na oportunidade, fui a primeira 1^a prenda a tocar piano em um concurso de prendas,

⁴ **Moça** - substantivo feminino Mulher de pouca idade, menina jovem, Menina donzela .Ciranda de Prendas - concurso que reúne anualmente jovens das 30 regiões tradicionalistas do Estado para a escolha das representantes da juventude tradicionalista e da figura da mulher gaúcha.

hoje Ciranda de Prendas. Executei ao piano a música “Prenda Minha”- um clássico do cancionero gaúcho. Além de uma prova escrita e de conhecimentos com questões de geografia, história e conhecimentos de tradicionalismo, e de uma redação com tema tradicionalista, havia também prova oral perante banca, onde era sorteado (15 minutos antes) um tema tradicionalista ou de conhecimentos gerais para que a candidata discorresse acerca. No tradicionalismo gaúcho, a prenda representa as virtudes da mulher gaúcha. A essas moças são atribuídos muitos encargos e compromissos sociais como representantes de um centro de tradição gaúcha.

Foi uma linda fase e de grande aprendizado, especialmente disciplina e organização para conciliar horários entre as atividades tradicionalistas e meus estudos. E, também, valorizar e cultivar o amor à tradição gaúcha.

Figura 6 - Foto arquivo pessoal da Autora Prova Artística no Concurso de Prendas da 13ª RT/ 1986

Fonte: Acervo da autora



Figura 7 - Foto da Autora ao piano – Prova Artística no Concurso de Prendas da 13ªRT /1986



Fonte: Acervo da autora.

Figura 8 - 1ª Prenda da 13ª Região Tradicionalista Gaúcha ,1986/87



Fonte: Acervo da autora.

Figura 9 - 1ª Prenda da 13ª Região Tradicionalista Gaúcha ,1986/87



Fonte: Acervo da autora.

Figura 10 - Arquivo Pessoal da Autora Concurso 1ª Prenda 13RT -1986/87



Fonte: Acervo da autora.

Mas, trouxe também reflexões e muitas indagações acerca de comportamentos e a representação feminina, no contexto tradicionalista.

Lessa, assim, define Tradicionalismo:

Tradicionalismo é o movimento popular que visa auxiliar o Estado na consecução do bem coletivo, através de ações que o povo pratica (mesmo que não se aperceba de tal finalidade) com o fim de reforçar o núcleo de sua cultura: graças ao que a sociedade adquire maior tranquilidade na vida em comum. (Lessa, 1999, p.18)

Barbosa Lessa, um dos pioneiros do tradicionalismo, em seu livro “Nativismo: um fenômeno social gaúcho”, narra como surgiu o 35 CTG, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas, e o próprio tradicionalismo conhecido hoje. Resume-o como o

desejo coletivo de uma identidade regional, de fazer um elo entre eles e seus ancestrais (LESSA, 1985).

Para tanto, expõe as andanças dele e de Paixão Côrtes, que percorreram o estado pesquisando costumes, vestimentas, modos de ser e agir, instrumentos e o que mais pudessem resgatar das tradições do passado (LESSA; CÔRTEZ, 1975)

Segundo Glaucus Saraiva (1968, p.117), o termo prenda, como é chamada a mulher gaúcha: “tudo o que o gaúcho muito queria chamava prenda, daí esta classificação. Já, no Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul (1984), significa: “joia, relíquia, presente de valor / Em sentido figurado, moça gaúcha”.

O vestido de prenda, importante peça de vestuário, é o traje oficial feminino da cultura gaúcha e dá lugar de destaque, com delicadeza e bravura, à mulher símbolo da cultura gaúcha. Instituída em lei e definida através das Diretrizes da Pilcha Gaúcha, apresentada no 34º Congresso Tradicionalista, em 1989, na cidade de Caçapava do Sul-RS reflete a essência da Prenda, aquela que representa o verdadeiro tesouro dos galpões gaúchos, sendo digna de todo o respeito e admiração.

Figura 11 - Foto da Autora Concurso 1ª Prenda 13ª RT – 1986/87



Fonte: Acervo da autora.

No livro “Danças e andanças”, Barbosa Lessa e Paixão Côrtes, através de seus estudos, fazem um paralelo entre a colonização geral do Brasil e a do Rio Grande do Sul, dizendo que, enquanto no Brasil, esta se deu, majoritariamente por homens sóz, no Rio Grande do Sul, foi feita pelos casais de açorianos. E que por essa particularidade, as mulheres do estado eram diferenciadas das do restante do Brasil. No período colonial, a mulher brasileira esteve em segundo plano, casando entre os doze e os quatorze anos, não raro analfabeta.

Em outra vertente, “[...] ao contrário, a mulher gaúcha não precisou fugir dos ambientes de trabalho e – desde que respeitasse o galpão como cenáculo masculino – pode participar mais amiúde do convívio com os homens (LESSA; CÔRTEZ, 1975, p.69).

Figura 12 - Foto da autora traje Vestido de Prenda



Fonte: Acervo da autora.

Oportuno, ainda, na representação do papel da mulher gaúcha, citar a personagem ANA TERRA, da trilogia O Tempo e o Vento de Erico Veríssimo, a matriarca da família Terra cambará e símbolo da mulher gaúcha pelo enfrentamento das dificuldades vividas, ante as disputas territoriais, mãe solteira enfrentou os efeitos da falta da honra quando sua fazenda foi invadida pelos castelhanos nos momentos decisivos de luta e conquista. Embora vivendo sob as regras de uma sociedade patriarcal, Ana Terra tornou-se uma mulher forte, e essa força se expressa principalmente pelo desejo de uma vida nova.

A mulher gaúcha contribuiu fortemente na construção da história do Rio Grande do Sul. Sempre ocupou um lugar de destaque na história do estado, com sua postura simples, leal e companheira, conquistou a confiança do homem gaúcho, o qual era considerado o mais machista dentre os homens. Mulher forte e batalhadora, ajudou defender bravamente a terra, enquanto os homens estavam ocupados emprestando suas forças em causas políticas. Foi a mulher gaúcha que por infinitas vezes carregou a responsabilidade de manter o Rio Grande do Sul vivo, seja criando e educando os filhos, ou até mesmo lutando, protegendo a sua família e a estância, quando os homens precisavam ficar afastados das lidas por vários dias ou meses.

Atualmente, a mulher gaúcha vem conquistando cada vez mais espaço na sociedade, e não poderia ser diferente no Movimento Tradicionalista Gaúcho, contribuindo com excelência e enobrecendo a cultura gaúcha, dentro e fora do Estado. Hoje, trajando o vestido de prenda, a mulher gaúcha relembra o tempo que suas antepassadas bravamente guerrilharam acompanhadas de seus filhos, mas sem se deixar abater.

É tão valoroso o papel da mulher que, em 2021, o tema estadual dos festejos farroupilhas - “Caminhos de Anita”, foi o Bicentenário de Anita. Ana Maria de Jesus Ribeiro, outra grande personagem de nossa história que trocou a rotina de dona de casa por uma vida de lutas. Em pleno do século 19, escolheu não ter filhos ao ser casar pela primeira vez, se separou do marido para se juntar às tropas dos Farrapos tornando-se, com seu companheiro Giuseppe Garibaldi, uma heroína revolucionária não só no país, mas também na Itália. A personagem do século XIX impactou a vida das mulheres de hoje.

“Caminhos de Anita”. Segundo a vice-presidente da comissão do bicentenário de Anita Garibaldi e patrona da Semana Farroupilha de 2020, Alessandra Motta, o tema “busca valorizar a presença determinante e simbólica de Anita nos rumos da história da Pátria e de vários mundos”.

Busca valorizar a presença determinante e simbólica de Anita nos rumos da história da Pátria e de vários mundos. Uma história de coragem, liberdade e afirmação **do feminino**. Nos Caminhos de Anita nós vamos trilhar por terras e por águas, despertando o sentimento de pertencimento dos nossos municípios do interior do Estado. Nós vamos trilhar pelos sentidos, pelo amor de mulher e mãe, pela força e generosidade e pelo direito de escolha e justiça. A Guerra Farroupilha marcou este Estado, assim como Anita marcou homens e mulheres por sua bravura e humanidade. Convidamos e convocamos todo o Rio Grande a vir conosco resgatar, valorizar e resignificar os Caminhos que Anita construiu nos corpos e nas mentes. (Alessandra Motta, setembro 2020).

O tradicionalismo gaúcho foi mudando ao longo dos anos, conforme o movimento da sociedade e novas práticas foram sendo incorporadas, assim como espaços que eram majoritariamente masculinos foram sendo ocupados também por mulheres.

Na esteira desse pensamento, no ano de 2011, uma mulher integrante do 35 CTG, concorreu e venceu a eleição de gestão, se tornando em 70 anos, a primeira mulher a assumir a patronagem – direção – do CTG.

Já em 2019, um acontecimento até então inédito no movimento tradicionalista, uma mulher transexual foi homenageada como prenda pelo CTG do qual fazia parte desde a infância e do qual se afastou ao começar a transição de identidade de gênero (MAZON, 2019). Esses são apenas alguns pontos, que possibilitam refletir as mudanças dentro do movimento tradicionalista direcionadas a uma sociedade mais igualitária.

Hoje as mulheres marcam o tradicionalismo gaúcho ativamente e ocupando altos postos e funções desde Patroas de CTG à primeira mulher, Gilda Geleazzi⁵, a presidir o Movimento Tradicionalista Gaúcho -MTG.

A história das mulheres também é de conquistas de lutas e resistência desconstruindo preconceitos e discriminações sofridas.

Ainda, no que concerne à minha história, no início dos anos 90, fui Assessora Jurídica na Procuradoria do Município de Santa Maria, casei e, em decorrência disso, abri mão do concurso público para acompanhar o esposo que havia sido transferido para um município da região noroeste do RS. Após, fui novamente aprovada em concurso público de provas e títulos, ingressando, em 1993, no Magistério Público Estadual onde trabalhei em sala de aula Ensino Fundamental – séries finais e Ensino Médio e fui, também, Vice-diretora. Com a separação, retornei à minha cidade natal – Santa Maria, recomeçando a vida profissional e pessoal. Fiz algumas especializações, dentre elas: a Escola Superior do Ministério Público. Passei, então, a exercer minhas funções junto à 8ª Coordenadoria Regional de Educação – onde até hoje permaneço na função de Assessora Jurídica, atualmente chefe do Setor Jurídico. Apesar de exercer funções administrativas, atendendo aos 23 (vinte e três) municípios de abrangência da 8ª CRE, estou em constante contato com as escolas e com o universo da sala de aula. Também, no turno da noite, no vínculo 2, continuei exercendo a

⁵ Primeira mulher a presidir o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) em 2020.

docência, inclusive na EJA, até dezembro de 2021, quando foi publicada, no DOE-Diário Oficial do Estado, minha aposentadoria.

Das experiências vivenciadas no Magistério Público Estadual, surgiu a principal motivação para a realização dessa pesquisa e o interesse em analisar o modo como as trabalhadoras em educação gerem o seu dia a dia, conciliando a difícil tarefa da tripla jornada de trabalho: vida profissional, pessoal, família e escola.

A seguir, algumas considerações quanto aos efeitos do colonialismo no chamado Sul global, o Movimento **Feminista** e a luta pelos direitos das mulheres possibilitando grandes conquistas e consolidando uma maior participação feminina na sociedade.

3.1 O FEMINISMO, A DECOLONIALIDADE E AS EPISTEMOLOGIAS NO CHAMADO SUL GLOBAL

Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul (SANTOS, 1995, p. xx).

Ponderar acerca dos efeitos do colonialismo a partir do chamado ‘Sul’ do globo, também é compartilhado pelo feminismo decolonial.

Em seu livro, *Epistemologias do Sul*, Boaventura de Souza Santos (2009) nos traz uma discussão a respeito da cultura, dos saberes não dominantes e das epistemologias afogadas pela cultura de dominação no mundo. Na visão de que o mundo é diferenciado em relação às culturas e saberes, mas que, no decorrer da história, percebe-se a sobreposição de uma forma de conhecimento pautada no modelo epistemológico da ciência moderna, a qual desconsidera os outros saberes - que o autor denomina epistemicídio. Num sistema que ocultou povos e culturas dominados pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. E a superação desse modelo epistêmico moderno reporta ao pensamento abissal, que através de linhas imaginárias divide o mundo em duas esferas- Norte e Sul, sendo que os saberes que não se encaixam nesse parâmetro da linha tornam-se inexistentes.

Boaventura de Sousa Santos defende que a epistemologia ocidental dominante foi construída na base das necessidades de dominação colonial e assenta na ideia de um pensamento abissal. Este pensamento opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis inteligíveis e visíveis (os que ficam do lado de cá da linha) e os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objetos

de supressão ou esquecimento (os que ficam do lado de lá da linha). (GOMES, 2012, p. 43).

O autor ressalta a necessidade de um diálogo que resgate outras formas de saberes para compreender a ecologia de saberes da modernidade. Para Santos (2009), a epistemologia que valida o conhecimento esqueceu trabalhadores, mulheres, indígenas, afrodescendentes-

No movimento proposto por Santos (2009) - de irmos ao Sul e aprendermos com e a partir do Sul, os movimentos sociais nas décadas de 60 e 70 foram determinantes para este deslocamento, especialmente o feminismo contrário ao androcentrismo (à tendência para assumir o masculino como padrão de representação coletiva), o conhecimento produzido pelas mulheres, as quais foram excluídas e silenciadas durante muito tempo(séculos) da maior parte dos direitos sociais e políticos e, via de regra, à tendência a assumir o masculino como padrão de representação coletiva.

Além dessa crítica, tal movimento tem buscado funcionar num alternativo de operação e articulação na esfera do conhecimento, pois faz (re)leituras e novas leituras sabendo que a nossa construção como mulheres passa pelas nossas próprias histórias, que são marcadas pela diversidade. São essas experiências do nosso cotidiano que nos permitem realizar nossa “leitura de mundo”, conforme nos ensina Paulo Freire (2006), e, por meio dessa leitura, há novas descobertas, novas mulheres silenciadas através dos séculos, novos processos que propomos visibilizar. A busca pela valorização das epistemologias do Sul é desafiadora, e são inegáveis as conquistas das mulheres nas mais variadas áreas ante à dominação, exploração e opressão.

Nas colônias, os corpos femininos foram frequentemente o lugar de um poder discursivo diferente; as mulheres eram percebidas não apenas sexualmente, mas como sujeitos reprodutivos, como “ventres do império” (WHITLOCK, 1992). As teorias e epistemologias do Sul passaram a denominar um conjunto de elaborações críticas que buscam descobrir e valorizar perspectivas diversas para a decolonização das ciências sociais.

A decolonização e, mais especificamente, o feminismo decolonial, ao invés de propor a superação da colonização, como sugere o termo “descolonial”, critica de forma radical as nossas heranças coloniais e defende uma sociedade na qual todos os seres humanos se emancipem de todas as formas de opressão.

Segundo Curiel (2020), “o feminismo decolonial nos oferece uma nova perspectiva de análise para entendermos de forma mais complexa as relações e entrelaçamentos de raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica” (CURIEL, 2020, p. 121).

Do latim *femīna*, significa “mulher”, Feminismo é um conceito que surge no século XIX, identificando um movimento social e político, cuja principal característica é a luta pela igualdade de gêneros (homens e mulheres), e consequentemente pela participação da mulher na sociedade. A palavra feminismo foi usada pela primeira vez na primeira metade do século XIX pelo filósofo francês e teórico do socialismo utópico Charles Fourier (1772-1837).

3.2 FEMINISMO – UM MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICO E A LUTA PELA IGUALDADE DE DIREITOS

O feminismo como um movimento social⁶ e político que postula a igualdade entre mulheres e homens.

A luta feminina contra a opressão e a desigualdade a que estiveram historicamente submetidas é histórica. Marie de Gournay (1565-1645) já argumentava em favor do direito das mulheres à educação, um privilégio restrito aos homens na época. Ante ao cenário da Revolução Francesa, Olympe de Gouges (1748-1793) e Mary Wollstonecraft (1759-1797) foram fundamentais na defesa dos direitos femininos.

Após a Declaração dos direitos do homem e do cidadão ser proclamada em 1789, Olympe de Gouges publica “A declaração dos direitos da mulher e da cidadã” em 1791 e, em seu primeiro artigo “a mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem”. De Gouges foi executada na guilhotina em 1793, (por criticar o poder instituído). Um ano após a publicação da declaração de Olympe de Gouges, a educadora e ativista inglesa Mary Wollstonecraft lança, em 1792, seu “Reivindicação dos direitos das mulheres” onde defende serem as mulheres tão racionais quanto os homens e que ambos deveriam ter o mesmo acesso à educação.

⁶ **Movimento social** se refere à ação coletiva de um grupo organizado que tem como objetivo alcançar mudanças sociais por meio do embate político, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico.

A história do feminismo é marcada por uma periodização em ondas, ressaltando os momentos de suas lutas, reivindicações e discussões.

A primeira onda, ocorrida entre o século XIX às primeiras décadas do século 20, foi assinalada por protestos e reivindicações pelo direito ao voto e ao acesso igualitário à educação.

Destaca-se Elizabeth Stanton (1815-1902), abolicionista e importante figura na luta pelo sufrágio nos EUA e uma das organizadoras da Convenção de Seneca Falls em 1848. Também as mulheres operárias se destacam na primeira onda do feminismo, que se organizavam em sindicatos e associações, e reivindicavam melhores condições de trabalho.

O Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, está relacionado a esses movimentos. Em 1908, mulheres marcharam em Nova York reivindicando jornadas de trabalho mais curtas, pagamentos mais justos e, também, o direito ao voto.

No Brasil, na metade do século XIX, o tema da emancipação feminina e o acesso à educação formal pelas mulheres era uma pauta importante nesse momento.

Nísia Floresta (1810-1885), educadora, escritora e poeta, pioneira do feminismo do Brasil, fundou em 1838, no Rio de Janeiro, o Colégio Augusto, voltado para meninas. Seu modelo pedagógico era revolucionário por oferecer a elas o mesmo nível de ensino disponível então somente para jovens do sexo masculino.

E, no século XX, a reivindicação do direito ao voto pelas mulheres ganha destaque no Brasil.

Figura 13 - Integrantes da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1930



Fonte: Domínio Público.

A **Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)** foi uma organização fundada em 9 de agosto de 1922 no Rio de Janeiro em prol dos direitos civis e políticos das mulheres, principalmente, por iniciativa da líder feminista brasileira Bertha Lutz., cujo lema era "Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina".

A segunda onda, de 1960 e 1980, atentou para as causas da sexualidade, dos direitos reprodutivo, da violência doméstica, e do trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres.

O grande marco, desse período, ocorreu em 1949, com a publicação de "O segundo sexo" pela filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), abordando a condição feminina e a ideia de que ser mulher não é uma determinação do sexo

biológico, mas uma construção social, expressa na famosa frase “não se nasce mulher, torna-se”.

Em 1960, destaca-se a chegada da pílula anticoncepcional, outro marco determinante para a conquista da liberdade sexual feminina e para o planejamento familiar. No Brasil, a mobilização das mulheres contra a repressão na ditadura militar (1964-1985).

Em 1975, por exemplo, fundaram o Movimento Feminino pela Anistia, liderado pela advogada Therezinha Zerbini e pioneiro na reivindicação do retorno de exilados políticos ao país. Em 1987-1988, na Assembleia Nacional Constituinte reivindicaram direitos, participando da elaboração do novo texto constitucional, popularizada como o “lobby do batom”.

Nos anos 1990, a “terceira onda” foi antecedida por uma forte reação contrária ao feminismo pela política conservadora dos anos 1980 em países como EUA e Reino Unido, a desigualdade e o debate de gênero continuaram em pauta. A partir de 2010, há referências de uma nova onda feminista, abordando a violência sexual. E, em 2011, no Brasil chega ao Brasil a Marcha das Vadias -protesto contra a violência e assédio sexual. Em 2012, a paquistanesa Malala Yousafzai (1997) tornou-se um símbolo do direito de meninas a estudar ao ser baleada na cabeça por desafiar o Talibã. Tal movimento (feminismo) obteve importantes conquistas seja na autonomia na aquisição de direitos, liberdades civis até direitos políticos.

Por muito tempo, as mulheres submetidas à tutela de pais, irmãos ou maridos. Muitas vezes não podiam ter conta bancária, viajar sozinhas e trabalhar fora de casa, entre outros impedimentos. No século 19, elas começaram a conquistar, pontualmente em determinados lugares do mundo, direitos financeiros, como o de herdar bens e ter controle sobre o próprio patrimônio. A igualdade jurídica só seria amplamente formalizada em textos constitucionais do século 20.

No casamento, o marido tinha de modo geral direitos irrestritos sobre a esposa, considerada sua propriedade. O código penal brasileiro de 1890, por exemplo, dava brecha para que ele pudesse matá-la sem ser punido alegando “legítima defesa da honra” em caso de adultério.

Embora exista atualmente, em muitos aspectos, igualdade formal entre mulheres e homens – reconhecida, por exemplo, nas leis – a igualdade material, ou seja, concreta, ainda precisa avançar.

Mesmo com as conquistas dos últimos séculos, mulheres ainda vivenciam uma série de desigualdades por conta de seu gênero: são assassinadas por companheiros e ex-companheiros, realizam a maior parte do serviço doméstico, mesmo quando trabalham fora, são minoria em cargos de liderança e ganham menos do que os homens realizando a mesma ocupação, ainda que tenham, em média, escolaridade mais alta. Convivem com o assédio sexual desde a adolescência, na rua, no transporte público, no trabalho.

Em seguimento, uma discussão da figura feminina que, por muito tempo, teve como papel servir ao seu marido e à família sem questionar ou opinar. Hoje, as mulheres estão conquistando espaço - uma resistência aos imperativos patriarcais, não obstante ainda se responsabilizam pelo cuidado do lar e dos filhos.

4 RESISTÊNCIAS AOS IMPERATIVOS PATRIARCAIS

4.1 MULHERES: O QUE AS DEFINE É SER MULHER

Triste louca ou má
 [...]

 Será qualificada
 Ela quem recusar
 Seguir receita tal
 [...]

 Que um homem não te define
 Sua casa não te define
 Sua carne não te define
 Você é seu próprio lar
 [...]

 (Francisco El Hombre⁷)

Apropriado trazer a música “Triste, Louca ou Má” da banda Francisco, El Hombre, cantada pela cantora e compositora Juliana Strassacapa, visto que retrata a condição da mulher e os padrões sociais rotulados pela sociedade brasileira. Numa sociedade sempre a excluiu, pois “[...] o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos” (BEAUVOIR, 1980, p. 97).

A figura feminina por muito tempo teve como papel servir ao seu marido e a família sem questionar ou opinar. Hoje, as mulheres estão conquistando espaço, mas ainda se responsabilizam pelo cuidado do lar e dos filhos. Desde a origem da humanidade, a figura feminina recebe um tratamento diferenciado na sociedade e por muito tempo a mulher foi vista apenas como objeto de desejo, que deveria servir ao seu marido e a família sem questionar ou opinar.

Na contemporaneidade, as mulheres conquistam cada vez mais o seu espaço, por mais que ainda exista discriminação; além dessas conquistas como a entrada no mercado de trabalho, as mulheres ainda se responsabilizam pelo cuidado do lar e dos filhos, sendo guerreiras por terem tantas responsabilidades e conseguirem dar conta de tudo. Em contrapartida, ainda existem alguns valores do patriarcalismo, e muitos direitos das mulheres não foram reconhecidos e conquistados.

⁷ HOMBRE, Francisco El. Triste, Louca ou Má. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE>. Acesso em: 10 out. 2022.

A letra da música aborda a mulher que, com sua autonomia e liberdade de decisões, não quer ter filhos e não deseja ter uma vida que se resume a cuidar da casa, dos filhos e do marido. E que se recusa a seguir a receita cultural imposta pela sociedade e, por isso, é vista como Triste, Louca ou Má. No que se refere ao destino que a sociedade propõe à mulher, assim comenta BEAUVOIR (1967):

“O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não o ser. É em relação ao casamento que se define a celibatária, sinta-se ela frustrada, revoltada ou mesmo indiferente ante essa instituição” (BEAUVOIR, 1967, p. 165).

Mas, o que de fato significa ser uma mulher “Triste, Louca ou Má”? Uma mulher triste seria solitária? Uma mulher louca (na visão machista) é quando está com TPM ou menopausa? Uma mulher má seria aquela que não segue os padrões impostos?

O feminismo que a música traz é construído através do desconforto sentido pelo emissor em relação aos padrões sociais que as mulheres “devem seguir”, caso elas não sigam essa receita, são tratadas de forma nada agradável. Esse emissor defende que o feminismo é aquele que se recusa a seguir a receita cultural, imposta por uma ideologia na sociedade.

Apesar da herança do sistema patriarcalista, a mulher tem assumindo novos papéis, para além de dona de casa, mãe e esposa, ocupando postos no mercado de trabalho e cargos de liderança. Estando mais independente e rompendo com hábitos que antes eram impostos pelo marido, pela sociedade e pela própria família. Consoante, Coelho (2006): todos lutam por seus direitos, sem necessariamente deixar de ser família apesar da redefinição dos papéis e o trabalho fora de casa seria uma forma de se tratarem com igualdade.

Nos dias de hoje, com a luta pela diminuição de desigualdades, o papel da mulher se transformou e muitos direitos foram reconhecidos; embora, caminha-se para a conquista de uma sociedade igualitária e o reconhecimento da necessidade de mudança de pensamentos e ideologias e da equidade de direitos.

A **mulher** contemporânea acumula vitórias como a sua inserção no mercado de trabalho, ampliação de sua liberdade sexual e reprodutiva, a conquista da independência financeira e dos direitos políticos. São as responsáveis pelo sustento da casa conduzindo, sozinhas, a educação de seus filhos e dependentes.

Exemplos fortes de que a ideia de sexo frágil está mais do que arcaica, importante destacar o caminho de lutas e conquistas das mulheres ao longo da história e compreender a importância das conquistas das mulheres na nossa sociedade, nos ajuda a pensar como poderemos alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Ser mulher, no contexto atual, é ser resistência, força e coragem.

4.2 UMA JORNADA RUMO ÀS LUTAS E ÀS CONQUISTAS DAS MULHERES NA HISTÓRIA

Jornada, do Francês *journalée*, “o trabalho ou o trajeto feito num dia”, e do Latim *diurnum*, “feito durante o dia”, de dies, “dia” Caminho que se anda num dia. Importante destacar a jornada (caminho) de lutas e conquistas das mulheres ao longo da história.

Na tentativa de destacar as mais relevantes conquistas das mulheres que, até os dias de hoje, são resultados de muitas lutas e que, infelizmente, ainda não conseguimos alcançar uma sociedade igualitária, razão pela qual ainda há muitos direitos a serem conquistados, ou seja, ao longo da história, as mulheres assumiram o papel de subordinadas, sem voz ativa e controladas pelos seus pais ou maridos, conforme períodos⁸ em destaque abaixo:

continua

PERÍODO	CONQUISTAS
1792	a mulher começa a exigir seu direito ao voto na Inglaterra, além de ser o ano em que Mary Wollstonecraft escreveu <i>A Vindication of the Rights of Woman</i> , defendendo educação para meninas aproveitarem seu potencial
1827	a primeira lei sobre educação para mulheres é proclamada no Brasil mas, restringindo o acesso às escolas elementares
1832	Nísia Floresta traduz a obra de Wollstonecraft sob o título de <i>Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens</i> . Trazendo tradução e suas próprias traduções, é considerada como a primeira feminista brasileira.

⁸ Disponível em: <https://www.ecp.org.br/principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia/>. Acesso em: 10 set. 2022.

continua

1857	na cidade de Nova York, 129 operárias de uma indústria têxtil morrem queimadas em ação policial ao reivindicarem a redução da jornada de trabalho para 10h diárias, além da licença maternidade. Mais tarde, o dia 08 de março foi declarado como o Dia Internacional da Mulher.
1879	as mulheres brasileiras conseguem o direito de frequentar instituições de ensino superior, mesmo sob críticas da sociedade.
1885	Chiquinha Gonzaga estreia como a primeira maestrina brasileira.
1887	Rita Lobato Velho forma-se como a primeira médica brasileira
1932	o novo Código Eleitoral Brasileiro é, finalmente, promulgado por Getúlio Vargas, dando direito ao voto para as mulheres
1934	eleita a primeira deputada do país, Carlota Pereira Queiróz.
1949	Simone de Beauvoir publica O Segundo Sexo, analisando a condição feminina.
1951	a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprova a igualdade de remuneração entre homens e mulheres em funções iguais.
1961	criada a primeira pílula anticoncepcional via oral. Tratou-se de uma revolução de costumes e liberdade sexual.
1962	o Estatuto da Mulher Casada é aprovado no Brasil, resguardando que mulheres casadas não precisavam mais da autorização do marido para trabalhar fora de casa, além do direito de requerer a guarda dos filhos na separação.
1974	Isabel Perón torna-se a primeira mulher presidente de uma nação, a Argentina
1979	Eunice Michilles tornou-se a primeira senadora do Brasil
1980	criado o lema Quem ama, não mata, em meio à criação de centros de autodefesa para coibir a violência contra a mulher.
1985	criada a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher, em São Paulo, além da aprovação do projeto de lei que instituiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no intuito de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais
1988	avanços na Constituição Brasileira garantindo direitos e deveres iguais entre homens e mulheres perante a lei.
1994	Roseana Sarney é eleita como a primeira governadora de um estado brasileiro, o Maranhão, sendo reeleita quatro anos depois.

conclusão

1998:	Benedita da Silva torna-se a primeira mulher a presidir uma sessão do Congresso Nacional.
2003	Marina Silva assume o Ministério do Meio Ambiente
2006	sancionada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que aumentou o rigor nas punições em crimes contra a mulher. Com ela, homens podem ser presos em flagrante ou ter prisão preventiva decretada.
2010	Dilma Rouseff eleita como a primeira presidente mulher do Brasil.
2015	sancionada a Lei do Femicídio, colocando o assassinato de mulheres entre crimes hediondos.

Fonte: <https://www.ecp.org.br/principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia/>.
Acesso em: 10 set. 2022.

Assim, a histórica luta da mulher, considerada como um ser naturalmente inferior até a conquista ao direito de trabalhadora assalariada, começando aí a dupla jornada da mulher: trabalho fora de casa, somado ao trabalho doméstico. Mostra que conquistas ainda estão por vir em defesa da igualdade de gênero igualdade e pelo fim da violência. Ainda há muitos problemas e continuamos avançando com as conquistas das mulheres. Dentre os principais, destaca-se as desigualdades salariais, a pouca representatividade política, a violência.

Para compreendermos a dificuldade das mulheres no acesso ao mercado de trabalho, precisamos levar em consideração também aquelas tarefas que recaem sobre elas no dia a dia, como a atribuição do trabalho reprodutivo, que inclui os afazeres domésticos não remunerados e os cuidados com a família, o que gera uma sobrecarga. Nesse sentido, precisamos mudar culturalmente para entendermos que o trabalho doméstico não remunerado é uma obrigação de todas as pessoas e que é preciso que haja uma divisão das tarefas com os homens e filhos da casa também.

Durante o Brasil Colônia, vivia-se uma sociedade repressiva onde as mulheres eram propriedades de seus maridos, pais e irmãos. Contudo, somente durante o Império que foi conquistado o direito ao acesso à educação. O início do século XX, foi marcado pela discussão acerca da participação das mulheres na política do Brasil. E, em 1932, foi inserido no Código Eleitoral Provisório o direito das mulheres ao voto e à candidatura, mas apenas em 1946 foi inserida na Constituição.

Durante o período que antecede o Estado Novo, a luta pelas conquistas das mulheres ganha força e começam a se formar grupos feministas que divulgam suas pautas através de reuniões, jornais e em movimentos artísticos em geral. Além disso,

durante este período, acontecem diversas greves pautadas na luta dos direitos das mulheres. No entanto, no período da Ditadura militar, destaca-se a aprovação da lei do divórcio no Brasil.

Mais recentemente, em 2006, foi criada a Lei Maria da Penha, a fim de coibir atos de violência doméstica contra a mulher. Já em 2015, foi sancionada a Lei 13.104/15 que torna qualificado o homicídio quando realizado contra mulheres em razão de gênero. Outra conquista das mulheres foi a inclusão, na Constituição Federal, do direito à licença maternidade remunerada, que hoje dá direito a 180 dias.

Compreender a importância das conquistas das mulheres na nossa sociedade, e como a subordinação da mulher e a dominação do homem foram historicamente construídas, nos ajuda a pensar como poderemos alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. A história das mulheres está relacionada às lutas e às resistências a fim de desconstruir preconceitos, opressões e discriminações sofridas.

Desde 1908, a data de 8 de março é comemorada por muitas pessoas como o Dia Internacional da Mulher, um marco histórico que representa a Luta Internacional das Mulheres em busca de direitos iguais. Assim, é possível perceber que a conquista da igualdade de direitos sempre exigiu muita luta e reivindicação. Há um longo percurso para que a igualdade de direitos de fato possa ser efetivamente firmada e seus direitos garantidos. Ser mulher, no contexto atual, é ser resistência, força e coragem.

Há que se pensar acerca do papel da mulher na sociedade atual, visto que ela é dona de casa, esposa, mãe de família, enfrentando a dupla/tripla jornada de trabalho e é, também, a mulher que luta para ter uma participação efetiva na sociedade no enfrentamento dos desafios para alcançar igualdade social, política e econômica, a igualdade de todos perante a lei, respeitando-se cada sexo, reivindicando-se, apenas, oportunidades sociais iguais para todos, sem discriminações de espécie alguma, e é neste ponto que a luta feminina ganha sua grandeza.

Socialmente houve resistência no reconhecimento da intelectualidade feminina, visto que afetaria o espaço feminino a elas destinado – o lar e a família. Uma longa caminhada até a conquista e ingresso no campo profissional. Almeida, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível* (1998), analisa o quadro histórico das mulheres no processo educacional brasileiro.

Importante entender a inserção da mulher na carreira docente, sua historicidade e o exercício do magistério, bem como o papel da mulher na educação e sua luta na conquista desse espaço.

4.3 A MULHER PROFESSORA (A PROFESSORA MULHER): PROFISSÃO QUE A LIBERTA PARA O MUNDO DO TRABALHO

Marcada pelo estabelecimento da ordem patriarcal e vinculada à imagem que cuida, por muito tempo, o objetivo de vida da mulher era casar, ter filhos e cuidar da família e do lar. E, mesmo com tantos avanços na luta feminina pela igualdade, ainda existem diversas barreiras e estereótipos de que a mulher sabe cuidar melhor do que um homem. Contudo, gênero não implica no melhor desempenho do trabalho. Homens e mulheres são igualmente capazes de ensinar.

Estigmatizada por fragilidade, a mulher era excluída dos espaços públicos. Somente no século XIX, com as transformações no cenário mundial com a industrialização e urbanização, foi viabilizada a profissionalização de mulheres com a criação de escolas para moças.

No Brasil colônia, a educação feminina era restrita aos cuidados com a casa, marido e os filhos. A mulher era ensinada a ser mãe e esposa, sua educação limitava-se a aprender a bordar, cozinhar, costurar, tarefas estritamente domésticas. Priore, assim, define:

As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, a cozinha, bem como as habilidades de mando as criadas e serviçais também faziam parte da educação das moças, acrescida de elementos que pudessem torná-las mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente (PRIORE, 2009, p.444).

Também as mulheres que não queriam casar com os pretendentes, que na maioria das vezes eram os pais que arranjavam os casamentos, elas iam para os conventos, para escaparem da má sorte. Em razão de ser o homem o provedor da casa, a mulher não precisava trabalhar, podia apenas deter-se a pequenos afazeres como descreve Priore:

No dia-a-dia, trabalhavam nos bordados, faziam rendas ou bolos para vender. Além de casar, ter filhos e rezar, algumas mulheres desenvolviam uma pequena indústria caseira, para aumentar os proventos: a do preparo da rapadura e do melado; ou a fiação do algodão do qual se faziam roupas de

escravo. Também havia a de velas com aproveitamento de sebo de bois; e a do sabão, preparado com gorduras e cinzas de plantas (PRIORE, 2008, p.15).

As mulheres deste tempo viviam sob a dependência dos maridos e tendo como opção de vida o casamento ou o convento. A abertura de colégios para educação de moças possibilitou espaços de profissionalização da mulher, oportunidade em que lhes foi permitido atuar fora dos portões de casa.

O ensino público e gratuito no Brasil foi sancionado em 1827. Com o Decreto que sancionava a educação pública para todo cidadão brasileiro, surge um novo problema: capacitar novos professores. Para atender a necessidade de falta de mestres e mestras com boa formação, surgem as primeiras Escolas Normais. Segundo Freitas (1995), a partir de 1886, a Escola Normal atraiu o público feminino com uma procura bastante expressiva, uma possibilidade de transcender o âmbito doméstico em busca de independência social e econômica.

A escola normal vai assumindo a função de preparar profissionais para atuarem na rede de escolas primária públicas em expansão, tão necessárias ao novo modelo político, econômico e social. No entanto, o regulamento estabelecia que moças e rapazes devessem estudar em classes separadas, preferencialmente em turnos ou até em escolas diferentes Para Priore (2009):

Desde menina era ensinada a ser mãe e esposa, sua educação limitava-se a aprender a bordar, cozinhar, costurar, tarefas estritamente domésticas. Priore define: As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, a cozinha, bem como as habilidades de mando as criadas e serviços também faziam parte da educação das moças, acrescida de elementos que pudessem torná-las mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente (PRIORE, 2009, p.444).

A discriminação com as mulheres se dava de todas as formas seja como para a professora mulher assumir o magistério público, seja para adentrar no mercado de trabalho em que esta somente poderia aos 25 anos, salvo se ensinasse em casa dos pais e estes fossem de reconhecida moralidade. Contudo, para adentrar no curso, a mulher teria que ter no mínimo 18 anos.

O magistério era a profissão mais próxima e acessível para a maioria das mulheres brasileiras, além de ser o único trabalho considerado digno para elas, e que poderia ser conjugado às tarefas domésticas de casa. A sua instrução deveria ser

aproveitada pelo marido e filhos. Conforme assiná-la Almeida, como a mulher deveria ser instruída:

[...] de forma que o lar e o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução [...] assim as mulheres poderiam e deveriam ser educadas e instruídas, era importante que exercessem uma profissão – o magistério – e colaborassem na formação de diretrizes básicas da escolarização manter-se-iam sob a liderança masculina (ALMEIDA, 1996, p.73).

Todavia, a mulher continuava em segundo plano perpetuando a submissão existente na sociedade patriarcal. Mesmo assim, ainda com muitos limites, o caminho do magistério foi para muitas moças a oportunidade de ter acesso à educação e, com isso, ter a chance de circular por espaços públicos e privados na busca pela emancipação e independência.

A atribuição de feminilidade, doçura e fragilidade estabelecia uma vinculação da mulher com a escola e o lar. Os homens tinham uma diferenciação no currículo escolar ao qual era incluída a disciplina de geometria e, para as moças, ficava o aprendizado de saber cozinhar, costurar e bordar. E a feminização do magistério se deu gradativamente, eram as mulheres as substitutas dos homens o trabalho de ensinar.

Percebe-se, na história da mulher na sociedade, que a educação foi e é uma das ferramentas responsáveis pela visibilidade e independência feminina, uma vez que possibilita que a mulher saia da condição de submissão para ser protagonista da própria vida.

A História das Mulheres na Educação segundo Almeida (1998, p.26):

[...] Entre mulheres e educação, o que sempre se esculpiu nas vidas femininas foi um entrelaçamento de destinos incorporando sujeitos históricos aspirando por um lugar próprio no tecido social e uma profissão que se adaptou perfeitamente àquilo que elas desejavam, aliando ao desempenho de um trabalho remunerado as aspirações humanas e afetivas que sempre lhes foram definidas pela sociedade. Registrar essa história feminina no campo educacional tem sido a tentativa de estudiosos do tema, mas estes ainda são bastante reduzidos. Recuperar a trajetória das mulheres no magistério se configura, num momento em que a profissão é absolutamente feminina, em tirar da obscuridade as professoras que se encarregam no país, há mais de um século, da educação fundamental, apesar das notórias dificuldades enfrentadas por elas, como mulheres e como profissionais (ALMEIDA, 1998, p.26).

4.4 A MULHER NO MAGISTÉRIO: DA NORMALISTA À TRÍADE MULHER, MÃE E PROFESSORA

Vestida de azul e branco
Trazendo um sorriso franco
No rostinho encantador
Minha linda normalista
Rapidamente conquista
Meu coração sem amor
(Nélson Gonçalves)

Oportuna a citação da letra da música “Normalista” interpretada por Nélson Gonçalves, onde a Normalista- denominação dada às estudantes da Escola Normal, significando a jovem futura professora, esposa e mãe.

A composição da música e letra “Normalista” (1949) foi inspirada num caso real de proibição de casamento. Segundo conta David Nasser, no livro “Parceiro da Glória”, a história teria se passado com a filha do coronel Félix Henrique Valois, interventor no Acre. A moça estava apaixonada por um tenente e, normalista, lutava por seu amor. O pai não queria consentir no casamento e havia, de outro lado, a proibição do Instituto de Educação. No final, além de inspirar um belo samba, a moça se casou. Lançada por Nelson Gonçalves, o samba-canção obteve sucesso imediato.

A imagem - representação feminina da professora de costumes rígidos e associada durante muito tempo à figura da mãe, à pureza e à bondade. As normalistas eram as mulheres que se cursavam o Curso Normal- Magistério de 1º grau, sendo um tipo de habilitação para o magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, moças bem-educadas e delicadas que cursavam a escola normal, que as formava para serem professoras nas escolas de ensino infantil. As meninas (normalistas), vestidas de azul e branco e com sorriso encantador, virou tema de um romance clássico da literatura brasileira, **A Normalista de Adolfo Caminha**. Além do livro, Nelson Gonçalves, compôs uma música chamada: Normalista que descreve suas roupas e seu jeito “romântico”.

A partir de 1920, a profissionalização do professor em cursos normais passa de necessidade para exigência. E, em 1996, com a aprovação da nova LDB, exigia como habilitação mínima o magistério e que passou a ser licenciatura e depois reabilitado para o curso Normal pela Portaria E/SUEN número 07, de 22 de fevereiro de 2001.

A inclusão feminina num espaço educacional predominantemente masculino foi, aos poucos, se sobrechegando; primeiramente, para suprir as demandas de alunos nas escolas e em razão da quantidade insuficiente de homens na educação básica. (As mulheres foram então, vistas como ideais para suprir essa carência. Tidas como carinhosas e mães em potencial).

A mulher atendia aos principais requisitos para lidar com as crianças visto que o papel maternal essencialmente feminino se entendia à professora - a tríade mulher-mãe-professora, sendo a única capaz de conduzir a educação das crianças pequenas com perfeição sem que imprevistos atrapalhassem os processos, pois, segundo imaginavam, diante dos laços fortes de amor que eram criados, era suficiente o bastante para que o trabalho fosse desempenhado sem maiores intercorrências (ALMEIDA, 2014).

Ainda, segundo Almeida (1998, p.28):

[...] O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina revelada já nesse período, possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social fez que "ser professora" se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar - pelo menos esse era o discurso oficial do período. Para as mulheres que vislumbraram a possibilidade de liberação econômica foi a única forma encontrada para realizarem-se no campo profissional, mesmo que isso representasse a aceitação dessa profissão envolta na aura da maternidade e da missão (ALMEIDA, 1988, p.28).

Tambara (1998, p.49) analisa o magistério sob a ótica do gênero, afirmando que nele ocorreu uma "feminilização" pela "identificação entre a natureza feminina e a prática docente no ensino primário", num movimento de colagem das características próprias do sexo feminino ao magistério. Para o autor, a Escola Normal foi a grande responsável por esse processo de constituição da forma feminil, envolvendo o assemelhamento da docência com trabalho doméstico, dependência e fragilidade. Almeida (1998, p.64) utiliza a expressão "feminização do magistério primário", referindo-se à expansão da mão-de-obra feminina nos postos de trabalho em escolas e nos sistemas educacionais, à frequência da Escola Normal e aos traços culturais que favoreceram a ocupação do magistério pelas mulheres.

As reivindicações, as lutas, os desafios que marcaram a trajetória das profissionais da educação, também foi de muitas conquistas, porém ainda há que se refletir, que se reivindicar por políticas públicas que as favoreçam.

Conforme os estudos de Cunha (2009), Caetano (2014) e Oliveira (2009), foi possível perceber que se pautaram numa maior inserção feminina no mundo do trabalho, na constituição da identidade docente e ascensão social. O trabalho docente de mulheres se insere nos marcos do sistema patriarcal capitalista, em que este está num patamar de precarização acentuado. A ascensão social significou abrir novas perspectivas de trabalho em relação à família de origem. As mulheres resistiram e reconstruíram uma identidade positiva de si mesma, em uma sociedade que muitas vezes não se esforçou para incluí-las.

Para as professoras primárias do começo do século, o magistério foi o ponto de partida, foi o possível no momento histórico em que viveram. A forte presença das mulheres na profissão docente, aliada à maternidade e à missão de educar crianças, levou ao início do processo de rompimento de alguns padrões machistas.

Na atualidade, uma das grandes dificuldades das professoras e educadoras é a jornada tripla. Depois de trabalhar, muitas vezes em dois ou três turnos, ainda têm a responsabilidade de educar os filhos e o trabalho doméstico, o que resulta em uma rotina exaustiva que sobrecarrega as mulheres.

Durante a pandemia, as escolas foram obrigadas a fechar as suas portas e implantar o ensino remoto emergencial, adaptando-se ao novo modelo de ensino e aprender sobre ferramentas. Além de ser um período de ansiedade e estresse, a jornada aumentou ainda mais e as professoras precisaram, muitas vezes, ensinar os alunos e os filhos ao mesmo tempo, o que causou ainda mais cansaço e sobrecarrega às profissionais mulheres muito mais do que os profissionais homens.

Percebe-se que há muitos desafios seja no trabalho, seja em sala de aula ou no convívio familiar e social. E a educadora precisa estar preparada para construir novos meios para superar, reagir à discriminação, ao preconceito e ao machismo de nossa sociedade.

A trajetória da mulher, em busca da valorização pessoal e profissional, representa a conquista de igualdade entre todos com as mesmas capacidades e potenciais, na luta e na reivindicação por igualdade de direitos, entre homens e mulheres, buscando o respeito, a liberdade de expressão e o combate da imagem imposta pela sociedade patriarcal.

Com o avanço tecnológico, o papel das docentes nas escolas que, antes era transmitir conhecimento, corrigir provas e preparar os alunos para ingresso no ensino superior, precisou adequar-se à cultura digital. Razão pela qual os desafios das docentes são muito maiores, tendo que adequarem-se às ferramentas digitais. E o antigo diário de classe deu lugar ao diário online no processo de modernização educacional.

Acerca de implementação de mudanças desafiadoras, a nova forma de ensino – **O Novo Ensino Médio** – aprovado pela Lei 13 415/2017, conhecida com a reforma do ensino médio, é um modelo de aprendizagem por áreas de conhecimento que permitirá ao aluno optar por uma formação técnica e profissionalizante. Composto por um currículo básico e cinco (05) itinerários formativos. A carga horária mínima aumentará para 3000 horas divididas ao longo dos três anos de ensino, o estudante poderá eleger parte das disciplinas e a possibilidade de seguir uma formação técnica.

As dificuldades já existiam no passado, mas os desafios de ser professor, nos dias atuais, são outros exigindo que professoras, gestores e alunos se adaptem rapidamente. Dessa forma, é necessário estar pronto a buscar soluções e assumir o papel de educadora com mais qualidade. Ser professora, nos dias de hoje, requer habilidade no uso das tecnologias, de computadores, dispositivos móveis e *internet* e, para a inclusão dessas práticas em sala de aula, faz-se necessário desenvolver novos papéis e novas tendências pedagógicas e inovações tecnológicas.

No decorrer do século XX, o magistério tornou-se uma profissão tipicamente feminina. O salário continuava baixo, mas ainda havia reconhecimento social. No século XXI, ser professor é um desafio, pois além de todos os problemas que a categoria enfrenta, perdeu-se uma considerável parte do reconhecimento social.

Morin (2001) ressalta o papel do docente frente ao uso das tecnologias de informação e comunicação de forma apropriada e contextualizada, mantendo-se sempre em constante atualização e preparação para desempenhar sua função. Verifica-se que o processo de atualização e formação docente, não se restringe ao momento da formação inicial, pois ele se prolonga por todo o trajeto profissional do docente, mediante uma relação dialética, defendida por Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, como essencial na prática pedagógica, quando coloca que “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p.12).

A seguir uma abordagem das mudanças e desafios nas práticas pedagógicas, o cenário pandêmico e as tecnologias digitais.

4.5 DESAFIOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS ANTE AO CENÁRIO PANDÊMICO

Nas últimas décadas, em decorrência das mudanças sociais, econômicas e culturais, educar tem se tornado uma tarefa de extrema responsabilidade, exigindo mudanças nas práticas pedagógicas na construção de um ensino de qualidade e dos saberes docentes conjunto de conhecimentos, competências, habilidades e atitudes. O saber docente, na ótica de Tardif (2008), “[...] relaciona-se com a pessoa, com a sua identidade, com a sua experiência de vida, com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos na sala de aula e com os outros”.

Por esse viés, não se pode falar em aprendizagem sem falar no professor. E uma prática educativa cuja atuação precisa ser repensada quanto aos desafios profissionais enfrentados no cotidiano escolar e na interação com a comunidade onde a escola está inserida. E a inovação através da exploração de recursos tecnológicos, tão necessários na pandemia, para transmissão de conhecimento e aprendizagem dos alunos.

A pandemia ocasionada pelo Coronavírus alterou o cotidiano escolar com o isolamento e o distanciamento social, impactando fortemente na educação. Para a maioria dos professores, os efeitos da pandemia significaram trabalhar como nunca haviam experimentado. Nesse sentido, discorre, Atié (2020), que, em tempos de distanciamento físico, o foco da formação docente, em regime de emergência, centrou-se basicamente em treinamentos para o uso de tecnologias digitais.

Ante ao ensino remoto e posteriormente híbrido, o processo ensino aprendizagem sofreu alterações em sua metodologia. Para Dellagnelo (2020), a transição do ensino presencial para o ensino online requer planejamento e investimentos que não serão possíveis em curtíssimo prazo.

Essas alterações desencadearam grandes desafios para as docentes, visto que em sua maioria, não foi preparada para integrar tecnologia nos processos de ensino aprendizagem e para ensinar de forma online.

A pandemia gerada pela COVID-19 impôs o isolamento social e restrições quanto às possibilidades de encontros presenciais, o que, de certa forma,

comprometeria as relações humanas. Entretanto, também fez emergir outras formas de contato e interação, mediadas pelas tecnologias digitais (SANCHO, 1998; 2006; MILL et al., 2018). A interação é um elemento fundamental nas relações humanas, é uma necessidade que permite as trocas inerentes à convivência em sociedade.

Quando se direciona para o trabalho de professores durante essa pandemia, é possível levantar inúmeras dificuldades que emergiram frente a esse contexto de isolamento. Muitos questionamentos, dúvidas e incertezas surgiram e, desde então, têm assolado professores e escolas, pois houve grande interferência no trabalho docente.

Diante desses desafios, precisamos repensar a própria docência como profissão, na qual o professor mobiliza os seus saberes por meio de ações conscientes, de modo que o saber se relaciona pelo que os professores são e o que fazem, o “ser e o agir, ou melhor, o que Eu sou e o que Eu faço ao ensinar, devem ser vistos aqui não como dois polos separados, mas como resultados dinâmicos das próprias transações inseridas no processo de trabalho escolar” (TARDIF, 2014, p. 16).

De acordo com o autor, o saber dos professores está sempre ligado com uma situação de trabalho com outras pessoas (pais, alunos, colegas de trabalho), com a complexa tarefa de ensinar em um determinado espaço de trabalho, inserido em uma sociedade.

Nessa direção, as adversidades impostas pelo isolamento social têm levado a novas práticas docentes, não restritas à resolução de problemas do cotidiano escolar, mas, sim, pautadas em situações específicas, que envolvem diferentes saberes (TARDIF, 2014).

Através da Plataforma *Google Classroom* – Plataforma criada pelo Google para gerenciar o ensino e a aprendizagem, espaço virtual de aprendizado e uma ferramenta que permite aos professores ensinar conteúdos e interagir com os alunos e pais, podendo distribuir atividades, atribuir notas, dar feedbacks entre outras funções.

O Google Classroom, também conhecido como Google Sala de Aula, é uma plataforma do conjunto de ferramentas disponibilizadas pelo *Google Suite For Education* da empresa Google. A plataforma foi criada para auxiliar professores, alunos e escolas em um ambiente virtual. Ela pode ser utilizada em computadores ou pode ser baixada em forma de aplicativo pelas plataformas Android e IOS nos

celulares (*smartphones*), ampliando e facilitando ainda mais a utilização, uma vez que, nos dias atuais, a maioria das pessoas acessam à internet através do celular.

No RS, a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação) cadastrou alunos, professores e gestores para a utilização do Google Classroom. Cada um recebeu uma conta de e-mail e sua senha, onde todas as turmas foram alocadas na sala de aula virtual. Há uma seção para cada turma, onde podemos encontrar todos os alunos matriculados. Há uma seção de cada turma, sendo criada uma pasta para cada disciplina, na qual o professor direciona todo seu conteúdo, matéria, podendo postar exercícios com data marcada para entrega, que automaticamente é avisada no mural. Ele pode também programar uma postagem, corrigir e devolver a tarefa corrigida. Pode ainda usar o *Google Meet* e dar uma aula por videochamada. Contudo há que se destacar a importância do trabalho docente nesse processo, visto que sempre terá um papel fundamental na relação de ensino-aprendizagem. Ele não é simplesmente um detentor dos conteúdos.

Como diz Giroux (1997), o professor não é um técnico, ele é um intelectual transformador que ajuda o aluno a construir sua própria capacidade para enriquecer seus conhecimentos. A pandemia alterou, significativamente, a vida do profissional da educação e o processo de ensino e aprendizagem, estudantes e professores precisaram adaptarem-se ao novo modelo de ensino, às dificuldades de acesso à internet e aos dispositivos tecnológicos -*smartphones*, *tablets*, computadores, a até mesmo pelo desconhecimento e/ou domínio das TICs. Os efeitos desta nova estrutura de ensino proposta desencadearam, em muitos insegurança, ansiedade, adoecimento e sobrecarga de atividades.

Com as novas práticas pedagógicas de inclusão digital e a formação dos professores para o uso das tecnologias digitais, o letramento digital, A inserção de tecnologias digitais nas escolas públicas A integração dos recursos tecnológicos às atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas é permeada por diversos aspectos que envolvem o cotidiano escolar, desafiando a direção, a coordenação pedagógica e, principalmente, os professores e as professoras regentes: A garantia da disponibilidade de infraestrutura adequada, a organização da dinâmica escolar, as condições para a realização do planejamento didático e para a formação continuada no uso das tecnologias na educação são questões que precisam ser refletidas, discutidas e planejadas nas unidades educacionais (RECIFE, 2015b, p. 58)

É necessário urgência na formação dos docentes, além das estruturas fundamentais garantidas, no processo educativo, para a promoção da dinâmica escolar, de forma mais qualitativa e significativa, melhorando a qualidade no ensino dos professores e nas aprendizagens dos estudantes com o uso dos recursos tecnológicos. RECIFE, 2015b, p. 58).

Considerando as mudanças e transformações que ocorrem no cotidiano escolar e sociedade, o professor enfrenta novos desafios e funções, os quais podem impactar na sua saúde.

Diante disso, surge a necessidade de analisar e entender os procedimentos organizacionais adotados frente ao afastamento de docentes adoecidos na rede. O professor, no seu cotidiano de trabalho, precisa preparar e ministrar aulas; avaliar trabalhos e provas; orientar alunos; participar de reuniões, conselhos de classe, entre outros. Esta diversidade de funções, associadas às tarefas docentes habituais, pode levar ao esgotamento.

A seguir uma análise da Crise Pandêmica e suas ramificações na saúde das trabalhadoras docentes.

5 OS EFEITOS DA SOBRECARGA NA SAÚDE DAS DOCENTES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

O capítulo objetiva uma reflexão acerca da situação do trabalho docente, ante o surgimento da Pandemia ocasionada pelo SARS-Cov-2, e seus impactos causados na saúde das docentes. Com a chegada do vírus, foram necessárias a adoção de medidas para evitar a transmissibilidade da doença e o isolamento social. A suspensão das aulas presenciais, as mudanças no calendário escolar e as adequações ao ensino remoto, o uso das plataformas digitais, e os impactos das mudanças na saúde das docentes como descreve Souza et al (2021) “Professores passaram a trabalhar em tempo integral em casa, via trabalho remoto, *home office* ou teletrabalho, exposto às condições de trabalho improvisadas e às jornadas extenuantes”.

O trabalho remoto sobrecarregou as docentes, visto que muitas tiveram dificuldades de acesso à internet, e aos recursos tecnológicos inerentes a essa modalidade de ensino. Segundo Pachiega e Milani (2020), “os professores tiveram que se reinventar em um curto período de tempo e incorporar as tecnologias da informação e comunicação, além de todo o preparo pedagógico para que as aulas remotas pudessem acontecer”.

Essa mudança brusca, do presencial ao remoto, ocasionou inúmeros desafios na transmissão do conhecimento, no domínio da plataforma google classroom, desencadeando a exposição das docentes a elevados níveis de estresse, ansiedade, esgotamento gerados pelos desafios do ensino remoto. Depreende-se, daí que o medo do desconhecido também tenha gerado angústia, impactando a saúde das docentes. Novoa (1999) destaca que: “A profissão docente passa por uma crise e os professores encontram-se desmotivados e sobrecarregados por conta das novas funções que lhe foram atribuídas e que vão além do seu domínio”.

A saúde das docentes é um ponto de atenção ligada às questões de gênero e de esgotamento, à qualidade de vida e à repercussão na jornada de trabalho. A sobrecarga de trabalho e a baixa remuneração favorecem o estresse e, via de regra, o surgimento da Síndrome de Burnout – Síndrome de esgotamento nervoso, caracterizada por sintomas mentais como ansiedade, irritabilidade, depressão e mudança de humor. (Sintomas físicos como dores musculares, distúrbios gastrointestinais, insônia e dor de cabeça também podem ser observados). Delineada

pelo psiquiatra alemão Herbert Freudenthal em 1974, esta síndrome pode ser desenvolvida em resposta ao estresse excessivo e prolongado de atividades relacionadas ao trabalho.

Do inglês **burn** que significa "queimar" e **out**, que quer dizer "fora", pode ser traduzida por "queimar por completo" caracterizando o estado de exaustão intensa nos níveis físico e mental faz com que um indivíduo se sinta sobrecarregado a ponto de tornar-se incapaz de responder às demandas constantes de sua função no trabalho. O estresse e a sobrecarga de atividades estão presentes na nossa vida, não obstante é fundamental observar quando ele se torna prejudicial. Para Ferreira, 2013, a Síndrome de Burnout, desenvolvida pelo esgotamento profissional estando condicionada ao intenso ritmo de trabalho exercido pelo docente.

Souza (2013) descreve sintomas como: dores de cabeça, insônia, ulcera, tensão muscular, fadiga crônica, problemas cardiomusculares e cardiovasculares, ansiedade e depressão, além de possíveis transtornos psiquiátricos. E, quando afetado por *Burnout*, o professor tende a desenvolver estado autodepreciativo e arrependido de fazer parte da profissão e passa a pensar em abandoná-la. Também destaca o uso da voz, fundamental no trabalho docente, como recurso didático e de comunicação com os alunos: as pesquisas revelam que tendo em vista a associação entre profissão e saúde vocal é a categoria docente aquela que mais apresenta prevalência e incidência de distúrbios desta natureza.

A profissão docente se encontra entre aquelas que possuem altos riscos de desenvolvimento da Síndrome de *Burnout*, e, dentre as principais causas associadas à Síndrome, estão à tripla jornada das mulheres - tarefas domésticas e profissionais, ao estresse relacionado ao excesso de atividades, à falta de reconhecimento, à necessidade de aprender rápido novas metodologias e à insegurança. A pandemia aumentou o esgotamento/desgaste emocional) depressão, chamando a atenção para a saúde mental, o autocuidado e a valorização das docentes. Para Oliveira, 2004: A profissão docente desde seus primórdios no Brasil, passa por uma carência de investimentos e de valorização, historicamente tornou-se desvalorizada e de pouco prestígio social.

Nesse viés, o professor, ante ao acúmulo de tensões do dia a dia, enfrenta situações cotidianas que podem desestimular a permanência na profissão, e ocasionar problemas (mal-estar docente), dificultando o exercício de suas atividades,

podendo levar ao esgotamento físico e mental. O desgaste do professor, não é algo que afeta apenas a sua própria vida, as suas atividades, anseios e vontades. É possível perceber, segundo Gonçalves (et al, 2008), que é um processo que afeta também a escola como um todo e principalmente os alunos, mesmo que de forma indireta. Soma-se, ainda, que, nas sociedades patriarcais, a docência feminina era vista como uma extensão do trabalho doméstico. E também a pandemia causada pela Covid 19 e as medidas tomadas para conter a contaminação no Brasil desde março de 2020 tiveram um impacto profundo no trabalho das professoras (a atuação das docentes durante a quarentena), inicialmente no trabalho remoto emergencial e as desigualdades de acesso e oportunidade aos estudos, o aumento da demanda de trabalho, a necessidade do ensino híbrido e todos os desafios em tempos de pandemia e o acúmulo da jornada de trabalho direcionado a mulher.

O acesso e o domínio das tecnologias também, estão entre as dificuldades enfrentadas pelas docentes. Assim como a ansiedade e a angústia pela situação nova das aulas síncronas, necessidades afetivas, cognitivas e motoras durante o processo de ensino-aprendizagem. Conforme Oliveira (2020):

[...] uma das principais dificuldades da educação digital durante a pandemia foi a **falta de habilidade dos professores com o ensino EAD**, diversos professores não tinham conhecimento sobre o método de aula online e não tiveram tempo para realizar o treinamento de ambientação nas plataformas de ensino” (Oliveira 2020).

Com a suspensão das atividades presenciais, em março de 2020, diante da COVID-19, as atividades remotas tiveram que ser aplicadas e, com isso, o uso da tecnologia exigiu adaptação e adequação das educadoras à nova realidade e o desafio de dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem. Os desafios vivenciados pelos docentes durante o período pandêmico ao utilizarem as Tecnologias da Informação e Comunicação como ferramenta pedagógica. Como retrata Victória Oliveira (2020): Os professores, com a suspensão das aulas e o distanciamento social, precisam lidar com a pressão de adaptar-se a ferramentas virtuais, preparar atividades que mantenham os alunos estimulados e estar disponíveis para esclarecer dúvidas.

Diante das dificuldades provocadas pela pandemia, refletir sobre a saúde dessas profissionais e, em muitos casos, a necessidade de solicitar afastamento para tratamento saúde (LTS). Segundo Silva (2006): Na docência, encontramos fatores que

contribuem para o mal-estar da categoria, como formação inicial e continuada deficientes, excesso de trabalho, baixos salários, desgaste físico e emocional e falta de reconhecimento social.

A pandemia da COVID 19 requereu adaptação aos meios tecnológicos e às plataformas digitais, o que desencadeou estresse e ansiedade ante a esses desafios e, somado à sobrecarga de trabalho, o adoecimento docente.

Um dos direitos assegurados às docentes (e a todos os servidores) é a licença para tratamento de saúde – LTS, um benefício concedido ao servidor que, devido a uma doença apropriadamente diagnosticada por um médico, está impossibilitado de exercer suas funções profissionais sem prejuízo de sua remuneração.

Define-se LTS como a **licença** por motivo de **saúde**, o direito de o servidor ausentar-se, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus, dentro dos prazos previstos, conforme a legislação vigente. A licença para tratamento saúde a que faz o servidor, no âmbito da Lei 10098/94- Estatuto do Servidor Público do Rio Grande do Sul, em seu artigo 128, assim prevê: “Será concedida, ao servidor, licença: I - para tratamento de saúde”.

Ainda, a Lei 6.672/74 – proporciona ao professor um número de até 10 (dez) faltas justificadas, sem que sejam imputados descontos nos vencimentos do servidor.

Compreender a saúde física e emocional das professoras é de fundamental importância ante ao cenário pandêmico que tem acentuado esse quadro, expondo os professores a situações mais estressantes. Como estes profissionais estão enfrentando (ou têm enfrentado) a grave crise epidemiológica que afetou não só a saúde física, mas também a saúde emocional das profissionais docentes.

Refletir sobre os impactos da COVID-19 no trabalho das docentes que precisaram aprender a lidar com as tecnologias em tempo recorde e se reorganizarem para receber seus alunos de forma virtual e lidar com as novas formas de trabalhar o que ocasionou uma vulnerabilidade emocional. Ainda as docentes exercem o que se chama de “tripla jornada” e, com isso, têm carga horária muito maior que dos profissionais do sexo masculino, pois, quando chegam em casa, o trabalho continua tendo todas as atividades domésticas, além de prepararem a aula do dia seguinte. Barroso (2008) considera que o trabalho docente é repleto de fatores estressantes e não apenas de alegrias, sendo encontrados muitos desafios no trabalho pedagógico.

Assunção e Oliveira (2009) ressaltam que o professor, extenuado no processo de intensificação do trabalho, teria a sua saúde fragilizada e, portanto, estaria mais

susceptível ao adoecimento. Podendo-se presumir que o profissional docente realiza um trabalho excessivo, o que o coloca em risco de adoecimento, visto que na profissão docente o trabalho continua em casa com a preparação da aula do dia seguinte.

Para Gouvêa (2016, p. 208) no que se refere à sobrecarga de trabalho e à saúde dos professores, dois elementos determinantes para a deflagração de processos de adoecimento podem ser citados. Um deles é a diminuição ou a falta de tempo livre fora do trabalho para outras atividades da vida e para o lazer. O outro é a realização do trabalho em condições de estresse, que pode levar a implicações previsíveis para a saúde, porquanto expõe os trabalhadores a situações extremas.

Como se pode perceber a crise sanitária atingiu as trabalhadoras docentes cujos impactos as afetaram dentro e fora da escola. Inicialmente, tanto a insegurança ou limitações ao usar as tecnologias, como a condução das atividades ou como a falta de dispositivos como computadores, notebooks, *tablets* e *smartphones*, ou até mesmo a dificuldade de acesso à internet. No entanto, no contexto atual, o uso das tecnologias tem se mostrado necessário e indispensável.

Importante refletir sobre as dificuldades do uso da tecnologia por parte das profissionais de educação durante a pandemia de COVID-19, os recursos tecnológicos na prática educacional num contexto que nunca fora vivido, pelas educadoras e pelos educandos. Os problemas inicialmente enfrentados na acessibilidade à internet considerando que nem sempre é possível conseguir a conexão em rede.

Esse novo cenário na educação provocou um novo olhar e novas práticas de ensino para a garantia da oferta de aprendizagem aos discentes. Com as atividades remotas foi necessário o uso da tecnologia.

Surge, então, a necessidade de adaptação dos educadores para se adequar à nova realidade de compartilhar o conhecimento um novo cenário educacional.

5.1 A PANDEMIA E O NOVO CENÁRIO EDUCACIONAL

A pandemia da COVID-19 transferiu, de uma hora para outra, as salas de aula para o ambiente doméstico. Impedidos de frequentar o ambiente escolar para não gerar aglomerações, professores e estudantes tiveram que se adaptar às aulas online e enfrentarem os desafios do processo de aprendizagem e a transmissão do conhecimento. Como retrata Victória Oliveira (2020): Os professores, em razão da

suspensão das aulas e do distanciamento social, precisam lidar com a pressão de adaptar-se a ferramentas virtuais, preparar atividades que mantenham os alunos estimulados e, ao mesmo tempo, estar disponíveis para esclarecer dúvidas.

Para Victória Oliveira (2020), as secretarias de educação são agentes fundamentais para que as ferramentas de ensino e aprendizagem estejam aptas para todos os alunos. Até aqueles que ainda não tem acesso à rede.

As educadoras precisaram buscar novos saberes ao fazer uso da tecnologia nas novas práticas de ensino e aprendizagem. Observa Brasil (2002):

[...] que o professor deve ser capaz de fazer uso de tais recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a aumentar as possibilidades de aprendizagem dos alunos” (BRASIL, 2002, p.43).

Surge, com isso, uma reformulação no trabalho docente, formações para os educadores com a plataforma Google Classroom, a fim de atender às necessidades de aprendizagem essenciais na formação dos alunos. O Cenário pandêmico acelerou a era digital e foi preciso adaptar-se a esse novo processo de ensino digital na aprendizagem.

Entre as tecnologias encontradas hoje na escola, o computador se revela como maior desafio para muitos professores, porque abrange além do conhecimento técnico, a compreensão de como utilizá-lo como uma ferramenta pedagógica. Teruya (2006) cita que:

o computador passa a ser considerado uma ferramenta educacional, não mais um instrumento de memorização, mas um instrumento de mediação na construção do conhecimento (Teruya (2006,p. 74).

A autora ressalta ainda que seu uso deve ter por objetivo a aprendizagem, “[...] é considerado um recurso que facilita a aprendizagem mas exige dos docentes uma fundamentação teórica e metodologia para trabalhar no ambiente informatizado” (TERUYA, 2006).

A escola no exercício da a prática educativa deve garantir o acesso ao conhecimento. De acordo com Saviani (2008):

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam

ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2008, p. 13).

De acordo com o autor, a peculiaridade da educação, na forma de uma segunda natureza, ocorre por meio das relações escolares historicamente estipuladas que se iniciam entre os homens e, “é necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação” (SAVIANI, 2008, p. 18).

Com a pandemia causada pelo Coronavírus foi necessário adaptar sistema de ensino para que todos os alunos continuassem o processo de aprendizagem (SPALDING *et al.*, 2020).

E a tecnologia digital tornou-se um dos principais meios para manter o processo educacional e, via de regra, o um grande desafio, visto que a maioria das docentes não estavam familiarizadas a este tipo de ensino.

Outro desafio que merece destaque frente à pandemia: como manter os alunos motivados e garantir que eles participem das aulas e usem regularmente as ferramentas (LUDOVICO *et al.*, 2020).

Para Kobs e Junior (2020), o avanço da tecnologia digital no Brasil surgiu novas possibilidades dinâmicas de aprendizado, por meio da internet, na qual promoveu o suporte para o processo de aprendizagem com serviços como de correio eletrônico, conexão remotas, troca interativa de mensagens em tempo real, transferência de arquivos, navegação multimídia, entre outros, para promover o conhecimento.

Para Fantin (2017), a tecnologia agregou papel fundamental na construção do conhecimento, sendo utilizada como uma das principais ferramentas, trazendo, conseqüentemente, a conectividade entre pessoas, conceitos e culturas. Contudo, as escolas precisaram se adaptar a essas inovações de forma a fornecer aos professores novas estratégias de ensino usando as plataformas digitais.

Nos dias de hoje, a evolução da educação digital docente consegue realizar diversas atividades interativas na qual auxilia o processo de desenvolvimento educacional. Todavia, o maior desafio é uso das novas tecnologias e as mudanças que elas causam na própria rotina da aula e o professor precisa vencer o receio de usar as tecnologias em seu trabalho docente.

As Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs são essenciais para o processo de formação docente e igualmente importante é a valorização do professor

como intelectual e produtor de conhecimento, sujeito ativo e reflexivo em relação à sua prática.

Na estrutura organizacional, se torna necessário uma cultura informática educativa na qual integre os instrumentos, tanto no nível da concepção quanto no da prática, levando em conta a complexidade da relação entre os recursos tecnológicos, os conhecimentos e as técnicas utilizadas pelo docente. Ainda que a utilização das TICs na educação não vai substituir o professor, reconhece-se, hoje em dia, que o trabalho docente pode ser apoiado por essas ferramentas. Ao pensar a utilizar as tecnologias como recurso didático no processo de ensino e aprendizagem, Quartiero (1999), destaca que: é importante levar em conta três aspectos que determinam suas potencialidades e sua efetividade no espaço escolar: verificar a validade da incorporação da tecnologia na aula; segundo, refletir os objetivos, os métodos e os conteúdos de tais experiências e os métodos de avaliação de sua eficiência; e proporcionar aos professores a capacitação técnica elementar, sem querer formar especialistas.

As tecnologias se apresentam como ferramentas que permitem registrar, editar, combinar, manipular toda e qualquer informação, por qualquer meio, em qualquer lugar, a qualquer tempo. O seu uso nas práticas pedagógicas pode proporcionar a multiplicação de possibilidades de escolha, de interação. A mobilidade e a virtualização nos libertam dos espaços e tempos rígidos, previsíveis, determinados. Entretanto, os professores ainda encontram dificuldades para inserção das tecnologias no trabalho docente.

As tecnologias causaram enormes benefícios em termos de avanço científico, educação, comunicação, lazer, processamento de dados, busca e produção do conhecimento. Assim sendo, se constituem como molas propulsoras e recursos dinâmicos para favorecer o trabalho docente, à medida que, quando bem utilizadas pelos professores e alunos permitem intensificar a melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e fora dela. Portanto, conclui-se que o professor precisa vencer o receio de usar as tecnologias em seu trabalho docente e terá que ser responsável por esta ruptura paradigmática a partir da mudança do próprio comportamento. Pois, somente mediante esta mudança, as dificuldades aqui apresentadas e muitas outras que possam surgir serão superadas permitindo a utilização dos potenciais educativos das TICs.

O cenário pandêmico, o novo modelo pedagógico- ensino híbrido ocasionaram mudanças na profissão docente. De acordo com Souza et al. (2003): até 1960, a maioria dos trabalhadores do ensino gozavam de relativa segurança material, de emprego estável e de um certo prestígio social. A partir de 1970, a expansão das demandas da população por proteção social provocou o crescimento do funcionalismo e dos serviços públicos gratuitos, entre eles a educação.

Os desafios do Cenário pandêmico e, em seguimento, o adoecimento das trabalhadoras docentes na educação básica e na EP, alertaram da necessidade para se entender esse processo.

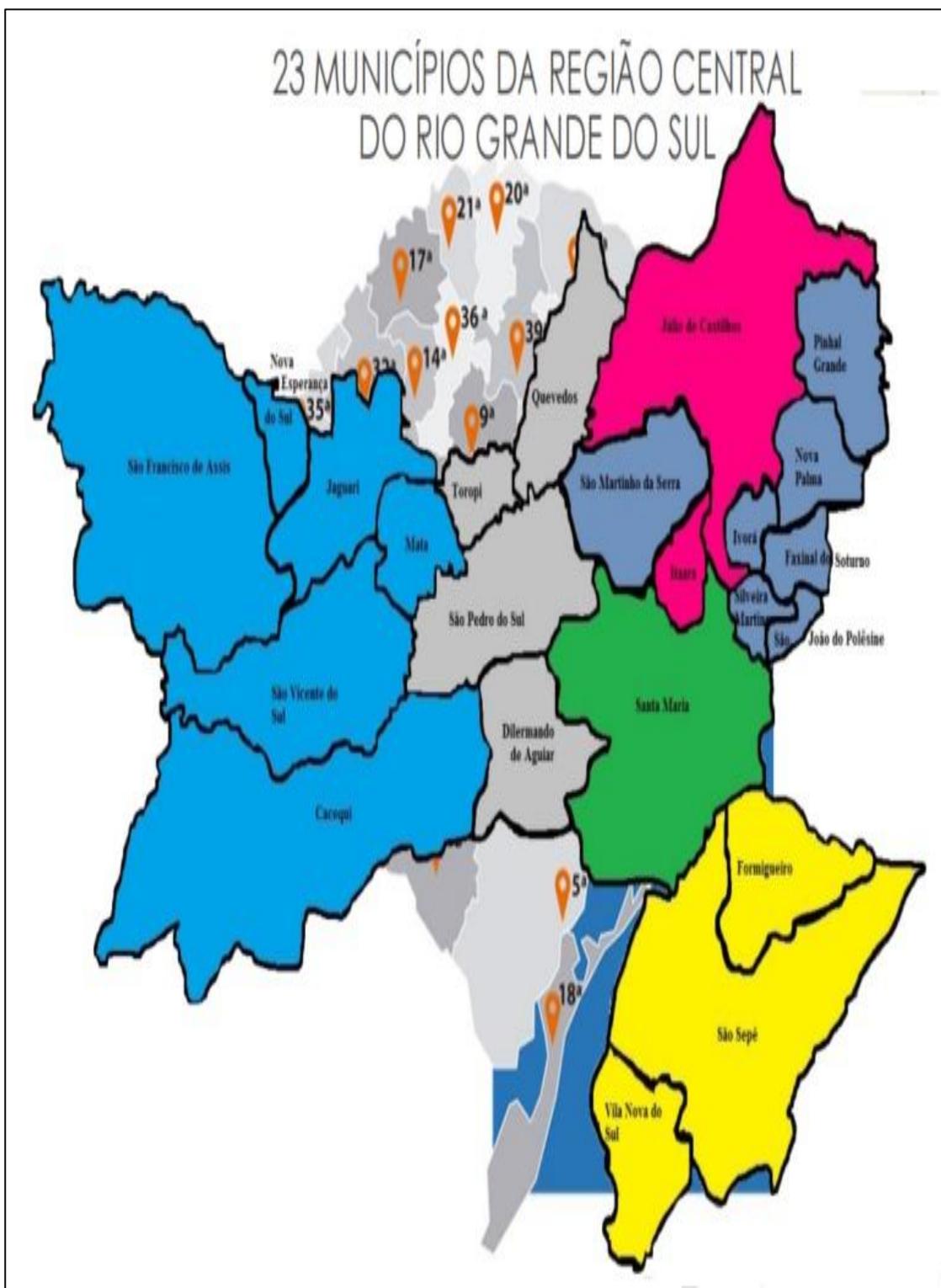
De conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – a Lei Complementar 10.098/94, em seu artigo 128, dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde ao servidor. O servidor deverá comunicar sua chefia imediata sempre que houver necessidade de afastamento para tratamento da própria saúde, mediante avaliação junto ao Órgão Pericial do Estado – DMEST. É o direito do servidor de se ausentar das suas atividades de trabalho para realizar tratamento de saúde, sem nenhum prejuízo da remuneração, enquanto durar a limitação da capacidade laborativa.

Para tanto, buscou-se dados acerca das LTS das docentes – afastamentos em licença saúde, no período de 2018 a 2021, os quais foram obtidos junto à SEDUC- Secretaria Estadual de Educação, a qual possui trinta (30) Coordenadorias Regionais de Educação, sendo o Órgão Central e Administrativo do Sistema Estadual de Ensino, com a estrutura básica e competência definidas pela Lei nº 14.733, de 15 de setembro de 2015, modificada pela Lei nº 14.984, de 16 de janeiro de 2017, e em conformidade com o decreto 54.015, de 10 de abril de 2018, através da 8ª Coordenadoria Regional de Educação cuja sede é Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, possuindo vinte e três municípios de abrangência, conforme mapa ilustrativo.

A Oitava Coordenadoria Regional de Educação, com sede em Santa Maria, é um órgão da Secretaria de Educação incumbido da orientação técnico-pedagógica e administrativa das escolas estaduais e possui vinte e três municípios de abrangência, dentre os municípios de atuação estão: Cacequi, Dilermando de Aguiar, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São

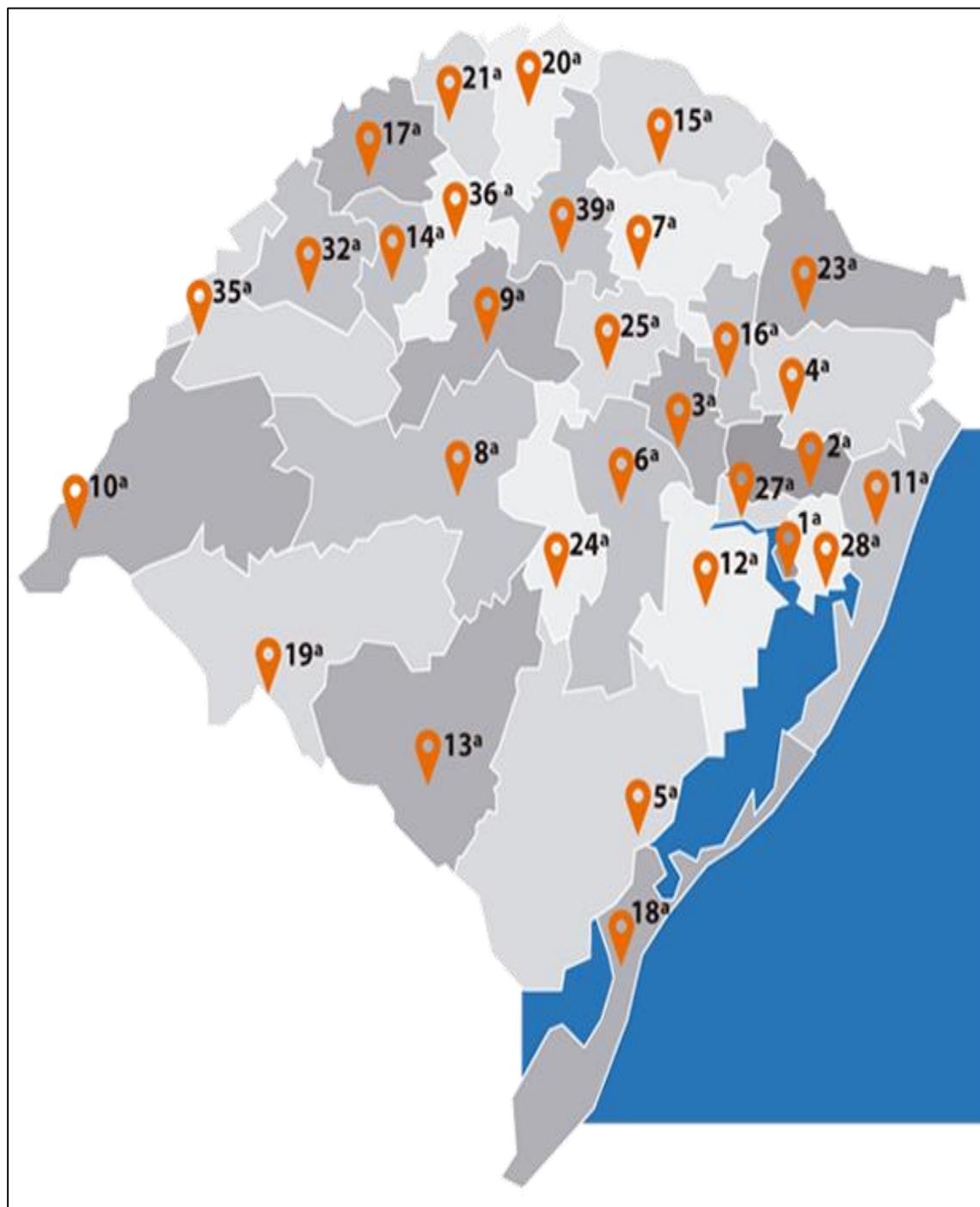
Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi e Vila Nova do Sul. Foi criada pelo decreto n.7641 de 28 de dezembro de 1938 e instalada em abril de 1939.

Figura 14 - 23 municípios da região central do Rio Grande do Sul



Fonte Secretaria de Estado da Educação. Mapa 8ª CRE e municípios de abrangência.

Figura 15 - Mapa Coordenadorias Regionais de Educação



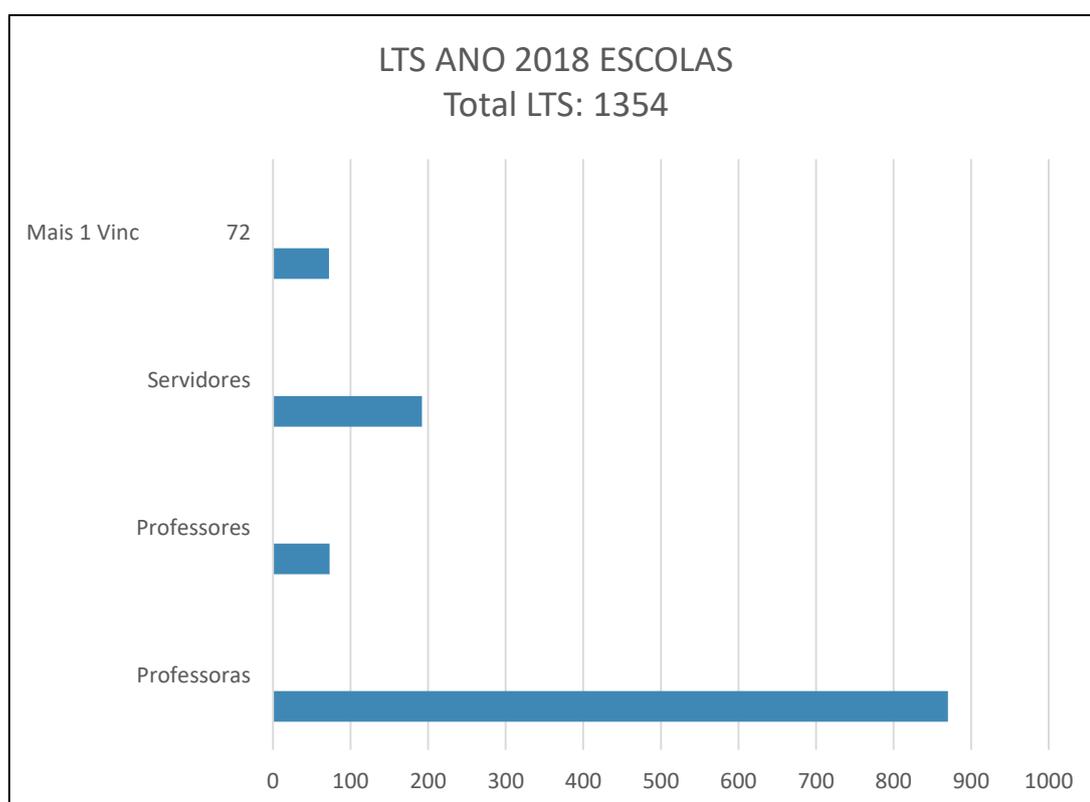
Fonte: SEDUC/RS

Os dados não apenas permitiram o conhecimento do número de afastamentos entre as(os) professores e servidores, dentre a totalidade de servidores ativos, como também foi observado que, em alguns casos, há professores com mais de um vínculo (1 e 2) – Regime de Trabalho de 40 horas, bem como quantos ultrapassaram mais de cem(100) dias em LTS, no período supracitado.

Os dados permitem analisar tanto professores lotados nas escolas estaduais de jurisdição da 8ª CRE, quanto os professores que exercem suas funções na 8ª CRE, antes e durante o período pandêmico.

Conforme gráficos 1 e 2, no ano de 2018, observou-se que, da totalidade de mil trezentas e quarenta e cinco (1345) licenças saúde, no que se refere à gênero, e dentre os professores lotados nas escolas de abrangência da 8ª CRE, Oitocentas e setenta (870) LTS foram mulheres professoras(942 LTS onde 72 com mais de um vínculo no Estado), setenta e três (73) homens (professores) e cento e noventa e dois (192) Servidores. Salienta-se que setenta e duas (72) LTS se referem a professoras com mais de um vínculo no serviço público, ou seja, possuem 2 vínculos – 1 e 2, razão pela qual contabilizou-se uma vez. Já, dentre as professoras com lotação na 8ª CRE, em 2018, conforme gráfico 2, totalizaram-se quarenta (40) LTS.

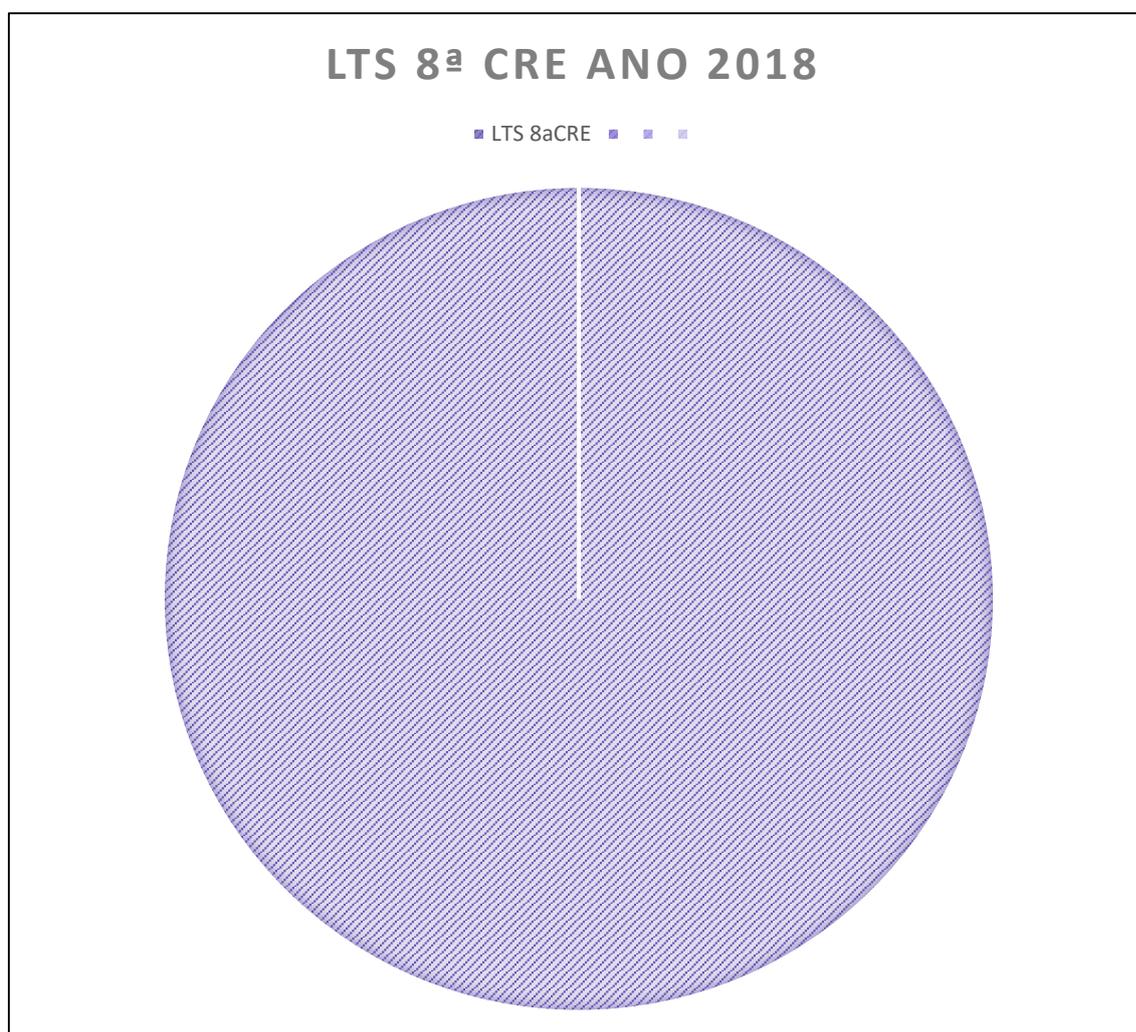
Gráfico 1 - LTS Professoras, Professores e Servidores lotados nas Escolas da RPE de abrangência de Santa Maria, ano 2018 (2018)



Fonte Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RS.

No gráfico 2, é possível contabilizar o número de professoras, em 2018, com lotação e exercício de suas funções na 8ª Coordenadoria Regional de Educação, a qual possui setores Administrativo, Pedagógico, Recursos Humanos e Jurídico

Gráfico 2 - LTS Professoras lotadas na 8ª CRE ano 2018.



Fonte Secretaria de Estado da Educação-SEDUC/RS.

O terceiro gráfico permite uma visão geral das LTS das docentes, no ano de 2018, incluindo servidores, professores (mulheres e homens) num total de 1345 licenças.

Gráfico 3 - Percentual das LTS ano 2018

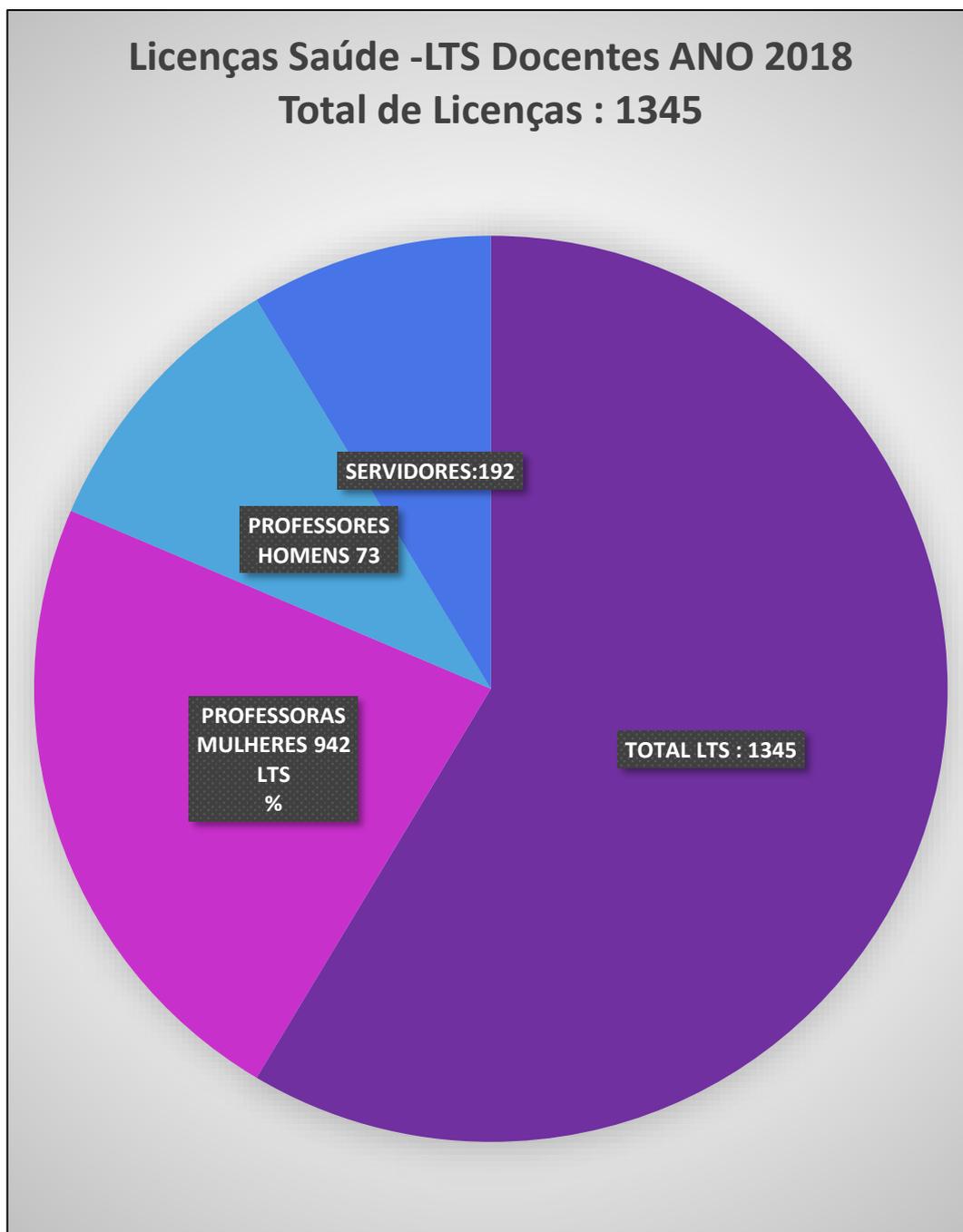
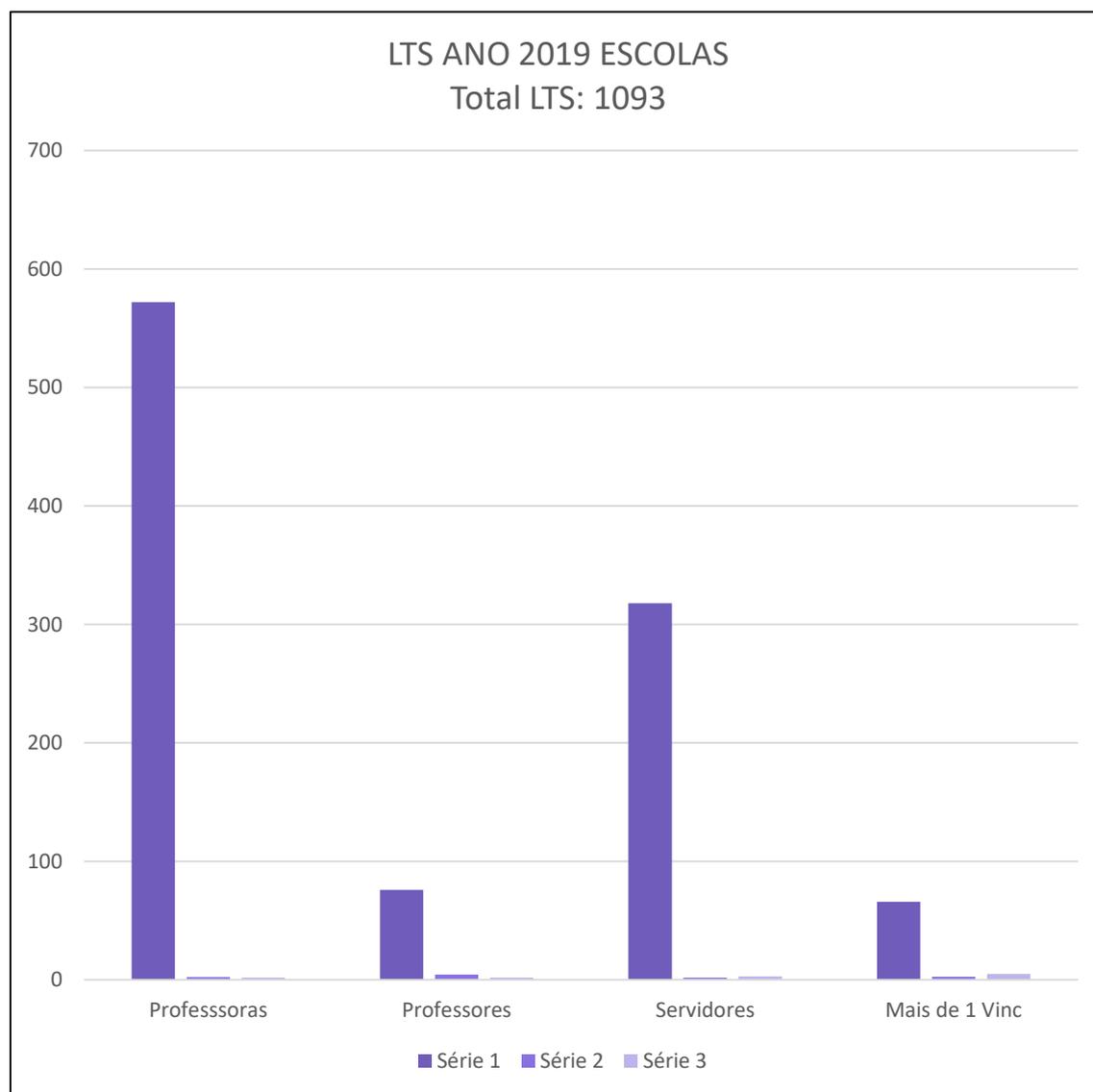


Gráfico 3- Fonte SEDUC/RS.

Em 2019, no universo de mil e noventa e três (1093) LTS, observou-se que, conforme gráfico 4, quinhentas e setenta e duas (572) LTS referem-se às Mulheres/Professoras (onde num total de 638 LTS, 66 são referentes a mais de um vínculo), setenta e seis (76) LTS de homens/Professores, trezentos e dezoito LTS de servidores, dentre os professores e servidores lotados em escolas da rede Pública estadual de abrangência da 8ª Coordenadoria Regional de Educação. No gráfico 4,

pode-se observar o percentual de LTS de professoras que exercem suas funções na 8ª Coordenadoria Regional de Educação.

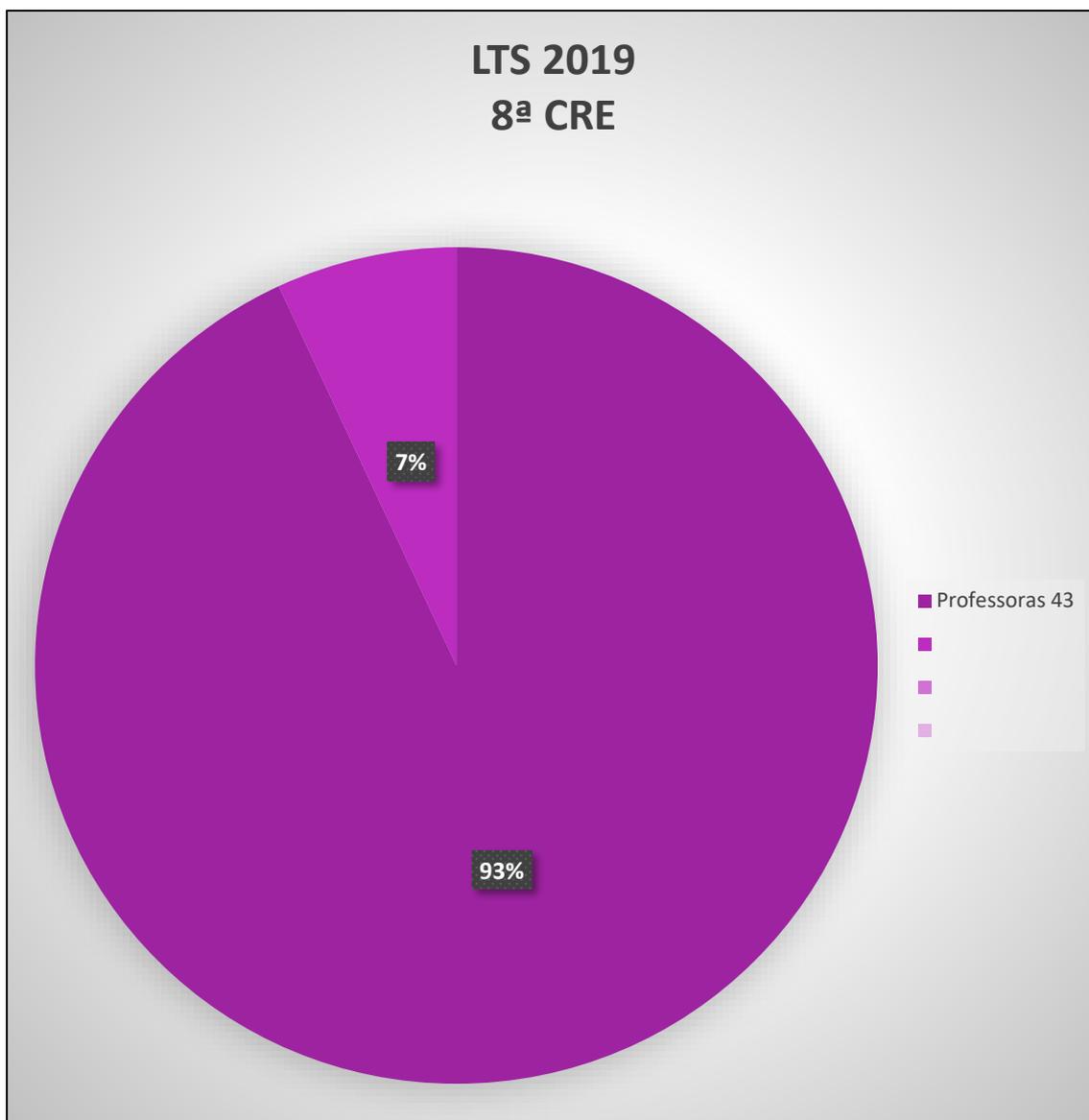
Gráfico 4 - . LTS Professoras, e Servidores lotados nas Escolas da RPE de abrangência de Santa Maria ano 2019



Fonte Secretaria de Estado da Educação.

O gráfico 5 traz o panorama das LTS- Licenças Saúde, ano 2019, das professoras lotadas e em exercício na 8ª Coordenadoria Regional de Educação, onde houve um total de 43 LTS.

Gráfico 5 - Percentual de LTS Professoras com lotação na 8ª CRE ano 2019.



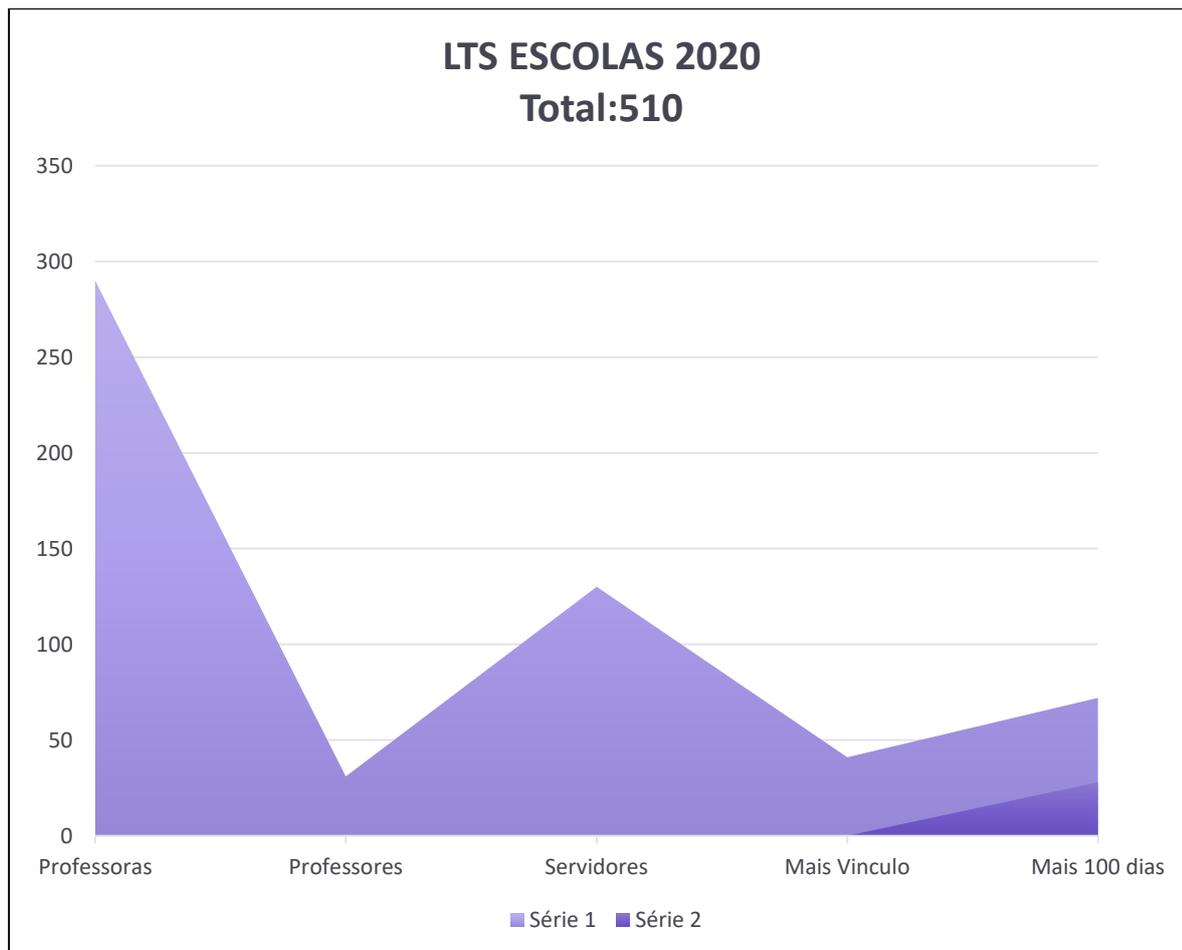
Fonte Secretaria de Estado da Educação

Diante da pandemia do Coronavírus (Covid - 19), e com a adoção de medidas para contenção do contágio acelerado do vírus, ocorreu, no âmbito educacional, a suspensão das atividades presenciais nas instituições de ensino, em 2020. No Rio Grande do Sul, a partir do dia 23 de março, todas as instituições de ensino gaúchas estavam com atividades suspensas. Após período de suspensão, a Rede adotou o Modelo Híbrido de Ensino, possibilitando o atendimento remoto dos estudantes.

Ressalta-se que, no ano de 2020, conforme gráfico 6, ano de 2020 e gráfico 7, ano 2021, ante ao cenário pandêmico, foi instituído o Ensino Remoto, observando-se, assim, uma diminuição no número de LTS dos professores, tendo em vista a

organização pedagógica na modalidade remota via Plataforma Google Classroom. Nesse período, foram totalizadas 510 LTS, sendo 290 LTS de Professoras onde 41 totalizaram mais de um vínculo no Estado. Já os professores (homens) totalizaram 31 LTS.

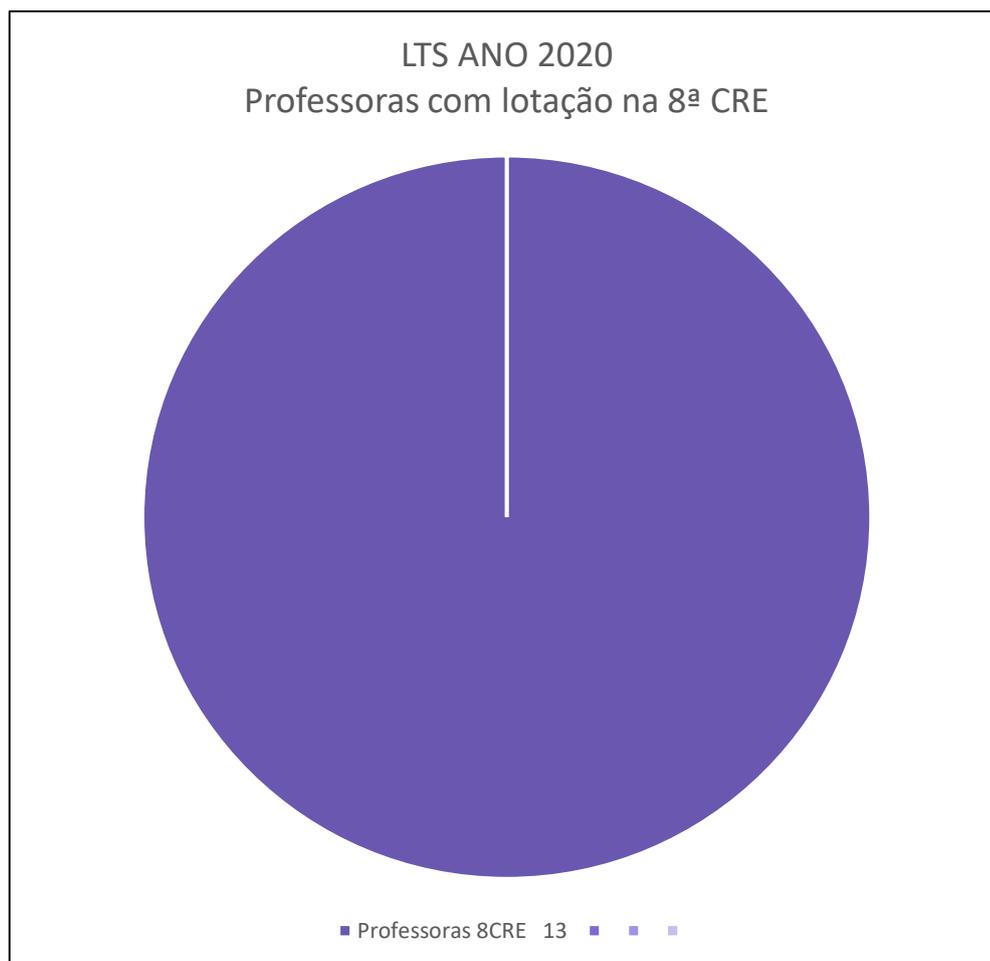
Gráfico 6 - LTS Docentes e Servidores ano 2020, incluindo-se as LTS que ultrapassaram cem (100) dias



Fonte secretaria de Estado da Educação.

O gráfico 7 traduz as LTS das professoras lotadas e em exercício na 8ª Coordenadoria Regional de Educação no ano de 2020, as quais totalizaram 13 LTS.

Gráfico 7 - LTS Professoras com lotação na 8ª CRE ano 2020



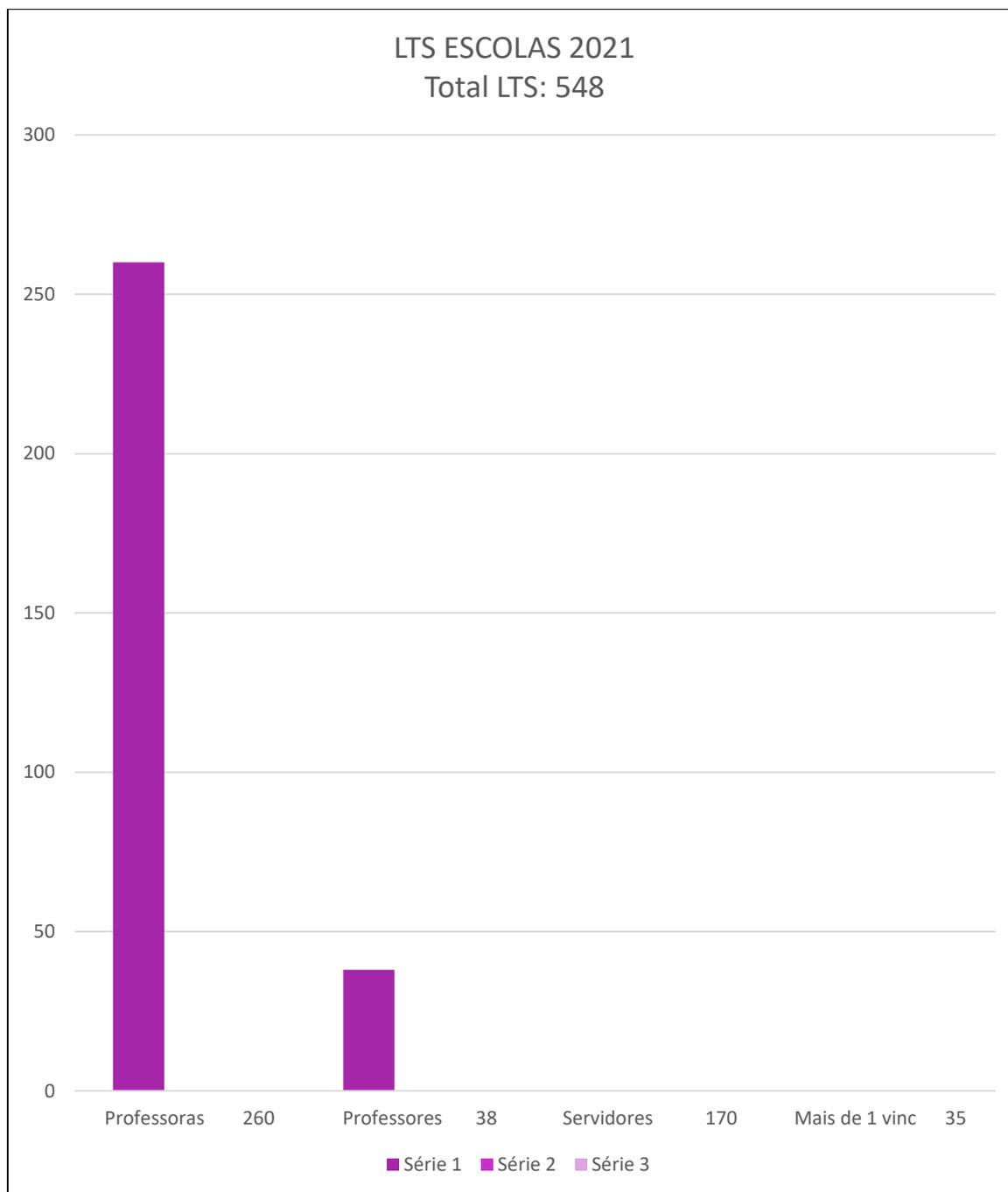
Fonte Secretaria de Estado da Educação.

Já, em 2021, há que ser considerada a transição do Ensino Remoto, Híbrido à Presencialidade, assim como os casos de comorbidades e licenças gestantes, os quais, por amparo legal, as professoras com comorbidades ou gestantes permaneceram afastados da presencialidade na escola, todavia, atendendo de forma remota e via plataforma *google classroom*.

O Ensino Remoto ou Aula Remota se configura então, como uma modalidade de ensino ou aula que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e estudantes (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 8).

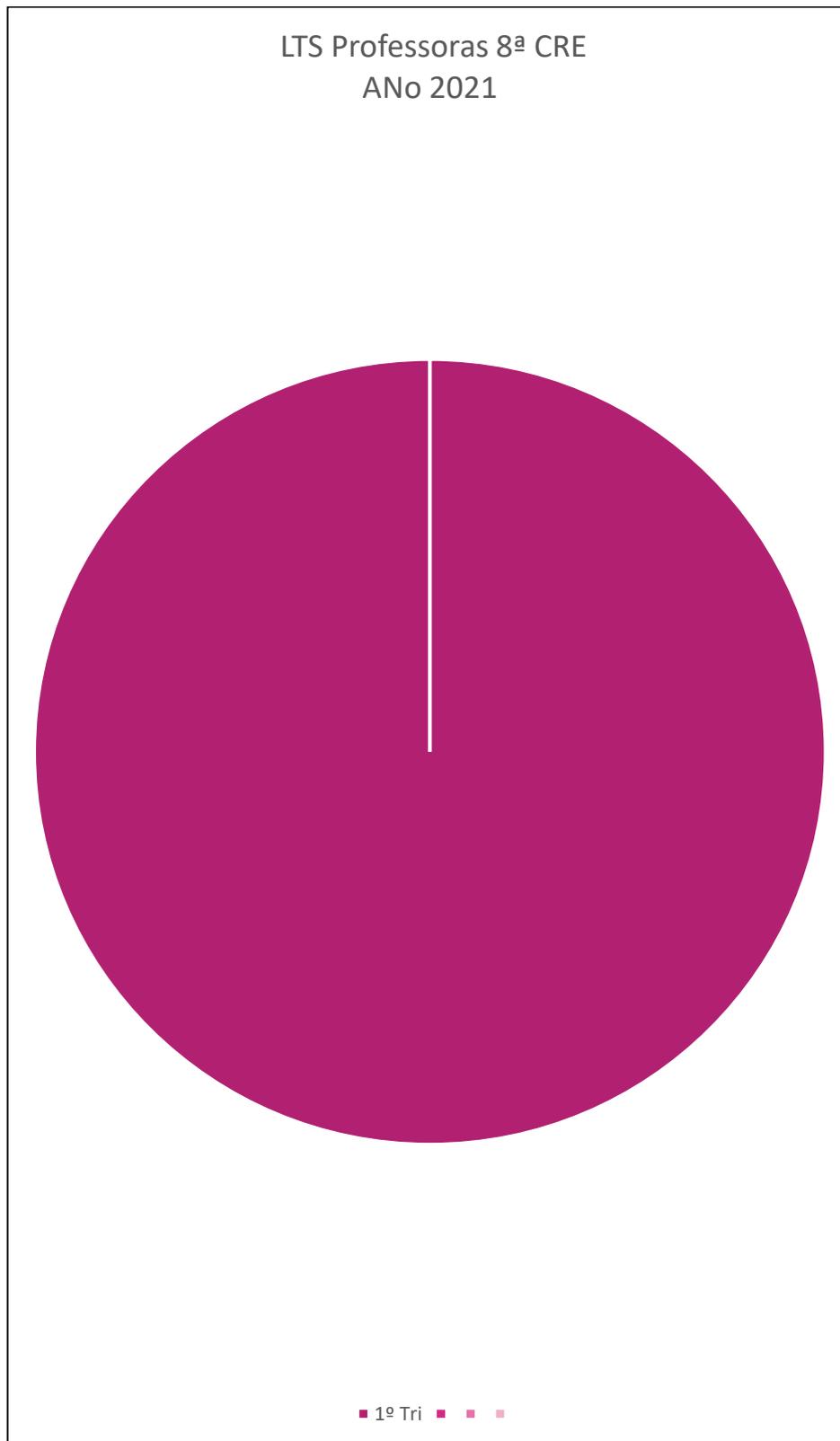
No gráfico 8, ano 2021, foram 548 LTS, sendo 260 LTS de professoras (295 e 35 com mais de um vínculo), professores homens 38 e servidores 170, considerando que servidores com mais de um vínculo totalizaram 35.

Gráfico 8 - LTS Docentes e Servidores ano 2021



E o gráfico 9 ilustra as LTS- Licenças Saúde, das Professoras lotadas e em exercício na 8ª Coordenadoria Regional de Educação, no ano de 2021, totalizando 11 (onze) LTS.

Gráfico 9 - LTS professoras com lotação na 8ª CRE ano 2021.



Fonte: Secretaria do Estado da Educação.

Esta pesquisa documental foi realizada tendo como base os dados obtidos junto ao órgão estadual que apontam/revelam os afastamentos por saúde das

professoras, no período de 2018 a 2021, e os índices indicativos do processo de adoecimento, a partir das estatísticas disponíveis. Assim, postula-se compreender como tem se dado o processo de adoecimento dos professores, a fim de contribuir com futuras discussões acerca do tema e, ao mesmo tempo, conhecer dados referentes a essa categoria profissional no Estado, os quais são preocupantes.

Embora os dados dos afastamentos por licenças médicas não indiquem a real dimensão do problema de saúde de uma categoria de trabalhadores, os indicadores podem ser tomados como pistas sobre situações que merecem maior aprofundamento e análise, oferecendo, quiçá, oportunidades para a construção de políticas públicas eficazes.

Conquanto a presente pesquisa não permita respostas conclusivas, os dados investigados e o número de LTS, no período estudado, demonstram que algo não vai bem com a saúde das professoras, o que, via de regra, sinaliza a necessidade de uma reflexão coletiva sobre o que pode ser feito para prevenir e/ou minimizar o adoecimento das docentes e a sobrecarga de trabalho.

Neste sentido, chamamos atenção para a formulação de políticas que contemplem as reais necessidades da classe trabalhadora, sobretudo a promoção e de saúde e qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras em educação.

Percebe-se a necessidade de um estudo amplo acerca do trabalho docente, envolvendo professores, funcionários, bem como a criação de leis que realmente amparem o trabalhador da educação. Assim como, é preciso gerar oportunidades de reflexão sobre as questões relacionadas ao trabalho/saúde dos professores e em especial da rede pública. Para que isto se efetive, é necessário compromisso político também dos administradores públicos em criar, programar e desenvolver políticas preventivas eficientes, que poderão evitar e/ou minimizar o mal-estar docente e consequentemente, evitar o prejuízo pedagógico imposto ao aluno e a comunidade.

A pandemia de Covid-19 pode trazer consequências prolongadas ou até permanentes na população, muito embora ainda não tenhamos uma visão completa desses impactos na saúde causados pelo distanciamento, grupos de risco, vulnerabilidade social, mortes, problemas financeiros e implicações dela decorrentes, é preciso entender o abalo e as sequelas (marcas) deixadas em cada um de nós.

As medidas de distanciamento social necessárias e compulsórias para impedir a disseminação da COVID-19 levou docentes e discentes da esfera pública e privada

a reinventar o processo ensino-aprendizagem no ambiente do lar e em um curto período de tempo.

No livro “A cruel pedagogia do vírus”, Santos (2020) expõe muito didaticamente as fragilidades inerentes à atual sociedade neocapitalista. As fragilidades da sociedade contemporânea são evidenciadas frente às demandas e mudanças trazidas pela pandemia.

Longe das salas de aula, o aumento do volume e horas de trabalho, bem como o compartilhamento do espaço de trabalho, em muitos casos, com o espaço da família, vem desencadeando nos docentes ansiedade e sobrecarga de trabalho. Um possível problema de trabalhar em casa de acordo com Grant, Wallace e Spurgeon (2013) está que a sobreposição causada pelo trabalho físico pode causar problemas de saúde mental, incluindo trabalho excessivo. Mencionam os autores que continuar pensando no trabalho ainda pode permanecer após o computador ter sido desligado. O lar é visto como um local de restauração e misturar trabalho e atividades domésticas no mesmo local causar impacto sobre o bem-estar mental e físico.

Abre-se uma reflexão para concluir esse pensamento acerca do afastamento em LTS ou laudo médico, que é um direito previsto em lei a que fazem jus os servidores, mas, no universo da escola, os gestores necessitam de substituição desse profissional em sala de aula para atendimento dos alunos.

Nesse viés, considerando a relevância do papel social dos professores entende-se o impacto que o adoecimento docente acarreta não somente ao trabalhador, mas também à escola e à sociedade como um todo (tardif,2005).

Depreender o que leva as docentes ao adoecimento é necessário a fim de que se possa investir em ações de prevenção de saúde dessas profissionais, o que naturalmente irá contribuir na melhoria da qualidade do sistema educacional.

Barroso (2008) considera que o trabalho docente é repleto de fatores estressantes, sendo encontrados muitos desafios no trabalho pedagógico. (ASSUNÇÃO e OLIVEIRA, 2009, p.363) ressaltam que o professor, extenuado no processo de intensificação do trabalho, teria a sua saúde fragilizada e, portanto, estaria mais susceptível ao adoecimento. Do que é possível inferir-se que a docente realiza um trabalho excessivo, o que a coloca em risco de adoecimento. Na profissão docente, o trabalho continua em casa na preparação das atividades pedagógicas do dia seguinte.

Para Gouvêa (2016, p. 208), no que se refere à sobrecarga de trabalho e à saúde dos professores, dois elementos determinantes para a deflagração de processos de adoecimento podem ser citados. Um deles é a diminuição ou a falta de tempo livre fora do trabalho para outras atividades da vida e para o lazer. O outro é a realização do trabalho em condições de estresse, que pode levar a implicações previsíveis para a saúde, porquanto expõe os trabalhadores a situações extremas.

Em tempos difíceis com tantos desafios, lidar com o distanciamento social e oferecer um ensino de qualidade é um desafio nesse contexto de pandemia causada pela COVID-19. São muitos os impactos que a pandemia tem causado na saúde de todos os profissionais, e entre eles, dos professores.

A rotina da profissional docente mudou, tendo que aprender a lidar com as tecnologias, aulas síncronas e assíncronas em tempo recorde, somando-se ao distanciamento social, e ao expressivo número de mortes no mundo todo, desencadeando a vulnerabilidade emocional da profissional docente.

Como foi refletido nesse trabalho, as dificuldades e desafios enfrentados pelas docentes, podem levar a um possível adoecimento, comprometendo sua a saúde física e emocional. É preciso um novo olhar para a profissional docente, dialogar maneiras de se contribuir para que a profissional docente seja respeitada e valorizada em sua profissão, não tendo que adoecer por conta do excesso de trabalho na sua profissão e que seja possível trabalhar de maneira digna e sejam cada vez mais valorizados na sua profissão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado tencionou, sob a ótica dos estudos de gênero, uma discussão acerca da tripla jornada de trabalho das docentes, analisando comportamentos das mulheres professoras e como elas conciliam as atividades profissionais, vida pessoal e a família. Uma pesquisa documental (qualitativa), tendo como suporte o levantamento bibliográfico, através de consulta em livros e artigos científicos e dados fornecidos pela SEDUC/RS e 8ª CRE. Observou-se que, com o Cenário Pandêmico, novas atividades somaram-se à excessiva carga de ocupações já suportadas pelas professoras. Foi proposta uma abordagem teórica metodológica decolonial para uma reflexão sobre como essas mulheres, professoras vivenciam a sobrecarga da tripla jornada e quais as dificuldades por elas enfrentadas, o adoecimento das docentes e seus afastamentos – Licenças Saúde, a fim de estudar a presença e atuação as mulheres docentes na EP, sua formação docente e, o contexto histórico sociocultural da EP; estudar a relação trabalho e gênero; relacionar gênero na EP; compreender o impacto do período pandêmico na Educação nas escolas estaduais de abrangência da 8ª Coordenadoria Regional de Educação.

Refletiu-se sobre Feminismo, Decolonidade e as Epistemologias do Chamado Sul Global. E, também, no tocante ao Patriarcado, à ótica de gênero e à feminização do magistério com relevância à Docência Feminina como resistência.

Os estudos da condição feminina do papel da mulher professora, visto que o magistério era a única profissão que podia ser conciliada com as funções domésticas e ainda somado a pouca procura masculina para a profissão docente, dada a reduzida remuneração, estimularam o interesse em estudar o papel mulher, sua história, analisando, a rotina de vida, os padrões de comportamento, suas lutas cotidianas para dar sentido e significado às suas atividades e a forma como confrontaram o poder masculino.

A mulher, em sistema patriarcal, era considerada frágil pela sua natureza, devia ser protegida. A ela restava cumprir os deveres familiares cuidando do marido e dos filhos. As mulheres que trabalhavam fora eram tidas como pouco femininas.

A proteção legal a vista do código civil brasileiro de 1916, as mulheres casadas eram incapazes, relativamente, a certos atos ou à maneira de exercê-lo. Colocando, dessarte, a mulher casada no mesmo nível do menor. E essa proposição absurda resistiu a todas as transformações ocorridas na sociedade brasileira durante quase

cinquenta anos, só sendo revogada em 1962, com a lei 4.121 de 1962, que modificou o código de 1916⁹.

O Código Civil de 1916 conservou muito da ideologia patriarcal, atribuindo também ao marido a chefia da "sociedade conjugal" (artigo 233), conferindo-lhe a representação legal da família, a administração dos bens comuns (e dos particulares da mulher, conforme o regime matrimonial adotado ou o pacto antenupcial), o direito de fixar e mudar o domicílio da família. O direito de autorizar a profissão da mulher e sua residência fora do teto conjugal. Cabia-lhe manutenção da família e à mulher a contribuição nas despesas familiares de forma a não atrapalhar suas obrigações de guardiã do lar.

Nesse viés, a maternidade se configurou ao longo da história, como única função valorizada e reconhecida socialmente, desde os tempos remotos da humanidade e que se estendeu até o começo do século XX. Só a partir dos anos de 1960, com o movimento feminista, passou-se a refletir que a maternidade seria uma condição que sujeitava a mulher a uma maior opressão por parte do homem. Atualmente, essa realidade configura-se de modo diverso, ou seja, a mulher assume a função não apenas de partícipe da economia familiar, mas principalmente de “chefe do lar”.

Na antiguidade, a mulher tinha como tarefa central a reprodução da espécie: gerar, amamentar, criar, e outras atividades ligadas ao plano doméstico. Conhecer e pensar eram coisas proibidas às mulheres.

O século XVIII, marcado por grandes revoluções, momento em que o movimento das mulheres toma uma forma de ação política organizada, na luta para que as mulheres tivessem as mesmas chances de formação educacional para que pudessem ter acesso às mais variadas profissões.

No século XIX, as mulheres passam a exercer a profissão de educadoras, principalmente na primeira infância, pois persistia a ideia, como ocorre ainda nos dias atuais, de que a única pessoa considerada apta para se ocupar com as crianças é a mulher. A sua “condição feminina” lhe daria “dotes naturais” para o cuidado das crianças, tanto que o ensino pré-escolar por muito tempo se chamou maternal. Almeida afirma que:

⁹ Fonte: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1990.

Para as mulheres brasileiras que ocuparam o magistério primário, o fato de estarem desempenhando uma profissão, mesmo considerando as relações objetivas da necessidade de um salário para a subsistência, adquiria um sentido de relevância social e de concretização de sonhos e desejos acalentados (ALMEIDA, 1998, p.195).

Também se refletiu sobre o processo de feminilização da função docente e a relação estabelecida entre a função exercida como educadora dentro de casa. A profissão professora destinada à mulher visto que se ajustava às suas outras funções de mãe e dona de casa, o que foi um ponto para que as mulheres conseguissem ingressar no mundo do trabalho e serem inseridas no espaço público.

Apresentou uma discussão conceitual de gênero, atrelada ao contexto histórico e sociocultural da figura feminina no mercado de trabalho, as escolas de aprendizes e artificies, a educação das moças, a educação propedêutica, o percurso histórico da EPT até à docência feminina, e de como surgiu a necessidade inclusão da mulher no mundo do trabalho, o ingresso no magistério e o acesso à formação, noticiando uma caminhada de luta e de persistência.

Também ressaltou uma mulher dantes inferiorizada, discriminada e submissa por uma sociedade patriarcal, exemplo de força e coragem conquistar importantes espaços no trabalho e de transformações de padrões e comportamentos, a importância do movimento feminista na mobilização e na luta dessas conquistas e, sob o impacto desse movimento temas as questões de gênero, as primeiras políticas públicas,

Sob um panorama histórico, refletiu a mulher e a influência do patriarcado e como se define uma sociedade patriarcal e as relações de poder dos homens sobre as mulheres. Todavia, as mulheres foram conquistando espaços na sociedade à custa de muita superação, jornadas exaustivas na busca de seus direitos e de reconhecimento em suas áreas de atuação para uma equidade de gênero, igualdade política e jurídica, traduzindo uma caminhada de luta pelo fim da dominação e com destaque na esfera educacional. As mulheres antes restritas ao lar, encontraram na docência - que era permitida porque o ato de educar estar ligado diretamente ao ato de cuidar função vinculada à maternidade, e via de regra, considerado um papel apropriado a esse gênero, o ingresso no mundo do trabalho.

Abordou, ainda, as muitas mulheres em nós numa alusão à tripla jornada das docentes, analisando o comportamento dessas mulheres e como conciliam as atividades profissionais, e as funções de mãe, esposa, companheira seu cotidiano e

a rotina nas escolas e a carga excessiva e qual o papel da mulher na família na sociedade suas conquistas lutas e vitórias, frente ao cenário pandêmico.

A pandemia da COVID 19 exigiu uma adaptação aos meios tecnológicos e às plataformas digitais em tempo recorde, desencadeando estresse e ansiedade ante a esses desafios e, somado à sobrecarga de trabalho, o adoecimento docente, evidenciando a saga das dificuldades enfrentadas ante ao isolamento social, adaptação ao ensino remoto e a educação digital. A pandemia aumentou nossa fragilidade, gerou incertezas, aumentou a responsabilidade e sobrecarregou o trabalho das docentes. Nesse novo formato, foi preciso reinventar-se, lidar com os desafios e o amor à profissão foi o grande alicerce que nos estimula para enfrentarmos desafios, todavia precisamos estar imunizados contra a epidemia da desigualdade, da fome da violência do preconceito e muitas outras.

Também se reflete sobre os impactos do cenário pandêmico e os efeitos da sobrecarga de trabalho na saúde das docentes, depreendendo-se daí que a insegurança, o estresse, a ansiedade, e as dificuldades enfrentadas impactaram ainda mais a profissão docente, especialmente as mulheres.

Buscou-se responder ao questionamento de como essas mulheres, professoras vivenciam a sobrecarga da tripla jornada e quais as dificuldades por elas enfrentadas. Narrar o adoecimento das docentes e seus afastamentos – Licenças Saúde. Pretendeu-se investigar se a sobrecarga da tripla jornada é fator determinante para o adoecimento e, para isso, utilizou-se da análise em documentos fornecidos pela SEDUC onde foi possível observar o número de laudos médicos das docentes por afastamento do serviço.

Tencionamos, com os dados obtidos através da secretaria de Estado da educação, efetivar discussões e reflexões sobre a sobrecarga e as condições de saúde de mulheres professoras. Por fim, destacamos, mais uma vez, o trabalho remoto, as tecnologias digitais e o acúmulo da jornada de trabalho direcionada à mulher.

Ao longo da história foram criados padrões de feminilidade e masculinidade, que ditavam as atribuições de cada gênero. Nesse sentido, os encargos da educação condizem mais com a feminilidade, tendo em vista a tríade mulher-mãe-professora e a escola que cuida e educa. Essa responsabilidade bem destaca Almeida (2004):

No plano educacional, o século XX ofereceu maiores oportunidades educacionais para meninas e moças. O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina, proporcionou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçou no panorama sócio-econômico do país, a principal oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade, uma profissão revestida de dignidade e prestígio social fez que ser professora se tornasse extremamente popular entre as jovens [...] Por parte das mulheres, que nele viram a possibilidade de liberação econômica foi, no momento histórico inicial, a única forma encontrada para se inserirem no campo profissional, mesmo que isso representasse a aceitação da profissão envolta na aura da maternagem e da missão. A possibilidade de se profissionalizarem através do magistério primário foi um meio de as mulheres poderem vislumbrar uma chance de sustento, sem a obrigação do casamento ou a humilhação de viver da caridade alheia (ALMEIDA, 2004, p.15).

Com os movimentos feministas, o papel da mulher professora baseado na feminização do magistério passou a ser questionado, buscando-se mais espaços para além da educação básica.

Sob contexto da pandemia provocada pela COVID-19 e as medidas adotadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como a suspensão das atividades presenciais, a educação de forma remota acentuou desigualdades, inclusive de gênero. As mulheres vêm se submetendo a duplas ou triplas jornadas de trabalho, sendo as principais responsáveis pela educação dos filhos e o trabalho doméstico.

Diante do exposto, há que se refletir também o trabalho das mulheres professoras, no contexto da pandemia mundial do Covid-19. Esse cenário tem nos proporcionado reflexões e preocupações no que cerne ao exercício da docência, o trabalho de mulheres professoras, no contexto de durante e pós da pandemia. A escrita desse trabalho vem das indagações e experiências e observações ao longo desses últimos dois anos.

Destaca-se o acúmulo da jornada de trabalho direcionado à mulher professora. Num histórico de um sistema patriarcal, é imprescindível reflexionar condições de equidade de gênero e repensar as formas como docência pode se desenvolver. Mais do que nunca, é um momento de pensar, discutir acerca da equidade de gênero.

Por fim, este estudo constituiu apenas um contributo e, dada a importância do tema, considera-se que muito há ainda que percorrer no campo da investigação nesta área sendo, portanto, um campo fértil de trabalho para outros investigadores.

Desse modo, sugere-se a realização de estudos que possam incorporar e aprofundar a discussão sobre as políticas e diretrizes no que se refere à criação, ao fortalecimento dos direitos e de políticas para as mulheres, bem como à garantia da

igualdade de oportunidades, observando-se os direitos universais e as questões específicas das mulheres;

Espera-se que a contribuição desta dissertação, voltada às mulheres professoras, a tripla jornada de trabalho e seus impactos ante a Pandemia, também possa contribuir na promoção da igualdade, no respeito à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, situação econômica e regional, assim como os diferentes momentos da vida das mulheres.

A pesquisa teve como foco de análise as mulheres professoras diante do período de isolamento social imposto pela pandemia de COVID19, a sobrecarga de trabalho, perspectivando refletir sobre as implicações no cotidiano do trabalho. O ensino remoto foi aplicado de forma emergencial, visando estabelecer a continuidade das aulas e como alternativa aos impactos no calendário das instituições de ensino. O ensino remoto requereu mais horas de preparação e atuação por parte das professoras. Importante refletir que o novo formato de ensino passou a ser realizado sem sair de casa e junto aos afazeres domésticos, causando uma maior sensação de sobrecarga para as mulheres. Ademais, a rotina de afazeres doméstica, ainda que dividida com familiares, permanece como responsabilidade destinada naturalmente à mulher, expressando que persiste uma desigualdade na divisão do trabalho que norteia o padrão de comportamento social. Saliencia-se que, em razão do contexto pandêmico, o tempo investido para o lazer também foi impactado.

O ensino remoto provocou um aumento de atividades maior do que o cotidiano de trabalho presencial, haja vista que essa sobrecarga já se fazia presente. Fica evidente o quanto a realidade da mulher trabalhadora é desigual, desafiadora, exigindo embates e lutas constantes pelo reconhecimento dos diferentes papéis sociais exercidos no contexto feminino.

Espera-se que essa pesquisa contribua para que as mulheres percebam que não estão sozinhas, essa sensação de sobrecarga e o conflito em decorrência dos diferentes papéis assumidos é algo compartilhado por outras tantas mulheres. Não se pretende encerrar a discussão, sugere-se que novos estudos abordando a temática, em diferentes contextos de atuação, sejam desenvolvidos a fim de ampliar a percepção dessas implicações, no período de pandemia.

Também trouxe o adoecimento na categoria docente decorrente e os elevados níveis de estresse, ocasionando às docentes o esgotamento físico e, via de regra, ao adoecimento do corpo e da mente.

É importante esse enfoque a fim de que o fenômeno do adoecimento do professor seja mais bem compreendido e que se possa traçar estratégias de solução para esse problema tão atual e recorrente, bem como a implementação de políticas públicas voltadas ao exercício da docência em seus diversos aspectos objetivando diminuir, tratar ou evitar o adoecimento dos professores, para que seja possível diminuir os fatores causadores desse mal-estar, desconforto e sofrimento na atividade ocupacional que em conjunto com a prática pedagógica prevalece sobre o trabalho docente.

Buscando compreender melhor o adoecimento dos(as) professores e professoras, concorda-se com Silva et. al (2017) sobre a escola como espaço democrático revelar-se como uma estratégia fundamental para a promoção do bem-estar de todos, razão pela qual é necessária uma análise crítica da educação no atual momento e, em especial, o papel de cada segmento da comunidade escolar.

Compreender a função docente e sua importância na comunidade escolar de que faz parte é fundamental, é imperioso discutir políticas públicas voltadas a essa classe trabalhadora.

Ante à situação pandêmica, há que se considerar que professoras e professores se mostraram humanamente excepcionais tendo que reformular o método de ensino em tempo recorde, ter as relações mediadas por uma tela, aprender a usar novas tecnologias e estar a todo momento respondendo mensagens de pais e estudantes pelo celular. A educação foi umas das áreas mais impactadas pela covid-19 onde alunos e educadores vivenciam o impacto dos novos tempos, passando os (as) docentes a trabalhar muito mais. Com o novo contexto escolar, em razão da ampliação de atividades houve efeitos prejudiciais às suas condições físicas e psicológicas.

A saúde dessa classe profissional, composta em sua maioria por mulheres, é um ponto de atenção, pois revela uma intersecção entre questões de gênero e de esgotamento. Nesse contexto, em que ainda se vive a incerteza, um olhar voltado ao autocuidado desses profissionais que ensinam e cuidam é fundamental.

Como foi refletido nesse trabalho, as dificuldades e desafios enfrentados pelas docentes, podem levar a um possível adoecimento, comprometendo sua a saúde física e emocional. É preciso um novo olhar para a profissional docente, dialogar maneiras de se contribuir para que a profissional docente seja respeitada e valorizada em sua profissão, não tendo que adoecer por conta do excesso de trabalho na sua

profissão e que seja possível trabalhar de maneira digna e sejam cada vez mais valorizados na sua profissão

Por fim, poder compreender todo cenário da pandemia, a partir das estatísticas disponíveis e indicativos do processo de adoecimento docente, postulou-se compreender como tem se dado esse processo, e o impacto na vida dos docentes acaba por tornar possível promover ações de resolução a medida que se responde ao questionamento inicialmente proposto: como a sobrecarga da tripla jornada está afetando a saúde das docentes?

Assim se reconhece a pesquisadora que, desde a infância em seus aprendizados e vivências, observou experiências onde a mulher sofria os efeitos de uma sociedade patriarcal que era esperado a maternidade como algo obrigatório e por não seguir padrões parâmetros, por muitas vezes, foi julgada ;embora não tenha perdido a amorosidade tão pertinente do ser mulher com relação ao trabalho uma luta e resistência constante para firmar-se como mulher seja no mundo jurídico seja na educação em razão das dificuldades diárias de uma tripla jornada sendo assim acreditar que é possível esperar , pois

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível muda-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes (FREIRE, 2000, p.17).

É essencial fortalecer a resistência e a luta por vida, liberdade, justiça e direitos, pelejar¹⁰ contra os preconceitos sem perder o âmago feminino. Persistir para que as transformações aconteçam.

É preciso um novo olhar sobre a docente refletir as lutas que se transformaram em conquistas. De Nizia Floresta, que defendeu as mulheres como merecedoras de respeito e o mito da superioridade do homem, à uma educação igualitária para homens e mulheres. Mas, sobretudo, há que se entender a força de quem luta para ser mulher, que enfrenta preconceitos com sabedoria e coragem de quem é, muitas vezes pai, mãe, a até avó e sem perder o âmago de ser mulher, carregando na

¹⁰ Pelejar- do linguajar gauchesco, participar de luta, batalha; combater, batalhar, discutir. "p. a boa causa".

essência a luz da vida e a esperança do amanhã. Há muitas mulheres em nós numa jornada de lutas e resistências.

Os desafios ainda são muitos, mas há que se pensar positivamente, e acreditar que é possível, é preciso ter esperança de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel. Proposta Pedagógica: formação contínua de professores. Boletim 13. Ministério da Educação. Agosto de 2005

ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev.1996

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e Educação: A Paixão pelo Possível. São Paulo, Editora UNESP, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval [et al]. O legado educacional do século XIX. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014a.

AMARAL, Grazielle Alves; VIEIRA, Adriane. A arte de ser beija-flor na tripla jornada de trabalho da mulher. **Saúde Soc.** São Paulo, v.22, n.2, p.403-414, 2013. Disponível: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n2/v22n2a12.pdf> >. Acesso em: 20 jan. 2021

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio-ago. 2015.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, ed. 107, p. pp.349-372, 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/03.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

ATIÉ, L. Pandemia é oportunidade para repensar a formação docente. Desafios da Educação, 2020. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/formacao-docentepandemia/>. Acesso em: 09 out. 2020.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2000.

BARROSO, Betania Oliveira. Para além do sofrimento: uma possibilidade de resignificação do mal-estar docente. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: A experiência vivida. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara. 2010.

BIROLI, Flávia; Luis Felipe Miguel. Feminismo e Política. Boitempo, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394compilado.htm. Acesso em: 21 jul. 2019.>

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 21 maio 2020

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília, 2002.

CAZELOTO, Edilson. Inclusão Digital: uma visão crítica. São Paulo: SENAC, 2008

ClAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan. abr. 2014.

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS DA VFRGS. Relatório correspondente ao exercício de 1946 apresentado pelo Conselho de Administração. Santa Maria: Tipografia da Escola Industrial “Hugo Taylor”, 1947.

CUNHA, Andrea da Silva. De volta às aulas: o cotidiano de professoras-estudantes do PROLE - História/UFBA (2004-2007). 2009. 126f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares, Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6375>. Acesso em jun. de 2019.

CURIEL, Orchy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. Coordinadora Feminista. 16/12/2009. Disponível em <http://feministas.org/descolonizando-el-feminismo-una.html>. Acesso em: 08 jun. 2020.

DELLAGNELO, L. Escolas conectadas: aprendizagem em tempos de coronavírus. Editora Segmento, 2020. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/03/17/aprendizagemcoronavirus/>. Acesso em: 09 out. 2020.

FANTIN, M. Educação, aprendizagem e tecnologia na pesquisa-formação. Revista Educação & Formação, Fortaleza, v. 2, n. 6, p. 87-100, set./dez. 2017.

FRANZI, Juliana; FELLINI, Dinéia Ghizzo Neto. Aportes de Paulo Freire para a formação docente na perspectiva da pedagogia decolonial. **Revista SURES**, v. 1, n. 14, 2020.

FEDERICI, Sílvia – Patriarcado do Salário. Volume I. Boitempo. 2021.

FERREIRA, Shirley Alves. A saúde do Professor. Faculdade de educação –FE, Universidade de Brasília. AltoParaiso de Goiás-GO, Março 20013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5471/1/2013_ShirleyAlvesFerreira.pdf. Acesso em: 08 set. 2021

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra,1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 37ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GIROUX, H. Professores como intelectuais transformadores. In: Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 157-164.

GOOGLE¹, Google Classroom. Disponível em: Acesso em 12 de agosto de 2016

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 40, ed. 111, p. 206-219, 2016. DOI: 10.1590/0103-1104201611116. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40n111/0103-1104-sdeb-40-111-0206.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; et al (orgs.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63

KOBS, FF; JUNIOR, EFC. O papel das tecnologias digitais na educação: perspectivas para além dos muros da escola. Rev. Cienc. Educ., Americana, ano XVIII, n. 34, p. 41-73 jan./jun. 2016.

KREBS, Ana Eliza Garcia. **História e Vivência numa Escola Feminina: A Escola De Artes e Ofícios Santa Terezinha do Menino Jesus- 1921 à 1942.** Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação das Faculdades Franciscanas, Santa Maria-RS, 1996.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007

JOSSO, Marie-Christine. As histórias de vida como territórios simbólicos nos quais se exploram e se descobrem formas e sentidos múltiplos de uma existencialidade evolutiva singular-plural. In: PASSEGGI, Maria Conceição (Org). Tendências da pesquisa (auto) biográfica. São Paulo: Editora Paulus, 2008a. p. 23-50.

JOSSO, Marie-Christine. Experiências de vida e formação. 2. Ed. São Paulo: Paulus, 2010.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. Nativismo: Um fenômeno social gaúcho. Porto Alegre: L&pm, 1985.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa; CÔRTEZ, Paixão. Danças e Andanças da Tradição Gaúcha. Porto Alegre: Garatuja, 1975

LIMA, Michelle Pinto. As mulheres na Ciência da Computação. Rev. Estud. Fem., Vol. 21, No. 3, p. 793-816, 2013

Lopes, E.M.T. (1991). A educação da Mulher: A feminização do magistério. *Rev. Teoria Ed.*, 4, 22-40.

LUGONES, María. "Rumo a um feminismo descolonial". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MACHADO, M; QUADROS, R; TOMÉ, D. **A educação feminina durante o Brasil colonial**. Anais da Semana de Pedagogia da UEM. Volume 1, Número 1. Maringá: UEM, 2012.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: MALDONADO, Alberto Efendy. *Metodologias de Pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2011.p. 279-303.

MANFREDI, Silvia Maria – Educação Profissional no Brasil : Atores e Cenários ao longo da história. Jundiaí. Paco Editorial, 2016.

MAYCON, Rangel Abreu Ferreira, Álvaro Itaúna Schalcher Pereira, Francisco Adelson Alves Ribeiro- Direitos Humanos e educação Profissional e Tecnológica.

MELLO, Luiz Fernando da Silva. **O Espaço do Imaginário e o Imaginário do Espaço**: A Ferrovia em Santa Maria, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro, 3.^a ed., São Paulo, Cortez, 2001.

NICOLETE, Jamilly Nicácio; ALMEIDA, Jane Soares de. Professoras e rainhas do lar: o protagonismo feminino na imprensa periódica (1902-1940). *Educ. rev.*, Curitiba , n. spe.2, p. 203-220, 2017.

NÓVOA, Antonio. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 2000.
NOVOA, Antonio. *Profissão professor*. 2^a edição. Porto-Portugal. Porto editora. 1999.

NOVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. "Os professores e a sua formação", Lisboa, 1992. DOI ISBN 972-20-1008-5. pp. 13-33. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/4758>. Acesso em: 9 out. 2020.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set/ dez. 2004. Disponível em: Acesso em: 12. Mar. 2017.

PALACIOS, R. A.; FLECK, C. F. DOCENTE OU DOENTE: COMO FICA A ROTINA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM O CRESCENTE ADOECIMENTO EMOCIONAL? *Revista Trabalho Necessário*, v. 18, n. 36, p. 365- 391, 22 mai. 2020.

PASSEGGI, Maria da C. (Org.). *Tendências da Pesquisa (auto) biográfica*. Natal-RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008

PAZ, Cláudia Denis Alves da. ***Gênero no trabalho pedagógico na educação infantil***. 2008. Dissertação – Mestrado em Educação – Faculdade de Educação/ UnB.

PEREIRA, Ascísio dos Reis. Trabalho Remoto na UFSM e o REDE: desafios e problemas frente à pandemia da Covid-19.

PIOVESAN, Josiane Bertoldo et al. O trabalho do professor: reflexões teóricas sobre o adoecimento no exercício da sua função. ***Humanidades & Inovação***, v. 6, n. 10, p. 145-154, 2019.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo construindo uma crítica. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002b.

PIMENTA, Selma Garrido. Para uma ressignificação da Didática - ciências da educação, pedagogia e didática (uma revisão conceitual e uma síntese provisória). *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal*. São Paulo., Cortez, 2008.

PINHEIRO, Dimitri. Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969). *Cad. Pagu*, Campinas, n. 46, p. 165-196, 2016

PRIORE, Mary Del, *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. **Educar para o trabalho**: o ensino profissionalizante entre os ferroviários (1920-1940). *In*: VIDYA, v.27, n. 1, jan/jun., Santa Maria, 2007, p. 37-54.

ROMERO, Maria Helena Nascimento. **O MEMORIAL DO COLÉGIO MANOEL RIBAS: UM DIAGNÓSTICO PARA O PLANEJAMENTO MUSEOLÓGICO**

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARAIVA, Glaucus. *Manual do tradicionalista: Orientação geral para tradicionalistas e Centros de Tradições Gaúchas*. Porto Alegre: Sulina, 1968.

SANTOS, Cláudia Medianeira Gomes dos. **A educação Feminina**: Escola de Artes e Ofícios Santa Terezinha no Município de Santa Maria/RS. Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra, Portugal: EDIÇÕES ALMEDINA, S.A., abril de 2020. Disponível em: <<https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2020/04/Livro-Boaventura-A-pedagogia-do-virus.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Epistemologias do sul/ Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Adriana. O perfil do adoecimento docente na Universidade de Brasília de 2006 a 2011. Brasília. Fevereiro de 2013.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPALDING, M, *et al.* Desafios e possibilidades para o ensino superior: uma experiência brasileira em tempos de COVID-19. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, e534985970, 2020.

TRADIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente. 2ª edição. Petrópolis –RJ. Editora Vozes. 2005.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargô. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; DE SOUZA JÚNIOR, Antônio. A educação profissional no Brasil. **Interacções**, v. 12, n. 40, 2016.

VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

VICTÓRIA OLIVEIRA, Maria. PorVir. Pesquisa mostra sentimento de professores em meio à pandemia do coronavírus [2020]. Disponível em: <https://porvir.org/pesquisa-mostra-o-sentimento-de-professores-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em 28 ago. 2021.

WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social: A exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 214 p

ZARAGOZA, J. M. E. O mal-estar docente: O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução: Durley de Carvalho Cavicchia. 3. ed. Bauru: Edusc, 1999.